



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

LOUISIANNE BARROS DE SIQUEIRA

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: O TRABALHO DAS COSTUREIRAS DE FACÇÃO
DE FORTALEZA/ CEARÁ**

FORTALEZA
2012

LOUISIANNE BARROS DE SIQUEIRA

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: O TRABALHO DAS COSTUREIRAS DE FACÇÃO
DE FORTALEZA/ CEARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S631i

Siqueira, Louisianne Barros de.

Informalidade e precarização: o trabalho das costureiras de facção de Fortaleza/Ceará /
Louisianne Barros de Siqueira. – 2012.
140 f. , enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Psicologia.

Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

1. Trabalhadores da indústria de vestuário – Conjunto Palmeiras(Fortaleza,CE) – Atitudes. 2.Setor informal(Economia) – Aspectos sociais – Conjunto Palmeiras(Fortaleza,CE). 3.Trabalho – Aspectos sociais – Conjunto Palmeiras(Fortaleza,CE). 4.Comportamento organizacional – Conjunto Palmeiras(Fortaleza,CE). 5.Relações trabalhistas – Conjunto Palmeiras(Fortaleza,CE). I. Título.

CDD 331.7687112098131

LOUISIANNE BARROS DE SIQUEIRA

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: O TRABALHO DAS COSTUREIRAS DE FACÇÃO
DE FORTALEZA/ CEARÁ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jesus Garcia Pascual
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Betania Moreira de Moraes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedicado ao trabalhador, em especial, à menina,
guerreira, mãe, mulher trabalhadora deste nosso
país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela presença de Deus em minha vida e à espiritualidade superior por sua orientação permanente;

Ao meu orientador, Cássio Adriano Braz de Aquino, mestre e educador; é grande a gratidão pela oportunidade e contribuição para meu desenvolvimento pessoal e profissional, por seu modo especial de orientar, marcado por uma grande sensibilidade, disponibilidade, paciência e parceria estabelecida durante nosso percurso investigativo, em especial, pela compreensão com relação aos meus limites e impedimentos vividos; permitindo-me criar e superar limitações;

Aos trabalhadores e trabalhadoras dos locais em que trabalhei, inspiração constante nesta caminhada;

Às costureiras de facção de costura do Conjunto Palmeiras, que contribuíram com suas experiências, disponibilidade e afetividade para a viabilização deste estudo;

Aos meus amados pais, Orlando e Francisca Maria; sou grata pela vida, pelo amor, pelo apoio traduzido naquele olhar de reconhecimento pelos passos dados e fé nos que estão por vir, sobretudo, pela abertura e disposição de olhar para o novo e procurar aprender com ele, mesmo quando não há muito espaço para mudar; pelos aprendizados constantes na relação com vocês; pela família que me proporcionaram irmãos, avós, tios, tias, primos e primas, muitas primas;

Ao meu amoroso companheiro Ricardo, marido, parceiro e amante; por seu apoio incondicional, paciência, paciência e muita paciência... Pelo carinho e afeto expresso na cumplicidade diária de uma vida compartilhada amorosamente, nós dois, nós quatro (família) e muitos outros; inspiração e exemplo de busca incansável pela coerência de uma vida mais simples em família;

Aos meus amados filhos, Tiago e Pedro, por suas presenças tão especiais em minha vida; pelo grande aprendizado de vida proporcionado; pela tranquilidade e maturidade do Tiago; a alegria e sagacidade do Pedro; pelo apoio, estímulo, paciência, abraços e beijos, por ser simplesmente quem são;

Aos meus segundos pais, Domingos e Socorro, pela acolhida amorosa como filha e nora; pelo apoio diário, o carinho, a disponibilidade para as revisões, pela criatividade e bom humor do meu sogro, a inteligência e amizade de minha sogra; por fazer parte desta família;

Aos meus queridos irmãos, Sueanne, Orlando e Cristiano; pelo amor que sentimos um pelo outro; pelo aprendizado árduo e precioso no manejo de nossas diferenças; pela relação que nos permitimos construir, pelo cunhado, cunhadas, sobrinhos e sobrinha que me proporcionaram e os que ainda vêm por aí; pelos momentos que acreditaram em mim.

Aos meus cunhados e cunhadas, Marcondes e Ana Cláudia, Silvio e Karine, pelos sobrinhos e sobrinha que ganhei; pelo afeto e amizade construídos na convivência, até debaixo do mesmo teto;

À querida Vó Lalá, pela sabedoria de saber silenciar para que a verdade se revele;

Às minhas fiéis “escudeiras” Bernadete e Mariana pela disposição e disponibilidade de revisão dos meus escritos; pelo afeto, apoio e contribuições relevantes;

À amizade marcante de nossa turma de mestrado, pelos momentos de aprendizado compartilhados, em especial, pela parceria construída com Olívia, em vários trabalhos construídos; com Camilla e Edgla, nas reflexões e outros espaços de crescimento;

À Marcina e Ana Paula, principalmente, pelo afeto e cuidados com meus filhos; pelos lanches e mimos no dia a dia de elaboração de uma dissertação;

Ao corpo docente do Mestrado em Psicologia, pelas provocações que trouxeram em cada disciplina, em especial ao professor Pascual, pelos momentos de partilha e reflexão sensível acerca dos desafios da docência em Psicologia;

A CAPES, pelo apoio financeiro indispensável à conquista de nossos objetivos neste mestrado;

Aos amigos e amigas que com carinho e afeto me ajudaram nessa caminhada: Raquel Brasil, Jarlem, Wellington, Cristiane, Zeza, Germana, Sílvia e Claudinha, Zaneir, Rodrigo, Adryana, Évio e muitos outros que, mesmo à distância, encontravam formas de estarem presentes, como Mariana Soares, Edna e Roselane.

Ao Helder Hamilton, pela organização, receptividade e atenção às nossas demandas no cotidiano do seu trabalho no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC.

Está na luta, no corre-corre, no dia-a-dia
Marmita é fria, mas se precisa ir trabalhar
Essa rotina em toda firma começa às sete da
manhã
Patrão reclama e manda embora quem atrasar

Trabalhador
Trabalhador brasileiro
Dentista, frentista, polícia, bombeiro
Trabalhador brasileiro
Tem gari por aí que é formado engenheiro
Trabalhador brasileiro
Trabalhador

E sem dinheiro vai dar um jeito
Vai pro serviço
É compromisso, vai ter problema se ele faltar
Salário é pouco, não dá pra nada
Desempregado também não dá
E desse jeito a vida segue sem melhorar

Trabalhador
Trabalhador brasileiro
Garçom, garçonete, jurista, pedreiro
Trabalhador brasileiro
Trabalha igual burro e não ganha dinheiro
Trabalhador brasileiro
Trabalhador

(Música: “Trabalhador”. Autor: Seu Jorge)

RESUMO

Este estudo ancorou-se na ideia de que a informalidade e a precarização das relações de trabalho são partes integradas e interdependentes. Constituem uma mesma realidade que se instalou no rastro das transformações recentes na esfera laboral. A nova configuração produtiva, as ‘pressões’ da globalização e as ideias neoliberais impulsionadas pela força de acumulação do capital, transformaram profundamente o trabalho, produzindo novas formas de inserção dos trabalhadores no mundo do laboral e, conseqüentemente, um novo trabalhador, onde necessidades diversas convivem, produzindo experiências específicas de significados singulares. Sabe-se que o trabalho impacta na vida do trabalhador, influenciando a estruturação de suas vidas, conseqüentemente, seus modos de viver, seja dentro ou fora do mesmo. Funda-se na relação intrínseca do labor com o modo de vida e também na noção de que ele não é apenas central na vida das pessoas, mas constituinte. O presente estudo fez parte da pesquisa para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Focou a realidade das costureiras, no enfrentamento diário de demandas sociais permeadas pelas relações de trabalho do contexto de facção, com o objetivo de analisar as conseqüências das novas formas de relações de trabalho em facção na vida das costureiras de Fortaleza-Ceará. A partir de uma abordagem qualitativa dos dados, o estudo foi realizado com 08 costureiras do bairro Conjunto Palmeiras que trabalham em sistema de facção de costura a domicílio, sem contrato formal de trabalho. Elas possuem, no mínimo, um ano prestando serviços para o mercado de confecção deste município. Foi feita uma abordagem qualitativa ao contexto pesquisado através da técnica de entrevista, individual e grupal, registradas manualmente ou gravadas, e em diário de campo. As categorias temáticas foram identificadas e validadas pelo cruzamento dos registros produzidos através da Análise de Conteúdo de Bardin. Considerou-se que estas novas relações de trabalho trouxeram conseqüências para a vida das costureiras de facção de Fortaleza – Ceará. O núcleo central destas experiências reveladas, apenas disfarçadas de novas, emerge marcado por formas laborais antigas, inspiradas no caráter de exploração e expansão contínuos do modo capitalista de produção, quando sustentam as cadeias produtivas do setor de confecções e do vestuário, em sua estratégia de enfrentamento da competitividade no mundo globalizado.

Palavras-chave: informalidade; trabalho; precarização; facção.

ABSTRACT

This study was anchored on the idea that the informality and precariousness of labor relations are interdependent and integrated parts. Constitute the same reality that settled in the wake of recent changes in the labor market. The new productive configuration, the 'pressure' of globalization and neoliberal ideas driven by the force of capital accumulation, profoundly transformed the work, producing new forms of insertion of the workers in the world of work and, consequently, a new worker, where the diverse needs coexist, producing singular meanings of specific experiences. It is known that the work impacts the lives of workers, influencing the structuring of their lives, consequently, their ways of life, whether inside or outside of it. It is based on the intrinsic relationship of labor to the mode of life and also the notion that it is not only central to people's lives, but constituent. This study was part of research for the degree of Master Program of Graduate Psychology, Federal University of Ceará. Focused on the reality of the seamstresses, coping daily permeated by the social demands of the labor relations context faction, aiming to analyze the consequences of new forms of labor relations in the lives of seamstresses faction of Fortaleza-Ceará. From a qualitative approach, the study was conducted with 08 seamstresses in the neighborhood who work in Conjunto Palmeiras system faction sewing at home, with no formal job. They have at least one year providing services for the preparation of this market town. We conducted a qualitative approach to the context researched by interviewing technique, individual and group registered manually, or recorded, and a field diary. The themes were identified and validated by the crossing of the records produced by content analysis of Bardin. It was considered that these new working relationships brought consequences for the lives of seamstresses' faction of Fortaleza - Ceará. The core of these experiences revealed only disguised as new ones emerge marked by old ways work, inspired by the character of continuous exploration and expansion of the capitalist mode of production, while supporting the productive chains of the clothing industry, in its strategy of cope with the competitiveness in the globalized world.

Keywords: informality; work; precariousness; faction.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUS	Sistema Único de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SER	Secretaria Executiva Regional
MS	Ministério da Saúde
SM	Saúde Mental
AM	Apoio Matricial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ESF	Estratégia de Saúde da Família
AB	Atenção Básica
APS	Atenção Primária à Saúde
CSF	Centro de Saúde da Família
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 INFORMALIDADE E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	21
2.1 A crise estrutural do capitalismo e a precarização laboral	21
2.2 Novos formatos e outras transformações constitutivas da precarização laboral	27
2.3 Informalidade: trajetória conceitual e caracterização.....	30
3 PROCESSOS DE INFORMALIZAÇÃO E OS MODOS DE SER DA INFORMALIDADE	39
3.1 Informalidade, globalização e a indústria de confecção e do vestuário	39
3.2 Informalidade na América Latina e no Brasil: a realidade da indústria de confecção e do vestuário	42
3.3 Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecções e do vestuário no Brasil	49
4 PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	59
5 ANÁLISE DOS DADOS	75
5.1 A concepção de trabalho: significados atribuídos pelas costureiras de facção	76
5.2 Novas (ou antigas) formas de trabalho: a trajetória laboral das costureiras de facção	80
5.2.1 <i>Marta: “Um ano na senzala”</i>	80
5.2.2 <i>Flávia: “Trabalhei dois anos e sete meses com carteira assinada”</i>	84
5.2.3 <i>Ilda: “Fiquei um ano de licença, mas descoberta”</i>	86
5.2.4 <i>Diva: “Era de menor”</i>	88

5.2.5 Maria: “Trabalhando por conta própria”	92
5.2.6 Mariana: “Eu tive que sair pra cuidar dela”	94
5.2.7 Laura: “Era do jeito deles”	98
5.2.8 Glória: “O que eu queira mesmo era aprender a costurar”	101
5.3 Organização do trabalho em facção	104
5.3.1 Facção 01: “A gente trabalha muito, mas a gente é feliz, se sente gente”	104
5.3.2 Facção 02: “Hoje o dia começou atropelado”	111
5.3.3 Facção 03: “A gente recebia quinzenal, mas agora tá muito ruim, a gente tá entregando por mês”	116
5.4 Modo de trabalhar e viver das costureiras de facção	120
5.5 Planejamento pessoal e familiar	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	139
ANEXOS	140

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada como requisito do processo para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, tendo como foco a linha de pesquisa: processos de mediação – trabalho, atividade e interação social. Tal linha envolve as pesquisas e estudos que se delineiam com base na Psicologia Social. Escolhemos, pois, referencial teórico-metodológico voltado para a discussão do trabalho como categoria social e território de construção subjetiva do sujeito contemporâneo. Tivemos como propósito central analisar as consequências das novas formas de relações de trabalho, experimentado nas facções de costura em Fortaleza/ Ceará. Seu tema foi **Informalidade e precarização: o trabalho das costureiras de facção de Fortaleza/ Ceará.**

O interesse pelo assunto decorreu da minha trajetória profissional, como psicóloga organizacional e do trabalho e docente de cursos de graduação de Psicologia, em Teresina-PI. Trata-se de uma caminhada que contemplou desde os estágios na graduação em Psicologia, até as experiências vividas em consultoria de empresas públicas e privadas. Esta experiência em docência nos proporcionou reflexões e aprendizados diferenciados, bem como uma nova aproximação com a Psicologia e seus desafios na formação de psicólogos, além de retomar o contato com a pesquisa científica. Foi, então, em 2008, que surgiu a oportunidade de orientar um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a qualidade de vida da mulher na relação com seu trabalho, na perspectiva das costureiras de indústria de confecção de Teresina-PI.

Nesse mesmo ano, surgiu o desejo de aprofundar esta perspectiva, mas agora entrando em contato com a realidade das relações de trabalho em formato de facção de costura a domicílio. Esta é uma sistemática que se insere nas relações de trabalho atípicas, precarizadas e informais ligadas às redes de subcontratação dos processos produtivos da cadeia de confecção e do vestuário, onde parte da produção é externalizada ou terceirizada, quando um ou mais trabalhadores, neste caso, prioritariamente mulheres, são contratados. Por vezes, são mediados por um intermediário (trabalhador da confecção e/ ou empresa subcontratada), para realizar parte da produção de uma indústria, responsabilizando-se pelos aspectos periféricos do processo produtivo. As atividades de planejamento e acabamento continuam sendo realizadas dentro das indústrias, sob o controle do capital. No caso específico das indústrias de confecção ou da moda,

em geral, os proprietários destas fábricas tornam disponível o material necessário para a produção e o modelo a ser executado (peça piloto, molde ou modelo) e estabelecem regras rigorosas de controle da qualidade e garantia da eficácia do que foi produzido, sem manter nenhum contrato formal de trabalho. Ocorre, no entanto, uma divisão no processo de trabalho, onde a indústria concebe e define o modelo, preparando a peça de referência. E as facções apenas executam a montagem e/ ou parte dos ajustes finais. As costureiras recebem o material e produzem em suas residências, sozinhas ou com uma ou mais colegas, muitas vezes, usando suas máquinas de costura e mantendo-as. Em alguns casos, estas indústrias instituem administradores para acompanhar e gerenciar os resultados sem que o proprietário tenha legalmente que assegurar qualquer requisito quanto a direitos e garantias sociais, nem de saúde, nem de bem-estar dos trabalhadores.

O tipo de relação de trabalho subcontratado, também conhecido como externalização (*outsourcing*) ou terceirização, insere-se no mundo laboral como processo de reorganização do modo de produção capitalista, deriva das transformações econômicas vividas no final do século XX, que produzem novas formas de relações e de gestão do trabalho. Possibilitada pela flexibilização do processo produtivo pelo capital, dando foco na atividade-fim, de modo a reduzir custos e aumentar a competitividade (LIMA, 2010). Restou-nos, portanto, o caminho que a subcontratação/ terceirização dos vínculos de trabalho percorre de modo global, produzindo efeitos concretos nas formas de organização do trabalho, no modo de trabalhar e viver e no planejamento pessoal e familiar de quem trabalha, como via de compreensão dessa forma específica de inserção laboral na indústria de confecção e do vestuário, alvo deste estudo. A segurança anteriormente permitida por um vínculo formalizado em leis e garantias sociais é fragilizada pelo processo contínuo de precarização das relações e condições de trabalho, oriundo das novas exigências colocadas pelo capital.

Gostaríamos de ressaltar a presença marcante das mulheres na estruturação da cadeia produtiva do setor têxtil, sendo a costura exercida quase que totalmente por elas, onde esta atividade é aprendida, prioritariamente, no contexto das relações familiares. Verificamos em vários estudos brasileiros relacionados especificamente à atividade de confecção e do vestuário, como apresentaremos mais adiante, a predominância feminina na realização dessas atividades, principalmente na ponta inferior da cadeia, onde o alvo desta investigação se situa.

Tratando-se de trabalho feminino, Probst (2005) destaca o transcurso das duas grandes guerras mundiais como grande marco histórico que define a entrada oficial da mulher no mercado de trabalho. Somente com a partida de boa parte do contingente de trabalhadores homens para a guerra, as indústrias, em franco crescimento, vieram buscar no potencial de trabalho da mulher a alternativa de continuidade para o desenvolvimento industrial. Portanto, enquanto os homens assumiam as frentes de batalha, as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Com o fim da guerra, os sobreviventes estavam, por vezes, mutilados e incapacitados de voltar ao trabalho, fazendo com que as mulheres se sentissem no dever de deixar a casa e os filhos para levar em frente os projetos e o trabalho, realizados por seus maridos e/ou companheiros (PROBST, 2005).

Porém lembramos que, no caso das mulheres, os desafios colocados pela divisão social do trabalho são antigos e atravessados pelas questões de gênero. Ao longo destes anos, a mulher busca atender às diversas demandas decorrentes de suas atribuições sociais, que vão desde as atribuições de ser filha, amiga e irmã, até o de ser mãe, esposa, companheira, amante e trabalhadora. Muitas destas trabalhadoras lutam para se manter em suas atividades laborais, articulando estratégias para assegurar a realização de suas responsabilidades, necessidades e objetivos pessoais, de modo a continuarem inseridas no mercado de trabalho. Suas estratégias envolvem as relações pessoais, como o apoio familiar nos cuidados com os filhos. Neste aspecto, percebemos a contraposição entre o âmbito da reprodução social (mãe, esposa, dona de casa) e o da produção (trabalhadora), onde necessidades diversas convivem, produzindo experiências específicas de significados singulares.

Nesta pesquisa, tomamos como referência a noção de experiência proposta por Thompson (1981), pois acreditamos que as pessoas dão sentido àquilo que fazem, vivem e o significa, produzindo sentimentos dentro de um determinado contexto historicamente construído. Para tanto, possuem certa capacidade e limites para atuar nesta realidade. “Estamos falando de homens e mulheres em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência” (p.111).

Sabemos que o trabalho impacta na vida do trabalhador, influenciando a estruturação de suas vidas, conseqüentemente, seus modos de viver. Entendemos o modo de viver ou modo de vida, conforme Borsoi (2005), no que diz respeito à forma como os trabalhadores conduzem seu

dia a dia, sua vida dentro ou fora do trabalho, pois se baseia na ideia de que o modo de trabalhar possui relação intrínseca com o modo como as pessoas vivem. Portanto, partimos também da noção de que o trabalho não é apenas central na vida das pessoas, mas constituinte. No mínimo, ele impacta na forma de organizar sua vida pessoal, familiar e psíquica.

Nesse sentido, a noção de trabalho proposta por Braga e Nunes (2005) é complementar, quando os autores admitem que o trabalho possui capacidade transformadora, influenciada pelas necessidades humanas em um dado contexto histórico, econômico e social. Portanto, com o passar do tempo, o homem criou novas formas de produzir aquilo que necessita, transformando-se e mudando a realidade. E para atender à necessidade de se cobrir, por exemplo, ele criou soluções para cada necessidade e momento vivido. Assim, foram surgindo diversas formas de vestir através dos tempos. Somos capazes de identificar estas transformações na vida humana em várias perspectivas, o que se manifesta de modo semelhante nas diferentes esferas da economia. Interessou-nos, neste estudo, entender como isso ocorre no setor têxtil, na especificidade da atividade de confecção e do vestuário, contexto de onde emergem as facções de costura.

Watson (1995) destaca o papel do setor têxtil no delineamento das novas formas de concepção do trabalho, ao discorrer sobre o surgimento da sociedade industrial, com especial destaque a Revolução Industrial. É dentro desse ramo da indústria que vamos encontrar as bases para o surgimento do grupo alvo da nossa análise.

Desse modo, sem a pretensão de apontarmos a evolução do setor têxtil, que faremos, resumidamente, no decorrer deste trabalho, importa-nos agora destacar que somente por volta dos anos 1950, seguindo a evolução tecnológica iniciada com a Revolução Industrial, o setor de confecção e do vestuário constatou que era possível eliminar grande parte das atividades manuais de operação, quando começou a procurar soluções sofisticadas, surgindo, então, os sistemas automatizados. Estes prevalecem na atualidade com os objetivos de reduzir, ao mínimo, o manuseio (contato manual), o desgaste físico da operadora e, logicamente, obter uma melhoria na qualidade das costuras. É neste âmbito que encontramos o trabalho da costureira. Hoje, ela já não lida com a confecção manual nas indústrias automatizadas ou semimecanizadas, mas tem vários equipamentos, como a máquina de costura e outras de cortes específicos, dentre outros

equipamentos oriundos das transformações tecnológicas, que a ajudam na realização de seu trabalho.

Lupatini (2007) aponta em seus estudos que a indústria têxtil (produção de fios, de tecidos) tem recriado constantemente seus instrumentos de produção, desenhando processos produtivos mais automatizados e integrados, que reduzam a dependência produtiva do trabalho vivo imediato, desde a primeira Revolução Industrial, caracterizando-se por um modo de produção mais intensivo. Este comportamento, entretanto, ocorre de modo diferenciado na atividade do vestuário, onde desde a criação da máquina de costura Singer, em 1851, estes processos não foram revolucionados e o trabalho vivo imediato ainda é imprescindível.

Portanto, consideramos que as transformações recentes no mundo do trabalho, notadamente, também chegaram ao contexto da produção têxtil e de confecção, impondo desafios e novos ordenamentos no modo de produzir e, conseqüentemente, engendrando nova organização deste trabalho e das relações dela decorrentes, impactando na vida do trabalhador ou trabalhadora de confecção e/ou do vestuário, produzindo experiências específicas.

Esta pesquisa encontrou suporte na busca de caminhos para outros trabalhos ou práticas de intervenção não como ação isolada, mas norteadora de políticas públicas de corte social capazes de promover relações de trabalho adequadas, não apenas da mulher, mas dos trabalhadores e trabalhadoras como um todo. Para tanto, a investigação se referenciou, prioritariamente, na discussão sobre a nova morfologia do trabalho de Antunes (2005, 2010), no conceito de trabalho de Overjero (2010), nas pesquisas recentes de Rivero (2009) e Matsuo (2009) sobre a informalidade e nos estudos sobre o processo de precarização e as formas de flexibilização das relações e condições de trabalho de Aquino (2007, 2008), bem como nas pesquisas sobre o trabalho no setor de confecções e do vestuário de (Neves e Pedrosa, 2007; Lupatini, 2007; Leite, 2004; Araújo e Amorim, 2002). Partimos, também, conforme o referencial da Psicologia Social do Trabalho, de uma análise deste trabalhador sendo construído e construindo suas relações de trabalho, fazendo história (de vida) e sendo feitos por ela.

Baseamo-nos na concepção de sujeito proposta por Clot (2007), destacando aqui sua referência na psicologia russa para construção de sua abordagem da atividade de trabalho. Em suas palavras, destaca que:

[...] o desenvolvimento de um sujeito não é, além disso, uma corrida rumo a uma meta desconhecida. Seu modelo não é embriológico, pois o desenvolvimento só é unidirecional e predeterminado fora das situações reais. O real se encarrega de transformar o desenvolvimento esperado em história não realizada (p.13).

Então, neste estudo, nós nos inserimos na realidade das costureiras, no enfrentamento diário dessa diversidade de demandas sociais, perpassadas pelas relações de trabalho do contexto de facção onde, além de trabalharem nas próprias casas ou de suas parceiras, não possuem vínculo formalizado de trabalho. Portanto, sem garantias sociais, sujeitas a condições de trabalho inseguras e sem ergonomia, ganham pelo que produzem. Ou seja, por peça pronta.

Adentramos, por conseguinte, este contexto de trabalho eminentemente feminino, de modo a analisar a repercussão destas relações de trabalho em suas vidas, estruturado nas relações de trabalho informais e precarizadas pelas transformações recentes do mundo laboral. Buscamos não só entender como este trabalho ocorre e se estrutura na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, mais especificamente no Bairro Conjunto Palmeiras, mas também analisar as consequências deste trabalho em facção de costura na vida das costureiras e caracterizar este trabalho a partir da experiência das próprias ‘faccionistas’, como se identificam.

Para tanto, discutimos essas novas formas de relação de trabalho a partir da experiência relatada por cada costureira, identificando os aspectos do ambiente das relações de trabalho em facção que interferem em suas vidas, bem como debatendo a relação que a costureira faz entre seus modos de viver e o trabalho que realiza e como planeja sua vida e de seus familiares.

Diante destes propósitos, definimos como objetivo central deste estudo: *analisar as consequências das novas formas de relações de trabalho, experimentado nas facções de costura em Fortaleza/ Ceará.*

Para a sistematização desta dissertação, fizemos o aporte teórico necessário ao resgate da conceituação do trabalho na contemporaneidade e do fenômeno da precarização laboral. Para tanto, inicialmente, aportamos o mundo do trabalho e as principais transformações em andamento, destacando os principais efeitos da crise estrutural do capitalismo e da precarização laboral, em especial no tocante aos novos formatos e suas transformações constitutivas e do conceito de informalidade e sua caracterização.

No capítulo seguinte, discutimos a informalidade na sua relação com os efeitos da globalização e como isso se dá, em especial, na indústria de confecção e do vestuário. Em seguida, situamos os modos de ser da informalidade na América Latina e no Brasil, caminho imprescindível para nos introduzirmos no contexto das redes de subcontratação e trabalho daquela indústria, onde as facções de costura a domicílio compõem a ponta inferior desta nova configuração das cadeias produtivas têxteis.

No quarto capítulo, descrevemos a nossa caminhada metodológica durante todo o percurso da investigação, onde procuramos situar desde nosso ponto de partida às transformações e ajustes que se fizeram necessários mediante o contato direto com nosso objeto de estudo. Para tanto, além do aporte metodológico fundado numa abordagem qualitativa, complementamos apresentando o perfil das costureiras participantes e uma síntese de como transcorreram os encontros e entrevistas realizadas, onde concluímos com a apresentação das categorias identificadas e definidas para referenciar nossa análise, na busca dos objetivos que nortearam esta pesquisa. As informações acessadas e registradas foram analisadas e discutidas com base no referencial proposto pela análise de conteúdo de Bardin (2004).

No quinto capítulo, discutimos e analisamos o conjunto das informações acessadas, com base nas categorias identificadas ao longo do cruzamento dos registros dos encontros e entrevistas, do diário de campo e nossos objetivos de pesquisa, a partir da experiência de cada uma das entrevistadas e da análise da forma como cada uma das facções investigadas estabelecia a organização das atividades, as relações identificadas entre o modo de trabalhar e de viver destas costureiras e suas implicações nas suas perspectivas de futuro, quanto ao planejamento pessoal e familiar.

Nas considerações finais, retomamos nossos objetivos para sintetizar as principais inferências viabilizadas por nossa análise, onde destacamos nossas inquietações, contribuições e desdobramentos possíveis deste estudo.

2 INFORMALIDADE E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo, fizemos o aporte teórico necessário ao resgate da conceituação do trabalho na contemporaneidade e do fenômeno da precarização laboral. Para tanto, inicialmente, aportamos o mundo do trabalho e as principais transformações em andamento, destacando os principais efeitos da crise estrutural do capitalismo e da precarização laboral, em especial, no tocante aos novos formatos e suas transformações constitutivas e do conceito de informalidade e sua caracterização.

2.1 A crise estrutural do capitalismo e a precarização laboral

O lugar de destaque do conceito de trabalho na Modernidade pode ser validado por obras de autores como Adam Smith e Karl Marx, focadas, prioritariamente, sobre sua definição e seu significado. Sabemos que este conceito acabou se convertendo em temática central nas Ciências Sociais, não apenas na economia e na sociologia, mas também com representatividade na psicologia.

Como se não bastasse, é muito comum ouvirmos pessoas falarem do trabalho como algo natural ao homem. Colocam-no em uma perspectiva quase existencial, no sentido de “trabalhar para ser, realizar-se”. Será que necessariamente temos que trabalhar para vivermos e sermos humanos? Trabalhar seria uma perspectiva meramente focada em sustento, sobrevivência? Sabemos que não é bem assim. Não é de hoje que estudiosos e pesquisadores (OVERJERO, 2011; ANTUNES, 2009, 2006, 2005; AQUINO, 2008) de variadas áreas se defrontam com a polissemia da categoria trabalho, quando se lançam na busca de respostas para suas inquietações.

Em uma rápida busca, encontramos conceitos diversos que abordam especificidades, matices e variações do trabalho, sem dar conta do fenômeno. Diante de tamanha complexidade, traços históricos e culturais, consideramos que nenhuma é plenamente satisfatória, nem poderia ser.

Sem a pretensão de realizarmos uma discussão sobre o fim do trabalho, passaremos agora a fazer um breve caminho sobre ele e como evoluiu para sua forma contemporânea,

ressaltando que, neste caminho, ele necessariamente não desapareceu. O que sabemos é exatamente o contrário.

Sabemos que, além de antropológica, a categoria trabalho é histórica tanto quanto é o homem. Pelo trabalho, tal como discute Marx (1985), o homem transforma a natureza e a si próprio numa relação dialética, produzindo história e construindo-se. Consideramos, pois, a primazia da relação do homem com seu trabalho para seu desenvolvimento enquanto ser humano.

Nas palavras de Marx (1985), no quinto capítulo do Livro I de “O Capital”, o trabalho não pode ser entendido enquanto ação de trabalhar, fora de sua dimensão histórica. O trabalho é ação e, neste movimento, ele é ruptura e continuidade, ao mesmo tempo em que decorre de condições dadas, historicamente construídas e herdadas. Assim, são criadas novas formas de trabalho e de inserção laboral a partir destas bases históricas, de onde são engendradas as condições sob as quais as gerações futuras irão agir. Portanto, ao tentar conceituá-lo, o autor destaca que isso só é possível se o considerar fora de suas estruturas sociais (MARX, 1985).

Concordamos, pois com Iasi (2010), ao discutir a perspectiva do trabalho proposta por Marx, onde ele afirma que:

(...) não se pode chegar ao juízo universal sobre o trabalho desprezando suas determinações diversas, ou seja, as formas particulares que assume no seu devir histórico e que são sempre formas determinadas.

No atual contexto histórico se fala em crise do trabalho (MÉDA, 1998; RIFIKIN, 1996) e se anuncia seu desaparecimento. Apesar das intensas discussões acerca do fim da centralidade do trabalho, alguns autores a defendem. Aquino (2007), por exemplo, destaca a transformação em curso no mundo do trabalho como “evidência clara” de mudanças nesta categoria, mas não obrigatoriamente de seu desaparecimento, como proposto por Riffikin (1996), em sua teoria sobre o fim do trabalho. O que Nardi (2006) corrobora quando afirma que o trabalho não tende a desaparecer. Por certo, passa por profundas modificações em suas formas de se apresentar hoje.

Já Dominique Méda (1998) prefere sublinhar o viés histórico do trabalho, quando o define como uma categoria construída. O centro de nossa visão de mundo, após o século XVII, enfim, em suas palavras:

O trabalho é nosso fato social total. Ele estrutura não somente nossa relação social. Ele é, sobretudo, o centro de nossa visão de mundo depois do século XVII. Trata-se de uma categoria construída, que nasce de uma situação sociopolítica (s.d.) particular. Seu

desaparecimento, evidentemente não desejado, colocaria em questão a ordem que estrutura nossas sociedades. (p.26).

Segundo Aquino (2007), estamos diante de profunda e estrutural transformação do trabalho e, conseqüentemente, de suas formas de organização e inserção laboral. A crença no viés histórico e antropológico da categoria trabalho o faz alertar que seria contraditório crer no fim daquele que, ontologicamente, “marca o próprio processo de humanização” (p.19). Porquanto,

[...] pensar no seu desaparecimento seria negar a própria capacidade de determinação histórica que permite compreender as variadas dimensões assumidas pelo trabalho em distintos momentos e contextos sócio-históricos (p. 21).

Destacamos, também, o ponto de vista de Overjero (2010), para quem o trabalho é construído socialmente, desde um dado contexto histórico-cultural, e se refere a experiências e modos de vida concretos das pessoas, permeados por um sistema de relações simbólicas que nele emergem e impactam nas aspirações e grau de satisfação profissional destes trabalhadores. Para ele, este conceito foi se adaptando ao longo do tempo às exigências do capital e suas transformações.

Apesar dos diversos esforços com vistas a definir o conceito de trabalho e de sua polissemia, nenhum conceito satisfaz totalmente Overjero (2010). O autor assegura, também, que as pessoas, seus grupos sociais e a sociedade, possivelmente tiveram que realizar algumas atividades para sobreviver. O trabalho, no entanto, como é conhecido na atualidade, surge pelas mãos do capitalismo industrial, não possuindo mais do que dois séculos de existência.

Somente para nos situar, no percurso das transformações do trabalho da modernidade até os dias atuais, pontuaremos alguns aspectos relevantes desta trajetória. Sabemos que do século XVI em diante (coincide com a modernidade, mas supera dois séculos), somente com a sistematização dos métodos de produção, as condições de trabalho humano vieram a ser estudadas cientificamente. A industrialização produziu um trabalhador independente do senhor feudal, reorganizou a divisão social do trabalho e criou as classes assalariadas (SILVA, 2004). Nesse período, tiveram início as evoluções da sociedade salarial, quando se desenvolveram as ideias de autonomia do trabalhador e de sua qualificação, exigida com a chegada das indústrias.

Entendemos que é neste período que surge o trabalho doméstico ou a domicílio, como sugere Silva (2004). Tratava-se daquela modalidade em que o mestre artesão recebe a matéria-

prima de um intermediário e produz o produto final, pronto para ser comercializado, fazendo uso, no entanto, de suas ferramentas para realizá-lo. Provavelmente, é por este caminho que “a figura do trabalhador independente, dono da sua oficina e de suas ferramentas” começam a desaparecer. (p. 94).

Em seguida, a autora faz o trajeto por onde passamos da manufatura à fase da maquinaria, onde o sistema rompe a unidade entre o trabalhador e suas ferramentas, ainda assegurada na primeira, deixando o trabalho livre do ritmo e do tempo do trabalhador, agora ‘preso’ à temporalidade definida pelo trabalho. Entendemos que, assim, instala-se a fase fabril, onde o capitalismo pode se desenvolver plenamente.

Silva (2004) resume, assim, as duas fases da Revolução Industrial que demarcam este momento:

Se a primeira fase da Revolução Industrial garantiu a expansão da indústria metalurgia, têxtil e mineração, alterando uma tecnologia que era usada pela força humana e de animais, a segunda fase caracterizou-se como uma revolução científico-técnica (s.d.), que produziu mudanças do papel da ciência a respeito da produção, modificando o próprio processo de trabalho. (p.96-97)

Desse modo, entendemos que a ciência moderna tem seu desenvolvimento ligado ao surgimento do capitalismo e da ascensão da burguesia, onde pressionados pela resistência da classe operária em submeter-se às novas regras do trabalho ditadas pelo capital, produziu modelos e paradigmas diversos, como o taylorismo-fordismo ou o toyotismo, para citar algumas das formas que historicamente marcaram o processo de desenvolvimento do capitalismo e a evolução do trabalho até aqui, apesar de não pretendermos detalhá-los neste estudo.

Portanto, somente em meados do século XX, assistimos a um período de várias mudanças no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na ordem produtiva, nas formas de ação sindical e política, principalmente nos países de capitalismo avançado. Foram tão consistentes as modificações, que se pode mesmo afirmar que a ‘classe-que-vive-do-trabalho’ passou pela mais intensa crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas também teve severas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis. Desde essa época, há a identificação de uma revolução ‘no e do’ trabalho (ANTUNES, 2005).

Antunes (2005) destaca ainda, que, no capitalismo contemporâneo, houve uma múltipla processualidade, em que, de um lado, constatamos uma desproletarização do trabalho

industrial, fabril, havendo uma diminuição da classe operária e, de outro, o aumento do subproletariado precário e o assalariamento no setor de serviços, incorporando o trabalho feminino. E Aquino (2008) complementa, quando afirma que: “instabilidade, flexibilidade e perda de garantias sociais apresentam-se como características marcantes deste novo cenário.” (p.169).

Segundo Antunes (2010a), as mutações no mundo do trabalho, oriundas das formas flexibilizadas de acumulação capitalista, produziram consequências na forma de ser da classe trabalhadora. Esta se encontra hoje fragmentada, heterogênea e ainda mais complexa. “Tornou-se mais qualificada em vários setores onde houve uma relativa *intelectualização* do trabalho, mas *desqualificou-se e precarizou-se* em diversos ramos, [...]” (p.24). Encontra-se, portanto, “[...] dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc., [...]” (p.27).

Esta discussão aflorou no Brasil no final da década de 1980, quando da reestruturação empresarial e econômica, onde os conceitos de flexibilização e terceirização se tornaram praticamente sinônimos, progressivamente, impactando na precarização das relações e processos de trabalho. O processo de precarização está relacionado à desregulamentação do uso da força de trabalho e progressiva perda das garantias trabalhistas e sociais, com redução de custos e ônus para as empresas (LIMA, 2010).

Na compreensão de Garrido (2006), a flexibilização se refere à capacidade de adaptação das empresas às exigências do mercado, portanto diz respeito ao modo como respondem às transformações impostas pelo desenvolvimento do capital. Assegura que esta adaptação se revela em quatro formas de flexibilidade. São elas: numérica (diz respeito a flutuações no quadro de pessoal e/ou na forma de contratação); temporal (quanto ao tamanho da jornada e do tempo contratual); produtiva (quanto ao deslocamento da responsabilidade do contrato. Ex.: terceirização e subcontratação) e funcional (relativo à quantidade de funções assumidas. Ex: trabalhador polivalente).

A contratação temporária, que é uma das estratégias de flexibilização mais utilizadas pelas empresas, tem sido fomentada pelos governos da maior parte dos países ocidentais, o que vem criando ao longo destes anos um contexto normativo propício para a introdução desta forma de flexibilização (GARRIDO, 2006, p. 26-27).

Por exemplo, os estudos de Thébaud-Mony & Druck (2007) sobre a erosão dos direitos dos trabalhadores e a terceirização apontam a precarização como um processo, não apenas uma qualidade, mas algo amplo, contínuo e estruturado com base nas novas formas de organização do trabalho, decorrentes dos esforços recentes do capital em aumentar suas margens e prosperidade em escala global. Enfim, processo de crescente institucionalização da instabilidade e insegurança, bem como de recuo do Estado na sua ação de regulação das garantias sociais e do mercado de trabalho.

Portanto, se levamos em conta as reflexões de Aquino (2008) e Garrido (2006), o argumento em favor da flexibilização é pautado em vantagens para o trabalhador, como o ganho de autonomia, de maior controle sobre sua vida e da possibilidade de conciliação de vida pessoal e profissional. No entanto, o que se verifica mesmo é um vínculo intenso entre flexibilização e precarização, tornando-os complementares na consolidação das transformações recentes do mundo do trabalho.

A precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por se constituir uma ‘resposta’ contemporânea do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores (AQUINO, 2008, p. 174).

Consideramos, neste trabalho, a força da ordem capitalista e, em particular, suas formas atuais de expressão no mundo do trabalho como criadores de *instabilidade e de incerteza* concernentes ao futuro da humanidade (FRANCO, 2011; AQUINO, 2008; BORSOI, 2005; SPURCK, 2005) (grifos nossos).

Antunes e Pochmann (2011) afirmam que nas décadas seguintes ao segundo Pós-Guerra, houve importantes conquistas relativas à regulamentação dos vínculos e das condições de trabalho, o que promoveu um novo nível de segurança, saúde e estabilidade laborais. Cenário propício para o desenvolvimento do modelo fordista de acumulação do capital, principalmente nos países avançados, mas com repercussões progressivas para o mundo do trabalho como um todo. Inicialmente, propiciou um aumento crescente dos níveis salariais e redução das taxas de desemprego, sendo considerado por alguns autores (ANTUNES e POCHMANN, 2011; AQUINO, 2008; BORSOI, 2010) como período ‘dourado’ do desenvolvimento do capital.

Já no fim do século XX, surgiram outras forças destrutivas do trabalho vivo, onde a intensificação da acumulação pós-fordista abre portas para a inversão do contexto de seguridade alcançado anteriormente, ainda que disfarçado pelo discurso da flexibilização, que nada mais era

do que “uma ampliação mais intensa nos níveis de precarização e desemprego”, à medida que se processava a globalização neoliberal (ANTUNES e POCHMANN, 2011, p. 01).

Apoiado nos estudos de Antunes (2005), Aquino (2008) defende o surgimento de uma nova ordem social mediada pelo trabalho, desvinculado do modelo de proteção social praticado anteriormente:

A reestruturação produtiva operada ao longo dos últimos 30 anos tem tido repercussão na sólida estrutura do trabalho, que associou o modelo da sociedade salarial não somente a um modo de produção, mas fundamentalmente a um modo de proteção social. A sociedade salarial não foi perfeita e nela podiam ser explicitadas profundas distorções, mas hoje, ao depararmos-nos com o rápido processo de complexificação e heterogeneização (ANTUNES, 1997) que assume o mundo laboral, somos obrigados a refletir sobre os efeitos mais evidentes dessa substituição por uma nova ordem social mediada pelo trabalho. Um (sic) certo processo de homogeneização que estava presente na etapa salarial, se vê substituído por uma diversificação acentuada de condições e vínculos laborais que demanda a constituição de diferentes estratégias para compreender quem é o trabalhador dos dias atuais e como ele vivencia essas mudanças (AQUINO, 2008).

De alguma forma, tais aspectos antecipam os percursos de vulnerabilização do trabalho, que passarão a integrar o cenário laboral. É, também, nesse território em construção que vislumbraremos a emergência de grupo que será alvo de nossa investigação, a saber: as faccionistas.

2.2 Novos formatos e outras transformações constitutivas da precarização laboral

Sabemos, pois, que o foco das políticas neoliberais desde os anos 1980 partia da ideia de que a regulação pelo Estado seria um entrave, ao dificultar os avanços dos interesses e ganhos do capital através da regulamentação do mercado de trabalho (contratos de trabalho e direitos trabalhistas), da política tributária, alfandegária, da concorrência (de empresas estatais) ou da política de subsídios para setores estratégicos e políticas sociais. Portanto, conforme Franco (2011), para o capital superar a sua ‘crise’, teve que:

(i) liberar o capital das amarras pela via da desregulamentação; (ii) reconfigurar o mundo do trabalho ou da produção pela flexibilização dos salários e desestabilização dos empregos; (iii) anular as regras de aumento salarial com base na inflação; (iv) anular a cobertura e a extensão da seguridade social (benefícios); (v) liberar os procedimentos de demissão; (vi) destruir o "emprego fordista", ou seja, o trabalho com o corolário de proteção social; (vii) recriar o trabalho precário

via *terceirização* ou *subcontratação*, além de outras formas de vínculo frágil. (p. 179, grifos da autora.).

O que Antunes (2010a) corrobora ao afirmar que a crise surgida em fins de 1960 e início de 1970, “em verdade era expressão de uma crise estrutural do capital”, produzindo como consequências um conjunto de transformações no próprio processo de produção de mercadoria. A opinião dos pesquisadores parece estar dividida e tem gerado pouco consenso.

Em contraposição a esta nova fase da relação capital e trabalho, que diz produzir como vantagem “um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de uma maior realização no espaço do trabalho”, a defendida tese da acumulação flexível, alguns autores, como Antunes (2010a, p.22), têm preferido acreditar que estas mudanças não têm produzido uma nova forma de organização do trabalho, mas intensificado tendências fordistas anteriores. Na verdade, tem se traduzido em uma nova configuração do “poder no local de trabalho e no próprio mercado de trabalho, muito mais em favor dos empregadores do que dos trabalhadores” (Tomaney, 1996, p.157-158).

Esta fase de acumulação flexível do capital, com suas respectivas repercussões no mundo do trabalho, levou Castilho (1996) a chamá-la, curiosamente, de *liofilização organizativa* ou organizacional. Aproveitando-se do significado de liofilização, relativa ao processo de eliminação das substâncias vivas, desidratação ou enxugamento, utilizado para melhor preparar alimentos para seu acondicionamento seguro e sem perdas nutricionais, a liofilização organizacional seria este processo de enxugamento nas empresas, de suas “substâncias vivas”, os trabalhadores, por meio da modernização tecnológica e da construção de nova configuração produtiva, onde cada vez mais é reduzido ou substituído o trabalho vivo.

Essa configuração produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país. Vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês foram implantados, como a gestão pela Qualidade Total e suas ferramentas: Círculos de Controle da Qualidade, Kaban, *just-in-time*, etc., a ‘produção enxuta’ ou *lean production*, as formas de terceirização e de subcontratação da força de trabalho. Forçados pela globalização e os interesses crescentes do capital, viabilizados pela revolução informacional, chegaram ao ponto de promover a transferência de plantas e/ou unidades produtivas inteiras, inclusive para outros países,

configurando aquilo que é denominado por Antunes (2006) como *re-territorialização* ou *des-territorialização*.

Segundo Souza (2009), o redimensionamento das plantas produtivas tem se revelado das mais diversas formas, seja pela redução, ampliação, implantação e transferência de indústrias para áreas variadas, inclusive sem tradição fabril, nem condições de infraestrutura urbana mínima para acolher estas novas atividades e toda a rede de parceiros que, muitas vezes, acompanham esta nova empreitada do capital em busca de sobreviver e acumular mais e mais.

Percebemos, então, que aquilo que deveria ser vantagem, redução de danos, dos níveis de sofrimento e de exploração do trabalhador, ao contrário, travestiu-se de novas formas mais sutis, mas, basicamente, retoma características do trabalho anteriormente vivido, aprofundando o processo de precarização. As tradicionais indústrias têxteis foram alvo também dessas transformações. Portanto, concordamos com Sousa (2009) quando afirma que as novas tecnologias e o incremento de maquinário sofisticado, por exemplo, não cumpre o papel de amenizar o trabalho operário penoso e aproveitar melhor as capacidades e habilidades humanas. Tem, mais especificamente, propiciado a intensificação dos ritmos de trabalho, aumento das jornadas de trabalho e exigido maior controle sobre os problemas e os resultados.

Como consequência das práticas flexíveis de contratação da força de trabalho, presenciou-se uma ainda maior precarização dos empregos e redução de salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e de redução dos direitos sociais para os trabalhadores em geral e de modo ainda mais intenso, para os terceirizados e subcontratados.

Antunes (2010b) caracteriza a precarização na perspectiva da crescente informalização do mundo do trabalho. Oriundos da expulsão recorrente do mercado de trabalho formal, trabalhadores e trabalhadoras são impulsionados para trabalhos definidos pelas diversas possibilidades precárias de trabalho produzidas pela urgência do capital em se ampliar e produzir mais valor. Portanto, milhões deles são frequentemente absorvidos por formas de trabalho temporários, instáveis, não regulamentados e precarizados, quando não se mantêm desempregados.

Borsoi (2005) corrobora a ideia de Aquino (2008) ao discutir os resultados de sua pesquisa com trabalhadores de indústrias de um município cearense, incluindo uma confecção, em que assinala que a visão positiva dos trabalhadores e trabalhadoras sobre suas condições

atuais de trabalho e seus modos de viver está arraigada a um passado recente de vida penosa e precária, de intensa carência material e social, experimentado entre esses trabalhadores, principalmente no trabalho da agricultura. Assim, quando se fala que: “o trabalho é bom”, “a fábrica X é ótima”, “a vida mudou” e “está muito melhor agora”, afirma-se uma forma de ver o trabalho como possibilidade de garantir, formalmente, uma segurança mínima perante a realidade anteriormente vivida; longe, no entanto, de ser garantia de relações e condições atuais adequadas de trabalho.

O que percebemos hoje, portanto, é um processo que teima em desembocar na precarização das condições e relações de trabalho. O que Antunes (2010b) defende como um processo de precarização estrutural do trabalho, que se desenvolve na esteira da crescente informalização do mundo do trabalho. Contratos de trabalho são flexibilizados, por exemplo, em suas temporalidades - principalmente em sua duração -, as jornadas já não são de até 08 horas diárias, muito menos, de 40 a 44 horas semanais. A instabilidade do mercado de trabalho revela-se nos contratos temporários, por tempo determinado. Podemos identificar os impactos da precarização em todo lugar, inclusive dentro de nossas famílias e vidas. Este fenômeno parece produzir efeitos visíveis e concretos, produzindo consequências nas formas de organização e planejamento pessoal e profissional dos trabalhadores, provocando mudanças, dúvidas e insegurança em suas vidas, onde já não se pode ter um mínimo de previsibilidade, seja no hoje (presente), ou mesmo no amanhã (futuro). Portanto, contrariamente à tese do ‘Fim do Trabalho’, constatamos uma profunda e expressiva precarização e informalidade do trabalho, composta de trabalho parcial, subcontratado e precarizado.

Em nossa pesquisa, interessou-nos definir, portanto, o trabalho na contemporaneidade em sua interação com o processo de precarização. Verificamos, no entanto, uma estreita relação destes com os modos de ser da informalidade, como passaremos a discutir a seguir.

2. 3 Informalidade: trajetória conceitual e caracterização

Decidimos construir um diálogo interdisciplinar, pois acreditamos nesta perspectiva como viável para um melhor acesso à complexidade do tema da informalidade, que vai além dos limites estanques estabelecidos pelas diversas especialidades.

Para adentrarmos com maior segurança no contexto da informalidade e suas nuances, é fundamental introduzirmos a trajetória de construção deste conceito, destacando algumas definições e caracterização utilizadas em estudos acadêmicos nas últimas décadas, para, assim, apresentarmos alguns de seus limites e contradições, situando-nos melhor sobre a real dimensão desta categoria, seus mecanismos e engrenagens que impulsionam o mundo do trabalho em direção à informalidade, enquanto mais uma faceta do processo de acumulação e expansão do capital.

Sabemos, também, que as múltiplas possibilidades de definição da informalidade acabam por produzir uma crescente limitação para conceituar e desenvolver estudos nesta área, oriundos de uma mesma raiz, sem falar nas realidades empíricas por trás destes estudos, muitas vezes, tão diversas umas das outras que dificultam considerações e generalizações.

Podemos ver que os estudos, como os desenvolvidos no Brasil, têm se focado prioritariamente nos chamados países em desenvolvimento, onde o tema da informalidade é tratado na sua relação com a problemática: da flexibilização/ nova configuração da produção, do desemprego, da precarização do trabalho, das políticas públicas de emprego e renda, da qualificação profissional, do trabalho infantil, do gênero, do trabalho familiar, do trabalho a domicílio, dentre outros (CACCIAMALI, 1991; FILGUEIRAS, DRUCK; AMARAL, 2004; RIVERO, 2009; MATSUO, 2009).

As categorias e conceitos utilizados para denominar o fenômeno da informalidade acabam por refletir os desafios enfrentados pela sociedade diante das mudanças variadas que vêm transformando a realidade social de modo global, sejam elas: estruturais, econômicas, políticas, morais, objetivas e/ou subjetivas, para analisá-las, entendê-las e, então, agir na sua realidade, buscando sobreviver nesta nova ordem mundial.

Noronha (2003) afirma em seu artigo “Informal, ilegal, injusto: percepções sobre o mercado de trabalho no Brasil”, que a informalidade conseguiu firmar uma definição mais clara quando esteve vinculada a atividades periféricas não rentáveis. No entanto, quanto ao uso coloquial do termo no Brasil, ele destaca que: “o trabalho é formal se, e somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, *status* de empregador”. (p.8).

Noronha (2003) reformula o conceito de informalidade a partir dos pressupostos específicos de diferentes pontos de vista, com suas ênfases próprias, como a do formal/informal, do legal/ilegal e do justo/injusto. Diante da variedade de tipos de contratos, o autor critica o uso do conceito, chamando atenção para as noções de contrato de trabalho consideradas do tipo “justo” pelo senso comum, pois combinam aspectos econômicos e jurídicos de contratos legítimos. Alerta, também, para os desafios de quem se debruça sobre este assunto, pois é grande a multiplicidade dos processos que geram os contratos atípicos, que balizam as relações informais no Brasil.

Sabemos que desde a sua origem, em meados da década de 1960, a conceituação de trabalho informal ou informalidade tem sido um desafio teórico e político e pauta dos problemas sociais latino-americanos e, também, brasileiros. Foi utilizada, inicialmente, como categoria para o entendimento dos desafios da integração social da população crescente que migrava do campo para as cidades nos países periféricos ou em desenvolvimento (CACCIAMALI, 1991; FILGUEIRAS, DRUCK; AMARAL, 2004; RIVERO, 2009; MATSUO, 2009).

Como já afirmamos antes, definir a informalidade, fenômeno inerente ao sistema capitalista, é um desafio constante. Sua complexidade decorre do fato de envolver situações diversas. Uma de suas definições relaciona informalidade ao desenvolvimento econômico, mais especificamente ao êxodo rural, conforme estudo realizado no final dos anos 60 pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Sato (2012), em palestra proferida no auditório das Ciências Sociais da UFC, reforça que o conceito de informalidade foi desenvolvido pela OIT para tratar especificamente das formas de inserção do Quênia e de Gana. Nesta linha de pensamento, os trabalhadores que migravam para as grandes cidades e não eram absorvidos pelo trabalho formal, engajavam e faziam crescer a informalidade. Concordamos com Figueiras, Druck e Amaral (2004) quando criticam esta perspectiva pelo fato da informalidade ser tratada a partir de uma concepção dicotômica, entre rural e urbano, como se fossem realidades separadas, estanques, esquecendo a dinâmica de exclusão peculiar do capitalismo.

Cacciamali (1991), em seus estudos, também traz o conceito de setor informal sob duas perspectivas distintas. Já nos anos 70, este conceito aparece vinculado ao conjunto daquelas atividades econômicas sem uma vinculação clara entre trabalho e capital, onde estariam incluídos desde os pequenos produtores e comerciantes (incluindo seus ajudantes; familiares ou não), os

trabalhadores por conta própria, os vendedores autônomos, até os prestadores de serviços em geral. A outra perspectiva apontada pela autora, situada em meados dos anos 90, remete às atividades que estão desprotegidas legalmente, isto é, são desregulamentadas. Portanto, estão fora do alcance do controle do Estado, parcial ou totalmente descobertas pela legislação, seja na sua dimensão tributária, trabalhista ou em qualquer outra. Como encontramos na literatura especializada, é a chamada economia submersa, subterrânea ou invisível.

No pensamento de Kowarick (1975) e Alves (2001), essa dualidade de posicionamentos envolvia, de um lado, a “teoria da modernização” e, de outro, a “teoria da marginalidade”, embora envolvendo os mesmos pressupostos. A primeira sustentava a concepção de que a descapitalização dos países subdesenvolvidos produzia um profundo desequilíbrio na estrutura de emprego urbana. No entanto, acreditava-se que essa situação era provisória, oriunda da inserção dos trabalhadores migrantes aos empregos assalariados. Acompanhando o rumo proposto pela primeira vertente, a chamada teoria da marginalidade trazia em seu bojo o argumento de que a informalidade surge como consequência da modernização das economias nos países em desenvolvimento, onde os trabalhadores não absorvidos pelos novos arranjos produtivos estariam fadados a atividades de trabalho marginais. Sendo o trabalho informal, nesta perspectiva, considerado como marginal, desintegrado da estrutura produtiva, portanto à parte da estrutura econômica. Percebemos que são concepções de cunho dualista, que ainda polarizam o conceito, mantendo a oposição: “tradicional” e “moderno”, “marginal” e “integrado”.

Para superar as dificuldades teóricas encontradas neste primeiro momento de uso da conceituação de setor informal, Matsuo (2009) afirma que os pesquisadores começam a tratá-las, tendo como referência o tipo de relações do trabalhador com os meios e instrumentos de produção. O setor informal, então, passa a ser relacionado à pequena produção, sendo conhecido como o conjunto das atividades econômicas em que o trabalhador possui os instrumentos de trabalho e produz bens ou serviços, com contribuição familiar direta ou de outros trabalhadores.

O termo setor informal, criado em meados dos anos 60 pela OIT, é utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre países da África, Gana e Quênia, elaborados dentro das especificações do Programa Mundial de Emprego, em 1972. O principal foco daquele programa era analisar a evolução do emprego e da renda nos países em desenvolvimento, priorizando aqueles em que o Estado havia incentivado um processo rápido de industrialização. Em outro

estudo, agora elaborado pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), da OIT, onde o termo é utilizado para explicar as questões mais globais do mercado de trabalho, especialmente aquelas ligadas ao desemprego e ao subemprego, o setor informal é definido como o conjunto de pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, realizadas “fora do âmbito normativo oficial em mercados desregulamentados, competitivos e com baixo nível de organização, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho”. Caracterizam-se pelo uso de pouco capital, produção e produtividade reduzidas, técnicas artesanais ou pouco especializadas, baixa qualificação do trabalhador, promovendo um vínculo instável e de baixa renda (MATSUO, 2009).

O que Rivero (2009) corrobora quando diz que a OIT, além de forjar o termo informal, considerou como informais as atividades com relações de trabalho do tipo instáveis, baixos salários e produtividade, relacionados à situação de pobreza dos trabalhadores e aos países subdesenvolvidos. O referido setor, portanto, caracterizava-se por:

Facilidade na entrada, por contar com recursos de origem doméstica, tratar de empreendimentos de propriedade individual ou familiar, operar em pequena escala, ter processos produtivos intensivos em trabalho e tecnologia adaptada, contar com mão-de-obra que adquire qualificação fora do sistema escolar normal, atuar no mercado competitivo e não-regulamentado (p. 205-206).

Esta definição, conclui a autora, esteve associada às noções de pobreza e marginalidade, como vimos anteriormente, e fortalece a concepção de que existe um exército industrial de reserva, apenas aguardando para abraçar a oportunidade de ingressar no setor formal, sendo aplicada principalmente pelos países menos desenvolvidos. Já o setor formal estaria caracterizado pela dificuldade de inserção, dependência externa de recursos, possuir propriedade impessoal, funcionar com produção de larga escala e com processos produtivos intensos em capital e tecnologia importada, utilizando-se de pessoal qualificado pelas vias formais, atuando em mercados protegidos por tributação específica.

Ressaltamos, no entanto, que O PREALC, seguindo as mesmas orientações da OIT, entendia que o setor informal seria constituído por atividades de baixa produtividade, realizadas por categorias de trabalhadores não subordinadas à legislação trabalhista. No entanto, não deixava clara a relação entre o setor informal e o sistema capitalista.

Presente na literatura especializada, este debate trata sobre a relação da informalidade com o Capitalismo, segundo Matsuo (2009), sobre a funcionalidade da economia informal em relação ao Capitalismo, onde a concepção de setor marginal está relacionada às formas de produção não-capitalista para alguns. Já outros, consideram-na como uma inserção perversa dos trabalhadores na economia capitalista. Sem falar nos posicionamentos variados sobre as relações que se estabelecem entre o trabalho informal e os fenômenos da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda. Conforme afirmava Pochmann (2001), no princípio do século, que o total de desempregados no mundo girava em torno de 150 milhões de trabalhadores, sendo 850 milhões de subempregados. As projeções do desemprego, conforme o VI Relatório da 101ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT (2012) para o final de 2012, trazem números que superam os 202 milhões de trabalhadores.

Prandi (1978) traz em seus estudos outra nuance deste debate. Ele explicita que a aparência de autonomia no trabalho informal inibe ou oculta a relação capital x trabalho, que se encontra numa ‘forma disfarçada de assalariamento’. Destaca, também, a supervalorização do individualismo no limite da sobrevivência, impedindo ou colocando obstáculos para ações coletivas. Esta seria a contribuição do trabalho informal para evitar o conflito de classes.

Matsuo (2009) apresenta em sua tese de doutorado “Informalidade e desemprego: desigualdades sociais”, as principais abordagens teóricas que norteiam a discussão sobre informalidade e sua delimitação conceitual, que se sustentam em concepções de trabalho informal diferentes: a abordagem neoliberal, a estruturalista, a marginalista, a solidarista ou economia popular (relacionada à Teoria da Dependência) e a abordagem do desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalista, como apresentaremos a título de síntese, a seguir.

Na primeira, Matsuo (2009) descreve a economia informal como anticíclica, subordinada e intersticial, não reconhece a segmentação do mercado de trabalho brasileiro e defende a flexibilização das leis trabalhistas, onde o Estado deixa de ter seu poder produtor, regulador e indutor, e a qualificação dos trabalhadores como caminho para a formalização dos informais. Já a abordagem estruturalista, afirma que o perfil de desenvolvimento da América Latina gera uma heterogeneidade da estrutura global da economia, onde a informalidade está relacionada à precariedade tecnológica e organizacional, à baixa produtividade e mesmo à pobreza e à marginalidade. Concentra a maior parte das políticas e programas para o setor

informal, incluindo a vertente da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que produz grande influência sobre órgãos públicos, como Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros.

As categorias socialmente excluídas fazem parte da abordagem marginalista, referindo-se aos níveis mais baixos da economia. É caracterizada nas suas interpretações como polo marginal, massa marginal ou como ‘conjunto de setores arcaicos remanescentes de outros modos de produção’, fazendo parte do que Marx chamou de força de trabalho excedente. A solidarista ou da economia popular diz respeito ao setor informal como economia popular e não-capitalista, composta pelos pobres; os pequenos estabelecimentos; a mão-de-obra intensiva e de baixa produtividade; o pequeno comércio; os artesanatos; a economia doméstica. Possui capacidade de acumulação irrelevante; a relação de parentesco como o principal tipo de relação de produção, tendo a solidariedade como valor de referência. A informalidade é vista como parte integrante da economia subterrânea e a ilegalidade na heterogeneidade estrutural.

Por fim, a abordagem do desenvolvimento e subdesenvolvimento do capitalismo coloca a informalidade como produto e parte integrante do próprio desenvolvimento capitalista, em oposição às concepções neoliberais, estruturalistas e marginais. Entende que o desenvolvimento do capitalismo é o responsável pelos processos de marginalidade e informalidade.

Percebemos que a perspectiva do desenvolvimento ou subdesenvolvimento do capitalismo parece proporcionar uma melhor aproximação e entendimento do fenômeno da informalidade, quando a trata como uma qualidade do próprio sistema capitalista.

Singer (1973), um dos estudiosos desta concepção, defende ser imperativo analisar com afinco as relações causais entre dependência e marginalidade. Destaca, porém, que a dependência é um dentre vários aspectos que contribuem para a determinação social, interferindo no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização em sociedades como as latino-americanas. Assim, Matsuo (2009) conclui afirmando que a informalidade, processo decorrente do desenvolvimento capitalista, não deve ser considerado atribuição da dependência e do imperialismo econômico. Portanto, o que seria marginal não seria o setor, mas os trabalhadores.

A autora lembra-nos, também, que a globalização intensifica a exclusão no mercado de trabalho e o desemprego tecnológico, fruto da substituição de trabalhadores por máquinas. Ela

cria, ainda, em alguns países, o dito desemprego estrutural, relacionado à nova configuração produtiva e conseqüente redução de postos de trabalho, por conta da nova divisão internacional do trabalho provocada pela Terceira Revolução Industrial.

Em suas palavras,

Para SINGER (1973), melhor do que a palavra “*desemprego*”, a noção de *precarização do trabalho* descreve adequadamente o que está ocorrendo: a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais e da segurança no emprego, bem como a consolidação de um ponderável *exército industrial de reserva* num mercado de trabalho deteriorado. A *precarização do trabalho* toma a forma de *relações informais ou incompletas* de emprego, agravando as condições de vida dos trabalhadores (MATSUO, 2009, p.79) (grifos da autora).

Portanto, entendemos que a informalidade diz respeito:

Ao empreendedorismo; à autonomia e à ausência de regulamentações legais; à natureza dual das economias; à marginalidade das ocupações diante dos setores mais dinâmicos da economia; ou ao caráter periférico e dependente das formações sociais capitalistas latino-americanas (Matsuo, 2009, p. 83).

Compartilhamos, também, com a ideia da autora de que o trabalho informal e a economia informal são processos integrantes do desenvolvimento do capitalismo, caracterizados pela reprodução de antigas formas de trabalho, como trabalho domiciliar; trabalho em cooperativas; trabalho por conta própria; trabalho autônomo; e trabalho em micro e pequenas empresas, criando relações sociais de trabalho precárias e sub-remuneradas (subemprego), especialmente na perspectiva do trabalho domiciliar em facção de costura, nosso foco neste estudo, como detalharemos mais adiante.

Integram a economia informal, em especial, os relacionados à indústria a domicílio, ou trabalho a domicílio, considerados a faceta pauperizada ou estagnada do exército industrial de reserva proposto por Marx (1985), da qual também fazem parte o artesanato e os trabalhadores domésticos, que não são alvo deste estudo. São trabalhadores que realizam seu trabalho em suas casas ou próximos a elas, permanecendo na ponta da cadeia produtiva e, nesta pesquisa, mais especificamente vinculados à indústria de confecção e do vestuário. Possuem pouca ou nenhuma qualificação, lutam por sua sobrevivência, alcançando ainda baixos rendimentos, expostos a condições de trabalho precarizadas. Além disso, destacamos que a desregulamentação os mantém *debilmente incluídos* e vulneráveis socialmente, com sua *cidadania questionada*. E, ainda, não

são considerados marginais, como Matsuo (2009) costuma fazer em seus estudos, visto que estão diretamente relacionados ao sistema capitalista, do qual são dependentes (grifos nossos).

Concordamos, também, com a crítica de Matsuo (2009) à defesa do “empreendedorismo” e da tão falada autonomia, onde “o trabalhador *opta* pelo trabalho por conta própria – autônomo ou assalariado sem carteira – como meio de obter maior remuneração e de evitar relações autoritárias com patrões e chefias”, apesar da instabilidade de vínculo e de renda. Nesta concepção, a autora diz que *permanecer no setor informal é* visto antes como “*escolha e busca por prosperidade e liberdade*”, ao invés de “exclusão social, dificuldade de inserção (ou reinserção) e permanência na economia formal”. Ressalta que de fato o que os mantém lá seria a baixa qualificação, redução da oferta de postos de trabalho e/ou pelas condições precárias de trabalho anteriormente vividas. A defesa do “empreendedorismo” ou de ideias neoliberais desqualifica a influência da ação das políticas públicas, seja a nível econômico, seja de emprego e renda, colocando o trabalhador como responsável pelo seu próprio destino (grifos nossos).

Nesse capítulo, percorremos desde a concepção de trabalho contemporâneo e seu traço central de precarização das formas de inserção laboral, aos conceitos, termos e caracterizações próprios dos variados estudos sobre a informalidade. Discutimos sobre posicionamentos contrários, que nos esclareceram sobre as possibilidades e caminhos a seguir na elaboração deste estudo. Podemos, agora, aprofundar nossa compreensão do fenômeno da informalidade, na perspectiva da América Latina e do Brasil, de modo a chegarmos à realidade pesquisada – o trabalho das costureiras de facção, realizado a domicílio, como ponta da cadeia produtiva da indústria de confecção e do vestuário de Fortaleza – Ceará.

3 PROCESSOS DE INFORMALIZAÇÃO E OS MODOS DE SER DA INFORMALIDADE

Iniciamos esse capítulo discutindo a informalidade na sua relação com os efeitos da globalização e como isso se dá, em especial, na indústria de confecção e do vestuário. Em seguida, situaremos os modos de ser da informalidade na América Latina e no Brasil, caminho imprescindível para nos introduzirmos no contexto das redes de subcontratação e trabalho daquela indústria, onde as facções de costura a domicílio compõem a ponta inferior desta nova configuração das cadeias produtivas têxteis.

3.1 Processos de informalização, globalização e a indústria de confecção e do vestuário

A nova configuração produtiva, a globalização e as ideias neoliberais produziram novas formas de inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, principalmente, no que diz respeito a sua forma e conteúdo (Neves, 2004).

Como vimos no capítulo anterior, esses novos padrões de gestão do trabalho desenvolveram-se como consequência da expansão do capital e dos processos de reestruturação produtiva, pautados na flexibilização e precarização social do trabalho, onde a crescente transformação do contrato trabalhista foi demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho.

Segundo Neves e Pedrosa (2007), pesquisadoras do trabalho a domicílio na indústria de confecções, “a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado” (p.12), são algumas das diversas expressões desta nova configuração. Elas entendem a nova dinâmica do capital, conforme propõe Castel (1998), onde a desestabilização dos estáveis, a inserção de diferentes trabalhadores em formas precárias de trabalho e o aumento do desemprego são pilares centrais de sustentação de sua expansão.

Para Castel (1998), a precarização, em seu teor de insegurança, está relacionada com a vulnerabilidade social, o desemprego e a desfiliação social. Refere-se, pois, a duas formas de institucionalização da precarização, segundo Neves e Pedrosa (2007), a precarização das formas

de produzir e remunerar o trabalho e a precarização da proteção social, anteriormente assegurada e regulamentada, agora sob a forma de perda destas garantias.

Essa reestruturação na concepção do mundo laboral nos permite entender a dimensão da informalidade na perspectiva de Rivero (2009), quando afirma a estreita relação entre os processos de informalização ou modos de ser da informalidade, a globalização e a fragmentação do mundo do trabalho. A autora defende que os mesmos não são fenômenos novos, mas que ganham relevância no centro do debate sobre integração, exclusão social e o paradigma do trabalho assalariado. Estes processos de informalização do trabalho viriam na esteira da desregulamentação do Estado sobre o trabalho e as recentes transformações nas relações de assalariamento. Estariam no cerne da compreensão do que vem ocorrendo nas sociedades avançadas e nos países em desenvolvimento.

Para Castells (1999), além de sua característica de interdependência, a globalização emerge como uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade, resultante da reestruturação capitalista. Como discutimos anteriormente, ela possui características como:

maior flexibilidade do gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes (...); considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maiores das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o Estado do bem-estar social (...) aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para acumulação e gestão do capital (p.21-22. Vol. 1).

O autor compreende, portanto, a economia como informacional, pois acredita que ser global aponta para uma capacidade de movimentar-se como um todo integrado, em tempo real e numa dimensão planetária.

Mesmo que o trabalho assalariado tenha sido referência para construção da identidade social na sociedade industrial, Rivero (2009) afirma a existência de outras denominações e formas de organização da economia e do trabalho, diversas do referencial assalariado, que persistem. A autora corrobora, então, com a ideia de que a fragmentação e a informalização não são algo novo. Rivero (2009), assim, declara:

Mesmo que alguns autores contemporâneos apresentem a fragmentação e a informalização da economia como uma novidade, aqui se mostra como, sob outras

denominações e formas, elas sempre estiveram presentes no conjunto da sociedade latino-americana, em geral, e brasileira em particular, ainda que com variações para cada momento histórico (p.26).

Consideramos, também, a ideia de Rivero (2009), quando diz que a ação do Estado de bem-estar, apesar de ter ampliado e feito cumprir os direitos e garantias dos trabalhadores, produziu uma polarização no mercado de trabalho, dividindo-o entre os trabalhadores qualificados, que assumiam os melhores postos/ remuneração e os que tinham baixa qualificação, assim como o grande aumento no montante dos que estão “fora” do mercado, composto de desocupados e/ou participantes de economias paralelas.

Sabemos, pois, da grande contribuição do Estado de bem-estar para a configuração dos novos modelos de estratificação pós-industrial e estes ocupam, cada vez mais, espaço nas economias menos desenvolvidas. Rivero (2009) trabalha com a hipótese de que, na América Latina e, especificamente, no Brasil, esses processos de informalização chegaram tanto nas ocupações tradicionais, como nas artesanais, por exemplo: como nas mais atuais, ligadas à informatização.

Apesar da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2002) destacar em seu relatório os desafios de se definir e caracterizar uma economia informal como setor, identifica os trabalhos desprotegidos da força de lei e que são remunerados e presentes em países avançados, tais na União Europeia, como informais. O que os estudos de Arum e Müller (2004) confirmam, quando destacam a rápida e recente expansão do autoemprego nos países avançados.

A descrição de Antunes (2007), ao apresentar a sua concepção de nova morfologia ou modo de ser do trabalho, exemplifica concretamente essa realidade:

Pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada. Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. (...) Não é por acaso que a *Manpower* é símbolo de emprego nos EUA. (Antunes, 2007, p. 10).

Destacamos, também neste sentido, a indústria têxtil, em especial a atividade de confecção e do vestuário como setor da economia que, historicamente, faz parte e produz esta

realidade da informalidade. Com seus recentes e antigos arranjos produtivos, pautados nas variadas formas de subcontratação, terceirizações e contratos temporários, de onde o trabalho de costura a domicílio, executado eminentemente por mulheres, é alvo deste estudo. É realizado por uma ou mais costureiras, em suas residências, ou de suas parceiras, no formato de facção ou oficina de costura.

Portanto, existe uma convergência entre os países avançados e a América Latina, no sentido da informalização dos mercados. Trataremos a seguir como este processo ocorreu na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Pretendemos, assim, situar o processo de informalização brasileiro, de modo a permitir um entendimento destes, prioritariamente, no contexto da indústria de confecções e do vestuário, na perspectiva do trabalho em facção de costura realizado a domicílio.

3.2 Informalidade na América Latina e no Brasil: a realidade da indústria de confecção e do vestuário

Rivero (2009) destaca que para entendermos o processo de informalização na América Latina e no Brasil, é necessário reconhecermos, como ponto de partida, que a regulação do trabalho pelo Estado tem sido o critério principal e, por vezes, único para se conceituar integração social, mesmo sabendo que o Estado do Bem-estar não produziu aqui as mesmas condições que trouxe para o mundo do trabalho europeu.

Já Lautier (1993) aponta em seus estudos a dificuldade do Estado em fazer valer uma regulamentação do trabalho que estabeleça condições equânimes para todos os cidadãos. Isso fortalece sua hipótese de que na América Latina o modelo de cidadania exercido é um modelo não assalariado que interfere nos assalariados, onde, apesar do assalariamento com regulação estatal sobre o trabalho assalariado ser a forma dominante, produz consequências para o trabalhador não-assalariado, autônomo e independente. Delineia-se, assim, uma relação dinâmica e não dicotômica entre formal e informal, como Rivero (2009) propõe.

Tratando-se de processos de informalização, mais especificamente na América Latina, a autora traz à tona a incapacidade do Estado em aplicar o que está regulamentado por lei e de sua frágil legitimidade em meio à globalização. Apesar de Rivero (2009) identificar tanto a

visão clássica relacionada ao empobrecimento, baixa regulação e ilegalidade das relações trabalhistas, como a versão shumpeteriana de informalidade, “aquela vinculada aos setores dinâmicos e qualificados da força de trabalho”, agora também atingidos pelas reduções de quadro e dos processos produtivos (flexibilização/ precarização), a autora define, pois, os processos de informalização de modo ampliado, como “o conjunto de transformações no mundo do trabalho”, que vão desde a intensificação da massa de desempregados, às formas flexibilizadas de gestão, ao trabalho precário, subcontratado e instável. Prefere, portanto, desenvolver sua análise da informalidade aliando-a ao critério de “excesso ou ausência de normatividade das regras jurídicas, ou seja, ao problema da cidadania” (p.42-43), onde os direitos trabalhistas, por exemplo, as regras salariais são tratadas como direitos do cidadão e a sociedade, desse ponto de vista, composta por diferentes cidadãos:

O trabalhador assalariado estável; o microempresário; os trabalhadores independentes, assalariados de microempresas e assalariados não-regulamentados de empresas formais (que têm os direitos sociais em função de sua residência); a camada inferior da informalidade, na qual está a pequena delinquência misturada ao pequeno comércio e ao biscoite de rua. Seria, então, uma cidadania fragmentada, com os direitos reversíveis e precários sendo postos em dúvida a cada mudança da correlação política. O problema é a ausência de garantia de direitos, sendo que até as instituições internacionais recomendam que os Estados desrespeitem seu próprio direito (p.43).

Fica evidente que abordar a questão da informalidade na América Latina e no Brasil passa pela concepção de integração social, onde o assalariamento é o critério atual para definir quem está dentro ou fora. O que Rivero (2009) exemplifica ao relacionar as políticas aplicadas para lidar com a informalidade. Se for a ideia de que o aumento da informalidade está relacionado ao número excessivo de exigências trabalhistas, a política é reduzir e flexibilizar a regulamentação, como defendem os neoliberais. Para quem parte da crença que a informalidade surge da falta de leis que regulem o trabalho, a política aplicada é criar novas leis, formalizando o informal. Como temos visto em nossa realidade, a terceira opção é aquela que permite o afrouxamento da regulação da economia pelo Estado, quando este faz de conta que não enxerga formas legalizadas. Ou não, convivendo, mesmo correndo o risco de fragilizar ainda mais sua legitimidade e a cidadania.

Tivemos acesso a vários estudos - Abramo, 1998; Neves, 2000; Leite, 2004; Neves e Pedrosa, 2007- realizados inclusive no Brasil, que têm apontado para o aumento da participação

das mulheres, onde o trabalho possui condições diferenciadas, tanto quanto à remuneração, qualidade, como em estabilidade. Muitas vezes, concentrados na ponta da cadeia.

Segundo Abramo (1998), atualmente, na América Latina são mais comuns as alterações na cadeia produtiva inspiradas no modelo japonês, caracterizado pela desproporção de poder entre as empresas e relações de trabalho frágeis. Essas cadeias produtivas se estruturam de modo polarizado, onde temos de um lado os trabalhadores do topo da hierarquia de poder, com altos salários e benefícios, e do outro, na ponta desta hierarquia e da cadeia produtiva, os trabalhadores sem proteção social ou que trabalham submetidos a formas desregulamentadas. Essa configuração produtiva será identificada com a realidade brasileira mais adiante.

No Brasil, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais especificamente os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, revelam a crescente participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA), junto a certa redução da participação masculina. A participação feminina na PEA aumentou de 28,8%, em 1976, para um percentual de 42,5% da PEA, no ano 2000. Vale ressaltar, no entanto, que o crescimento da participação feminina no montante dos ocupados foi de apenas 18,15% no mesmo período, passando de um percentual de 30,3% dos ocupados, em 1976, para 35,8% deles, no ano 2000. Sem falar na dimensão salarial ou remuneração pelo trabalho propriamente dita. Enquanto, o percentual de mulheres que recebem até dois salários mínimos é maior que o de homens, já o de homens que são remunerados em uma faixa de 10 a 12 salários mínimos é maior. E a quantidade de mulheres que não possuem rendimentos é superior à masculina. Tudo isso reforça, portanto, a ideia de que essas novas configurações das cadeias produtivas trouxeram em seu bojo uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, desde a década passada, mas com formas laborais precárias e de baixa remuneração, muitas vezes, informais.

Neves e Pedrosa (2007) ressaltam que também não implica a divisão equilibrada e/ou proporcional das atividades domésticas; estas responsabilidades, construídas histórico e culturalmente, ainda são maiores para elas. E, com este argumento, a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido tem se tornado uma prática em algumas atividades econômicas, como é o caso da indústria de transformação, mais especificamente da indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios, conforme Classificação de Atividades

Econômicas (CNAE), realizada pela Comissão de Classificação Nacional (CONCLA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2012).

Rivero (2009) lembra que grande parte das pesquisas sobre informalidade no Brasil tem focado, prioritariamente, o aspecto da regulação sobre o trabalho, simbolizada no registro em carteira que o empregador deve assinar, conforme dispõe a legislação trabalhista deste país. Instrumento que atesta o contexto de regulação e/ou proteção social. Ela critica esta forma de análise quando aponta os limites em que estes estudos têm esbarrado, mas destaca que eles têm apontado a segmentação do mercado de trabalho brasileiro, onde o conjunto dos *trabalhadores sem carteira aumentou* sensivelmente, entre as décadas de 80 e 90, e possuem o rendimento médio mensal *menor* que o dos trabalhadores registrados.

O início desse movimento foi devidamente diagnosticado, inclusive nos estudos de Cacciamali (1989), uma vez que a proporção da população sem carteira assinada, em relação ao total de trabalhadores empregados, aumentou de 23,38% para 33,69%, de 1976 a 1989, respectivamente. A autora destaca que isso ocorre de modo inverso ao nível de desenvolvimento econômico das macrorregiões brasileiras, à organização das atividades econômicas e em relação aos atributos dos trabalhadores.

Neves e Pedrosa (2007) defendem que apenas no final dos anos 70, a informalidade começou a ser relacionada a atividades não capitalistas, ou seja, “aquelas que não se sustentam a partir da geração da mais-valia, nem pela separação entre o capital e trabalho”, onde podemos exemplificar com “os trabalhadores por conta própria e as economias familiares – segmentos que se desenvolvem subordinados aos processos mais gerais do capitalismo, e que se contraem ou expandem conforme o ciclo econômico”. (p.16).

Aquelas autoras entendem que este conceito de informalidade rompe com a dualidade do conceito anterior, que não refletia a lógica complexa da acumulação capitalista, esboçada neste segundo conceito, embora ele ainda produza outra dicotomia, agora entre o setor formal e legal, e o informal e ilegal. E dizem mais,

Os processos de reestruturação produtiva exigem uma maior reflexão acerca da informalidade, porque esta apresenta forte tendência à expansão diante da adoção de processos produtivos pautados pela flexibilidade e precarização do trabalho. Neste contexto, a informalidade passa a ser compreendida não apenas em decorrência do êxodo rural ou de traços intrínsecos da economia de subsistência, ou de um exército industrial de reserva diante de uma sociedade predominantemente salarial (p. 17).

Um grande indício de que a informalidade está assumindo um caráter estrutural e não apenas conjuntural, revela-se no fato de ter alcançado, durante a década de 1990, níveis superiores ao início da década de 1980, conforme a pesquisa do IBGE/PNAD, saindo de um índice de, aproximadamente, 28%, entre o ano de 1983 e o ano de 1989 para 38% no final dos anos 90.

Pensando sob a ótica estrutural, Rivero (2009) afirma que existe uma estreita relação entre os empregos regulamentados (ditos formais) e os informais, como define o PREALC (Programa Regional para El Empleo e em America Latina e em El Caribe, da OIT), composto de trabalhadores por conta própria e pequenos empresários não regulamentados. Para a autora, vale a pena diferenciar trabalhadores assalariados sem carteira assinada daqueles que atuam por conta própria e pequenos empresários não regulamentados, sob o risco de análises parciais e/ou equivocadas. Compartilha também da ideia de Cacciamali (2007) acerca da interdependência da renda entre posições ocupacionais, quando declara:

Se, por um lado, trabalhadores assalariados, regulamentados ou não, respondem a uma dinâmica de oferta e demanda no mercado de trabalho, os trabalhadores por conta própria e pequenos empresários, para vender seus produtos e serviços, dependem da massa de assalariados e reagem de forma “pró-cíclica” (no curto prazo) a estas condições (p.62, grifos da autora).

Cacciamali (2007) defende ainda a perspectiva de que, enquanto uma parte do que seria o setor informal é “receptáculo do excedente de mão de obra”, o que corresponde à posição estruturalista, a outra parte prefere participar deste setor, na medida em que tenha condições de assegurar ganhos acima dos recebidos por uma parte dos assalariados, que “com ou sem registro formal, possuem características de elementos pessoais similares (idade, sexo, escolaridade, etc.)”. (p.161). Traz à tona, assim, a segmentação do trabalho e a possibilidade de escolha, onde esta é produzida pela anterior.

Rivero (2009, p.31-32) prefere realizar a análise do setor informal a partir de uma “perspectiva não-evolucionista e não-dualista”. Ela parte da ideia de que a “realidade social se apresenta como uma mistura em que a predominância de uns sobre os outros aparece de forma casual, como parte de um devir não-teleológico.”

A autora se apoia na concepção de “sociedade dos destituídos” de Robert Castel, como referência à sociedade relacionada a uma massa de desocupados, de indivíduos isolados por um individualismo exacerbado em meio a um mercado que os impulsiona para a exclusão, perdidos de seus laços sociais e comunitários (perda da noção de coletividade/ solidariedade). A vulnerabilidade social aparece, então, como um espaço intermediário às áreas de integração e de exclusão, onde a primeira combina trabalho estável com uma sólida rede relacional, em contraposição à combinação de ausência de participação produtiva e isolamento relacional da outra. Portanto, a vulnerabilidade social resulta da combinação entre precariedade do trabalho e fragilidade dos laços de proximidade.

Rivero (2009) compartilha, também, da ideia de que “as mudanças que estão acontecendo nas sociedades contemporâneas não se originaram recentemente, mas formam parte de um processo histórico de longa data”. Para a autora, é bem viável fazermos o paralelo entre os “inúteis e vagabundos” da era feudal com os “desocupados e trabalhadores precários de hoje” (p. 32-33). Assim, integrados e destituídos, apesar de se encontrarem em posições inversas, estão unidos em um mesmo grupo:

Nas sociedades contemporâneas, quem não está integrado aos sistemas de benefícios sociais e à proteção social do Estado, quem não está integrado a coletividades sociais e se encontra isolado, “os vagabundos” anteriores à revolução industrial, os “miseráveis” do século XIX, que são os *destituídos* de hoje, encontram-se nas margens da vida social, mas colocam em questão o conjunto da sociedade, afetando os que estão no centro da vida social (p. 33).

Gostaríamos de salientar que no Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, publicação sob a responsabilidade do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, ao analisarmos a distribuição dos empregos com carteira do trabalho assinada por sexo, aponta para um discreto aumento na proporção de empregos com carteira do trabalho assinada ocupados pelas mulheres no período de 2006 a 2009, no Brasil, crescendo de um percentual de 40,6% para 41,4%, respectivamente. Para os homens, esta variação, no mesmo período, foi decrescente, saindo de 59,4% em 2006, para 58,6% em 2009. Essa variação se manteve semelhante para quase todas as regiões do Brasil. Em Fortaleza, Ceará, conforme estimativa da População Economicamente Ativa (PEA) por sexo e condição de ocupação no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, em 2010, 89,1% das mulheres da população

economicamente ativa da Região Metropolitana de Fortaleza está ocupada, enquanto o percentual dos homens ocupados é de 91,9%.

Tratando-se da proporção de postos de trabalho gerados para as mulheres em Fortaleza/ Ceará, no final do ano de 2010, sob a forma de contrato de trabalho padrão (carteira assinada), era de 61,6% das mulheres e sob a forma de contratação flexibilizada (sem carteira, terceirizado e autônomo) era de 34,4% das mulheres, onde 19,3% delas estavam sob contratação sem carteira assinada no setor privado; 2,1% estavam sem carteira assinada no setor público; 6,8% eram assalariadas terceirizadas; e 0,3% realizavam contrato de autônomas para uma empresa. É importante destacar que, neste mesmo ano, em Fortaleza/ Ceará, as mulheres ocupadas estavam atuando, principalmente, no setor de serviços (43,1%), seguido pelo setor do comércio (20,3%) e da indústria (18,9%) (BRASIL, 2011).

Identificamos, assim, como essa participação feminina vem crescendo nas últimas décadas no Brasil, mais especificamente, no Nordeste e em nosso Estado. Com um montante significativo de 34,4% exercendo atividades e formas de inserção laborais flexibilizadas, portanto trabalho submetido ainda a relações e condições de trabalho precarizadas.

Nesse estudo nos orientamos por uma concepção de setor informal como uma composição de processos múltiplos e diversos, estabelecidos em níveis diferentes de desenvolvimento, mas interdependentes e integrados em uma mesma realidade social, permeados e decorrentes de uma lógica comum, a busca intensa do capital por lograr mais um êxito frente à crise que ameaça seus esforços de acumulação crescente.

Consideramos aqui, então, conforme Neves e Pedrosa (2007) que a informalidade passa a ser analisada com base na nova configuração produtiva do capital em franco desenvolvimento, o qual envolve tanto os países centrais quanto os periféricos. Portanto,

A informalidade deixa de se referir somente à economia ilegal ou não registrada para fazer parte também da estrutura produtiva dos mercados formais através dos processos de flexibilização. São consequências da adoção de modelos de empresas enxutas e se expressam através dos terceirizados, trabalhadores temporários, autônomos e também pelo trabalho a domicílio. Envolvem tanto trabalhadores qualificados quanto desqualificados, com altas ou baixas remunerações (p.17).

Fazer a conexão da indústria da confecção e do vestuário com o contexto da informalidade é algo inevitável, como procuramos explicitar logo mais adiante. Na perspectiva

mais específica das facções de costura, alvo deste estudo, características como a ausência de contratação formal (sem registro em carteira), o trabalho domiciliar, eminentemente feminino, sem direitos e garantias sociais são alguns dos aspectos que podemos destacar. Portanto a temática da informalidade e seus processos de informalização abrem outros caminhos para a reflexão que buscamos delinear neste trabalho, onde as redes de subcontratação, das quais a facção de costura faz parte, emergem como uma das estratégias de enfrentamento da competitividade nacional e mundial no referido setor, como detalharemos a seguir.

3.3 Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecções e do vestuário no Brasil

Podemos perceber, com base em variados estudos sobre o trabalho em indústria de confecções e do vestuário, mais especificamente os de Araújo e Amorim (2002), Leite (2004a, 2004b), Neves e Pedrosa (2007) e Lupatini (2007), que a intensificação das mudanças no contexto produtivo dos anos 90, permeado pela crise e globalização da economia, tem sido marcada, tanto em outros países como no Brasil, por uma crescente utilização de formas flexibilizadas de relações e condições de trabalho, ou seja, tipos diferentes de subcontratação foram criados, onde no caso da referida indústria, o trabalho a domicílio¹ tem sido uma opção frequente e preferencialmente realizado por mulheres.

Os dados apresentados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT) referentes a 2011 reforçam a ideia daqueles autores: o setor têxtil e de confecções fechou o ano com faturamento de 63 bilhões de Dólares e produção média de confecção de 9,8 bilhões de peças (vestuário + cama, mesa e banho). O Brasil é o 5º maior produtor têxtil do mundo e possui o 4º maior parque produtivo de confecção do mundo. A proporção de trabalhadores ocupados em alguma atividade da cadeia produtiva é de *1,7 milhão de empregados diretos e mais 08 milhões, se adicionarmos os indiretos e efeito renda, dos quais 75% são de mão-de-obra feminina*. Atualmente, é o 2º maior empregador da indústria de transformação, perdendo apenas

¹ A forma correta em português do termo é “trabalho a domicílio”. No entanto, como a sociologia do trabalho brasileira, seguindo as recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), adotou a categoria “trabalho a domicílio” para designar o trabalho subcontratado exercido no domicílio do/a trabalhador/a, de modo a diferenciá-lo das demais formas de trabalho desenvolvidas na residência, este será o termo aqui empregado.

para o setor de alimentos e bebidas juntos e representa 3,5% do PIB total brasileiro (Site da ABIT, 2012) (grifos nossos).

Trata-se, portanto, de um setor bastante representativo para economia brasileira, sem citar o impacto de seu arranjo produtivo para a expressiva população de trabalhadores, suas famílias e a sociedade como um todo.

Longe de se pretender aprofundar as questões de gênero que permeiam o trabalho no setor de confecções e do vestuário, não poderemos deixar de apontar alguns destes aspectos que sustentam e caracterizam as formas atuais de inserção laboral no referido setor, que constituem a realidade que pesquisamos.

A subcontratação surge como um elemento balizador dos novos modelos produtivos, derivada das práticas de enxugamento ou liofilização organizacional (abordadas inicialmente), fruto da flexibilização dos processos produtivos e relações de trabalho. Sua intensificação permeou as mais diferentes áreas da indústria, promovendo uma rápida proliferação de micro e pequenas empresas. O que Ypeij (1998) complementa, quando afirma que a subcontratação é apenas uma parte de um processo amplo de descentralização da produção e informalização do trabalho vividos hoje.

Os estudos de Susanne Young, durante a década de 90, apontam as redes de subcontratação e suas formas de externalização (*outsourcing*, também entendido como terceirização) das atividades produtivas ou de parte delas, como um forte estímulo para redução de custos e aumento da competitividade, seja na esfera pública ou privada. Portanto flexibilizar as regras do mercado de trabalho, rever as formas de contratação e diminuir o poder de ação dos sindicatos são alguns dos motivos para subcontratar (YOUNG, 2000).

No artigo em que se propõem a discutir as redes de subcontratação e os novos usos do trabalho a domicílio como aspectos centrais do processo de reestruturação do setor de confecção e do vestuário, nos anos 90, Araújo e Amorim (2002) revelam que as mulheres constituem a força de trabalho subcontratada pelas indústrias deste setor e ocupam as posições inferiores e mais vulneráveis na cadeia produtiva. E nesta configuração, o *trabalho a domicílio* desponta como *instrumento central de aumento da produtividade*. Trata-se de um trabalho de baixos custos, que funciona como alternativa para viabilizar as novas exigências do mercado. Estas são asseguradas mais facilmente por grandes empresas do ramo, com as quais é um desafio concorrer. A pesquisa,

realizada na região de Campinas/SP, envolveu empresas de confecção de pequeno e médio porte e suas extensas redes de subcontratação, tendo o trabalho a domicílio como ponta inferior da cadeia produtiva (grifos nossos). Nas palavras das autoras,

Cadeias de subcontratação, nas quais são encontradas distintas formas de relações entre empresas ou entre empresas e trabalhadores, generalizaram-se, ao longo da última década, em diferentes setores da economia, como parte da estratégia das empresas de assegurar condições de competitividade seja no mercado nacional ou no mercado global. Assim é possível encontrar hoje, no país, extensas redes de subcontratação que têm na sua ponta superior grandes empresas multinacionais atuando no mercado global; empresas atuando como subcontratadas numa cadeia global, que tem como principal cliente uma grande companhia com matriz no exterior, ou pequenas redes de subcontratação vinculadas a empresas de médio e pequeno porte atuando basicamente no mercado nacional. Em muitas destas redes é possível encontrar em sua ponta inferior o uso do trabalho a domicílio (ARAÚJO e AMORIM, 2002).

Curiosamente, segue no mesmo sentido a caracterização que Neves e Pedrosa (2007) fazem das hierarquias que se estruturam nestas cadeias produtivas, em estudo intitulado: Gênero, flexibilidade e precarização - o trabalho a domicílio na indústria de confecções. Nele, as autoras afirmam que:

As hierarquias que se formam nessas cadeias não ocorrem apenas em nível de poder e subordinação empresarial, mas, também, em nível de condições de trabalho. Os trabalhadores diretos da empresa que estão no topo possuem direitos sociais que vão se reduzindo ao longo da cadeia, caracterizando-se sua ponta, na maioria das vezes, pelo trabalho socialmente desprotegido (p. 4).

Tratando-se da indústria têxtil e de confecção no Brasil, Coutinho e Ferraz (1994) declaram que este setor viveu algumas dificuldades, no início da década de 1990, ensejadas pela baixa capacitação tecnológica. As deficiências competitivas da área de confecção eram maiores, o que reduzia a participação das empresas líderes no mercado internacional. Já a indústria do vestuário apresentava sérias limitações quanto à qualidade e à produtividade, encontrando-se à mercê da estagnação do mercado interno brasileiro, provocando o uso de estratégias não competitivas de sobrevivência:

O acirramento da concorrência neste mercado e a virtual ausência de redes horizontais ou verticais que confirmam a pequenas empresas melhores condições para superar conjunturas desfavoráveis têm impedido a difusão de práticas competitivas das empresas de maior capacitação para as demais e exigido o recurso crescente a estratégias não competitivas de sobrevivência. Têm aumentado nesses setores a informalização, a

sonegação fiscal e a degradação das condições de trabalho (COUTINHO e FERRAZ, 1994, p. 312).

O que os autores concluem, afirmando:

Esse problema tem se agravado com a intensificação do recurso à subcontratação de empresas menores nos últimos anos. As relações entre as partes geralmente são conflitivas, já que não são motivadas por formas evoluídas de gestão, onde ganhos de produtividade derivados da especialização formam a base da relação contratual. No Brasil, a integração produtiva tem visado apenas a redução de custos diretos, sem grandes preocupações com qualidade. Frequentemente, é motivada pelas possibilidades de contornar obrigações tributárias e encargos sociais. (Coutinho e Ferraz, *op. cit.*, p. 324).

Percebemos, portanto, que mais uma vez é a classe trabalhadora, com sua capacidade de trabalho vivo imediato, que assume o ônus das mutações do sistema capitalista, que busca caminhos viáveis para sua expansão e sobrevivência. Os trabalhadores se submetem, conforme Lupatini (2007), a relações e condições de trabalho precárias, que nada tem de novas, mas apenas a recriação de formas pretéritas de inserção laboral.

O autor defende que desde a primeira Revolução Industrial, a indústria têxtil (produção de fios, de tecidos) recria constantemente seus instrumentos de produção em busca de processos produtivos cada vez mais automatizados e integrados, de menor custo e maior produtividade, procurando implantar modos produtivos capazes de reduzir a dependência produtiva do trabalho vivo imediato. Para ele, este segmento tem desenvolvido um processo de acumulação de capital, sobretudo sob a forma intensiva, com grande transformação nas relações de produção, conseqüentemente.

Percebemos, conforme Lupatini (2007), que as mudanças tecnológicas apenas acentuaram este caráter intensivo da produção têxtil, o que teve uma evolução singular na atividade de vestuário. Nesta, o trabalho vivo imediato é imprescindível, onde são praticadas condições de trabalho precárias, não só nos países subdesenvolvidos, como também em alguns países desenvolvidos.

Vale ressaltar que, conforme Abreu (1986), desde o surgimento da máquina de costura Singer, em 1851, a tecnologia de produção da atividade de vestuário não foi recriada:

A máquina de costura Singer já possuía todas as características principais de uma máquina de costura moderna, ou seja, um braço horizontal sobre um plano de trabalho

horizontal, uma agulha reta movendo-se verticalmente para cima e para baixo, um pé vertical perto da agulha para manter o tecido no lugar com uma mola que permitia manter as duas mãos livres para manejar o tecido ao invés da manivela manual utilizada até então. (p. 91)

Lupatini (2007, p.3) afirma que “a consequência da introdução da maquinaria sobre o trabalho vivo *imediato* é a de torná-lo um apêndice ou mesmo supérfluo. Entretanto, não se observa este movimento na atividade de vestuário”. (grifos do autor)

Nas palavras de Goularti Filho e Jenoveva Neto (1997, p. 86):

A costura é a principal etapa do processo, responsável por aproximadamente 80% do trabalho produtivo. Nesta fase são encontradas muitas dificuldades que vêm retardando os avanços tecnológicos no campo da automação industrial. (...) Neste estágio o equipamento básico utilizado é a máquina de costura, que embora tenha sofrido alguns avanços, ainda realiza basicamente as mesmas tarefas. Apesar dos estudos incessantes no sentido de mudar este aspecto, *a costura é ainda extremamente dependente da habilidade e do ritmo da mão-de-obra.* (grifos nossos).

Como vimos anteriormente, entendemos como Leite (2004b) que, quando parte dos processos produtivos, são descentralizados e terceirizados para grandes empresas, o trabalho é também transferido, prioritariamente, para empresas de pequeno porte, que são responsabilizadas por parcelas mais simples do processo de produção, nas quais as condições de trabalho e relações de emprego tendem a ser mais precárias. Os estudos sobre mercado de trabalho confirmam que o avanço desse processo tem provocado a redução do trabalho na chamada ponta virtuosa da cadeia (composta pelas empresas líderes, com trabalho qualificado, bem pago e estável) e o aumento da ponta precária (trabalho de baixa qualificação, instável, mal pago e não regulamentado). Isso atesta que a tendência verificada até o final da década de 70 de aumento do trabalho registrado exercido nas grandes empresas foi revertida.

Nas palavras da autora, “é neste contexto que se multiplicam novas e velhas formas de trabalho que, ao invés de marginais ao desenvolvimento econômico, mostram-se altamente funcionais, como o trabalho temporário, a domicílio, *part time*, etc”. Essas características compõem alguns setores, como a indústria da confecção, que costumam fazer uso dessas formas de trabalho a domicílio.

Percebemos também que, conforme Neves e Pedrosa (2007, p. 8), ao fazer uso da informalidade como estratégia de sobrevivência, esse arranjo produtivo está expandindo o trabalho domiciliar, anteriormente desintegrado pela indústria moderna e que retorna hoje.

Consideramos que, na verdade, este tipo de trabalho nunca deixou de existir. Mas era irrelevante para os interesses do capital, o que hoje passa a ser estratégico para sua sobrevivência e desenvolvimento. As autoras enfatizam que “ele encontra-se coerente com as novas tendências de gestão do trabalho pautadas pela flexibilidade e precariedade”.

Segundo Silva (2001), este tipo de trabalho possui características como:

- a) sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores;
- b) intensificação do trabalho e extensão da jornada para que possam cumprir os prazos contratados;
- d) irregularidade dos rendimentos devido à demanda variável de trabalho;
- e) pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes em decorrência da dispersão e inexistência de contatos entre os trabalhadores contratados, tornando difícil ou inviável qualquer forma de organização e atuação coletiva;
- f) difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível;
- g) utilização predominantemente de mão-de-obra feminina (p. 275-278).

Destacamos aqui a perspectiva apontada por Abreu e Sorj (1993), em seu estudo sobre o trabalho domiciliar inserido no contexto da indústria da confecção do Rio de Janeiro, onde as autoras puderam verificar que o trabalho realizado a domicílio pelas costureiras subcontratadas está permeado pelo papel que a mulher desempenha enquanto mãe, esposa e dona-de-casa. A costureira pode, assim, desenvolver suas atividades ao longo do dia, em uma jornada intensa, por vezes, “sem hora para parar”. Nesta perspectiva, ela é tanto força de trabalho quanto reprodutora da força de trabalho, quando é capaz de assegurar as condições necessárias para que os demais trabalhadores externos retornem ao trabalho.

O que Neves e Pedrosa (2007, p. 11) denunciam: “O espaço do trabalho é o espaço da família, está disperso por toda a cidade, fora dos limites da empresa e dentro dos limites da casa”. Abreu e Sorj (1993) constataram, também, uma fraca identidade profissional das costureiras, onde a divisão entre os afazeres domésticos e o trabalho profissional não é muito clara. Isso faz com que o trabalho profissional torne-se domesticado, é difícil avaliar seu custo e benefício, de modo que as chances de desenvolvimento de carreira ou promoção são inexistentes, excluindo-as, consequentemente, dos benefícios sociais.

Lembramos, ainda, conforme Neves e Pedrosa (2002) destacam, que a sazonalidade da produção, principalmente nos períodos de inverno e no Natal, favorece a informalidade, onde os empresários optam intensamente pela subcontratação. Assim, cada vez mais a informalidade se aprofunda e a indústria de confecção e do vestuário se viabiliza através da generalização das

subcontratações e mais especificamente, do trabalho a domicílio revitalizado, que assume um lugar central na reformulação do setor, como encontramos em vários estudos - Araújo e Amorim (2002), Leite (2004a, 2004b), Neves e Pedrosa (2007) e Lupatini (2007).

Segundo Leite (2004a, 2004b), verificamos que as indústrias de confecção e do vestuário estão produzindo internamente apenas o molde, o corte e algumas partes mais complexas da costura, enquanto o restante é repassado para as oficinas de costura, onde são montadas. Estas oficinas (ou facções) formam, portanto, o segundo nível da cadeia produtiva, ficando com apenas o trabalho mecânico de montagem das peças já concebidas, testadas e cortadas nas confecções. Em geral, estão submetidas a uma divisão do trabalho tipicamente taylorista, onde a concepção se desenvolve nas indústrias e a execução fora delas.

Conforme Costa e Rocha (2009, p. 01), no estudo sobre a cadeia produtiva da indústria têxtil e de confecções, publicado pela Revista “BNDES Setorial”, durante os anos 2000, o Brasil vem perdendo sua competitividade, bem como parcelas expressivas de mercado no setor têxtil e de confecções. Mesmo com os altos índices de consumo mundial de têxteis e confecções, a participação do país tem caído. No comércio mundial, declinou de 0,7%, em 1997, para 0,3%, em 2007. Os autores ressaltam, também, a intensificação da competição global, “tendo em vista o crescimento exponencial dos produtos asiáticos no comércio internacional, em especial da China”. Assim, eles apontam o papel da inovação tecnológica para garantir o acesso ao mercado mundial.

O posicionamento da Indústria de Confecção e do Vestuário no Brasil está caracterizado, inclusive, em números, como apresentamos anteriormente. Importa-nos, neste estudo, salientar que a realidade brasileira deste setor apresenta-se, de modo geral, semelhante nas diversas regiões, onde o Nordeste e, mais especificamente, a realidade do Estado do Ceará é nosso foco. Sabemos que a indústria de confecções e vestuário é uma das atividades mais representativas da economia cearense, principalmente no que diz respeito ao seu potencial como geradoras de emprego e renda. No entanto, fatores como a alta rotatividade de mão-de-obra feminina, o rápido desgaste e obsolescência do maquinário, sem falar na ausência de padrão de qualidade, estratégias logísticas inadequadas, o precário planejamento de demanda e ausência/baixo controle de matéria-prima, são determinantes para colocarem esta atividade econômica no patamar do alto risco.

Segundo dados do DIEESE (BRASIL, 2006), em seu documento intitulado “Produto 3: Estudo de caso III – Setor de Confecção no Nordeste”, se pretendemos fazer uma análise do setor de confecções no Ceará, “faz-se necessário salientar o peso considerável da mão-de-obra feminina no setor de confecções, que por motivos diversos tem em média 77% do total de trabalhadores”. (p.2). Este estudo aponta em suas conclusões, especificamente sobre o setor de confecções do Ceará, alguns aspectos que gostaríamos de ressaltar, por sua importância para o nosso estudo:

1. Apesar da relevância do setor de confecções na região nordeste, tanto no número de empresas como no de empregados, ambos formais, é necessário destacar a existência expressiva da informalidade, não só no Brasil, como no setor de confecções desta região, possibilitado por seus formatos que adaptam facilmente às sazonalidades próprias da atividade. Isso ocorre também no Ceará, considerado o estado mais relevante do setor na região;
2. Na perspectiva de emprego e renda da região nordeste, mesmo possuindo uma atuação marcante, o setor é composto principalmente por pequenas e médias empresas associadas à já citada informalidade. Isto provoca efeitos fiscais e sociais quanto ao recolhimento de impostos, geração de postos de trabalho sem as garantias e benefícios sociais do vínculo formal, submetendo o trabalhador a formas de remuneração informais e condições de trabalho precárias;
3. Apresenta uma separação clara entre as empresas do setor, fortemente integrado com os setores têxtil e de fibras, onde uma minoria de grandes empresas desfruta dos incentivos fiscais, com mobilidade geográfica e métodos de produção e gestão adequados. Em situação inversa, encontramos um grande montante de micro e pequenas empresas que atuam em mercados específicos e limitados, com seus produtos copiados dos modelos desenvolvidos nos grandes centros consumidores e/ou pelas empresas de ponta. Sem falar no montante de empresas terceirizadas por estas empresas maiores, que junto com os demais aspectos, revelam uma tendência maior à precarização e à informalidade, favorecidas pela baixa sustentabilidade financeira da maioria das empresas do setor no estado do Ceará;

4. Apesar do expressivo número de empresas, os mercados onde elas atuam possuem baixa diferenciação, onde a concorrência é ainda definida pelo critério de preço;
5. Quanto ao mercado de trabalho, parece haver uma tendência de queda da diferença entre os rendimentos médios da base e do topo dos trabalhadores do setor no Ceará, principalmente, devido à política de reajuste do salário mínimo. No entanto, como esta política é de ordem conjuntural, ela pode ter continuidade ou não. Não podemos deixar de apontar as perdas reais nos rendimentos médios para os trabalhadores mais qualificados e/ou com mais tempo no emprego atual, destacando também que os trabalhadores formais de Fortaleza, por sua vez, continuam com rendimentos médios acima das demais cidades do estado, onde as mulheres parecem ter conseguido certo avanço em direção de uma situação mais equânime com os homens, também sem garantia de continuidade.
6. A informalidade, que promove uma queda dos rendimentos e das condições de trabalho, revela que dentre as empresas formalizadas existe um grande contingente de trabalhadores sem carteira assinada, talvez aquelas que contratam sua mão-de-obra das chamadas “coopergatos”, e/ ou das facções (também chamadas de oficinas de costura), aumentando a precarização já presente no setor. Possivelmente, então, o aumento do emprego formal revelado nos números apresentados pode ter decorrido da formalização dos trabalhadores informais, e a queda do número de novos postos gerados deve ter sido menor que realmente foi.

Hoje, o Ceará é o maior polo têxtil da região nordeste do Brasil, ocupa a liderança nacional na fabricação de fios, índigo e lingerie. Esta atividade surgiu por aqui facilitada pelo clima semiárido, que é ideal para o cultivo e produção do algodão, matéria-prima fundamental para a produção de fios e confecção de tecidos. Esse contexto acabou por reduzir os custos de transporte e armazenamento, além de ser também favorável para a exportação. Atualmente, porém, percebemos que o setor vem perdendo espaço na economia brasileira e, principalmente, no mercado externo. Em entrevista para o site da cadeia produtiva têxtil (www.textileindustry.ning.com), o economista Pedro Jorge Ramos Vianna, gerente da Unidade de Economia e Estatística do Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI, organismo da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), afirma que o Brasil não possui um projeto de desenvolvimento que defina um horizonte, uma perspectiva clara dos rumos e fins que o país

pretende alcançar nos próximos anos. “Planos pontuais e isolados não levarão ao crescimento sustentável”, diz ele (CAVALCANTI, 2012).

Isso parece ser reforçado pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e pelas exportações. Entre os anos 2000 e 2009, o setor têxtil superou a queda sofrida pela indústria de transformação de maneira geral. Em termos percentuais, enquanto o setor industrial cearense reduziu sua participação no PIB de 13,53% (2000) para 12,31% (2009), os produtos têxteis despencaram de 3,12% (2000) para 0,71% (2009). Com respeito às exportações, enquanto em 2000 o setor têxtil cearense respondia por 30,6% das exportações de produtos industrializados em nosso estado, no ano de 2009 cai para 8,32%, revelando uma queda de 22,28 pontos percentuais (CAVALCANTI, 2012). A balança comercial do setor têxtil cearense fechou com o maior saldo comercial negativo da última década: -132,35 milhões de dólares (janeiro - junho de 2011). Este resulta da diferença entre o valor exportado pelo segmento no período (44,26 milhões de dólares) e o montante importado (176,61 milhões de dólares). Apesar da balança deficitária, o Ceará permanece no *ranking* dos maiores estados exportadores têxteis do país, ocupando a quinta posição. À frente, estão São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná (CAVALCANTI, 2012).

Neste estudo, voltamos-nos para a compreensão da realidade das costureiras de Fortaleza/Ceará, especificamente aquelas submetidas às relações de trabalho nas oficinas ou facções de costura, que trabalham intensamente em suas casas ou nas de suas colegas de trabalho e que não possuem registro em carteira. Assim, trabalham sujeitas a condições de trabalho precárias, instáveis e inseguras, ganhando pelo que produzem, por peça concluída e dentro dos critérios de qualidade estabelecidos pela empresa contratante. Nessa abordagem à realidade do trabalho feminino a domicílio, buscamos analisar as consequências destas condições e relações de trabalho informais e precarizadas na vida destas costureiras; que aspectos do ambiente das relações de trabalho em facção interferem nas suas vidas; e quais as relações que a costureira faz entre seus modos de viver e o trabalho que realiza.

Esse caminho investigativo será apresentado a seguir, quando detalharemos o percurso metodológico que trilhamos para chegar até estas costureiras e onde nos referenciamos no levantamento que fizemos a partir das falas das próprias trabalhadoras, combinado com o aporte metodológico escolhido.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Desde o início deste estudo, quando nos submetemos em 2009 ao processo seletivo para o Mestrado em Psicologia da UFC, vivemos a necessidade de aprofundamento teórico diante das categorias centrais que pautavam nossa indagação quanto aos possíveis impactos do trabalho em facção de costura na vida das costureiras. No período inicial de aprofundamento teórico, estudamos a categoria do trabalho e do processo de precarização laboral. Mais adiante, voltamos nosso foco sobre a informalidade no trabalho, de onde decorreu um extenso levantamento bibliográfico, incluindo documentos científicos e publicações diversas, envolvendo, inclusive, algumas das pesquisas mais recentes na área. Esse momento foi necessário para que pudéssemos nos situar diante da realidade a ser pesquisada e se desenvolveu por todo o caminho investigativo, promovendo o suporte teórico necessário, até a conclusão deste trabalho.

Fomos surpreendidos e provocados por essas leituras em nossas reflexões e questões iniciais, o que permitiu a construção de um caminho metodológico coerente, capaz de facilitar a delimitação e o acesso ao nosso objeto de estudo: as costureiras, trabalhadoras das oficinas de costura ou facções de costura do bairro Conjunto Palmeiras, da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Elas trabalham em seus domicílios ou nas casas de suas colegas de trabalho sem carteira assinada, ligadas à cadeia produtiva da indústria têxtil, especificamente, na sua ponta relacionada com a atividade de confecção e do vestuário.

Pensar em metodologia passa pelo pensamento de Minayo (1994, p.16), quando afirma que “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Entendemos, portanto, que para realizarmos a presente pesquisa, precisávamos de um planejamento prévio que contemplasse as diversas fases que estruturaram o percurso em busca de nossos objetivos de pesquisa, bem como a definição de técnicas específicas para a execução ou abordagem de cada uma delas. Deste segundo momento, resultou o projeto de pesquisa, documento que norteou nosso caminho até aqui.

Ressaltamos, porém, que o delineamento de nossos objetivos passou por transformações contínuas durante as fases iniciais do percurso investigativo, sendo definidos no

formato atual, na última versão do projeto de pesquisa, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – UFC, no início de 2012, quando foi aprovado.

Pautamos a presente pesquisa no uso de técnicas e métodos capazes de viabilizar uma abordagem qualitativa. Minayo (1994) caracteriza a pesquisa qualitativa como aquela que lida com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, propondo-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos privados e específicos a indivíduos e grupos.

Na perspectiva de Chizzotti (1991), o termo qualitativo aborda de modo complexo e múltiplo as pessoas, objetos e locais (objetos de pesquisa), visando garimpá-los, bem como deles colher significados visíveis e latentes, que podem passar despercebidos por um olhar menos sensível, aguçado. O autor parte do reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas. A abordagem qualitativa é utilizada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um elevado grau de complexidade interna.

Uma abordagem qualitativa em pesquisa visa investigar opiniões, sentidos e possíveis representações de indivíduos ou grupos acerca de um assunto delimitado. É indicada quando os objetivos da pesquisa passam por uma dimensão mais subjetiva, portanto não quantificável (GASKELL, 2000). O que Paulilo (1999) complementa ao afirmar que a pesquisa qualitativa é um caminho adequado para se abordar a complexidade da realidade que envolve indivíduos e grupos em seus processos singulares e específicos.

Desse modo, o autor ressalta o ‘mergulho no contexto social’ e, conseqüentemente, na dimensão subjetiva e simbólica que dele emerge, como condição essencial para o desenvolvimento de uma abordagem qualitativa em pesquisa (grifos nossos):

A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem é condição essencial para o seu desenvolvimento. Através dela, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido (p.01).

Conforme delimitamos antes, o estudo foi realizado com a participação de costureiras que trabalham a domicílio na facção de costura, sem contrato formal de trabalho (conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT), no bairro do Conjunto Palmeiras, que prestam serviço prioritariamente para a indústria da confecção e tenham, no mínimo, 01 (um) ano de trabalho como costura para o mercado de confecções de Fortaleza-CE.

Assim, pautamos nossa entrada no contexto social da pesquisa, mais especificamente nas oficinas de costura do bairro do Conjunto Palmeiras, também na perspectiva de Paulilo (1999), quando marcamos encontros com as costureiras para estar com elas, no dia-a-dia de seu fazer, onde pudemos observar, conviver e conversar livremente sobre o que e como elas fazem, para, então, darmos foco em os nossos objetivos de pesquisa.

Sob a ótica de González Rey (2002, p.91), a pesquisa qualitativa parte de conteúdos “diretos e explícitos”, de modo a acessar “o conhecimento como processo permanente, de caráter aberto, dentro do qual o pesquisador sempre descobre e constrói opções”. Constitui-se estudo da dimensão subjetiva e seus complexos processos, sem objetivo de predição, descrição ou controle.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa demonstrou ser, então, recurso metodológico consistente para abordarmos as consequências das novas formas de relações de trabalho na sua interação com o processo de precarização, os processos de informalização e o trabalho de costura em facção a domicílio. Sob o prisma legal e ético, esta pesquisa incorporou os referenciais básicos da Bioética, preconizados para pesquisas com seres humanos, de que cuida a Resolução Nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde – MS/Brasil.

Para definir as costureiras participantes da pesquisa, inicialmente procuramos o sindicato da indústria de confecções e vestuário local, com sede em sala da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, de modo a identificar os bairros de maior concentração desta atividade de costura em facção, em Fortaleza-CE. Tivemos acesso aos dados de pesquisa do Sistema FIEC sobre a indústria de transformação do Ceará, com dados referentes ao ano de 2009, na qual a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido aparece em 3º lugar no Estado, em quantidade de estabelecimentos e a primeira em oferta de empregos. Apesar de não ser um dado recente, confirma a significativa participação do setor na economia do Estado. Não havia no Sindicato, no entanto, registros atualizados sobre a distribuição destes estabelecimentos por bairros de Fortaleza/CE. Como, também, o sindicato não possuía nenhum dado sobre a população de trabalhadores sem vínculo formal (carteira assinada) que atuam no setor, pois ele só controla aqueles que possuem registro em carteira. Concluímos, então, que o sindicato não tinha como nos orientar no acesso às costureiras de facção, formalmente.

Assim, tivemos contato com uma costureira do Conjunto Palmeiras, por indicação de uma empresária do ramo de confecções, que identificou o Conjunto Palmeiras como bairro

propício para a pesquisa. Além da história marcada pela organização coletiva e luta dos habitantes por melhores condições de vida no local (potencial de mobilização social), ela sabia da existência de vários grupos de costura no formato de facção, pois no início de sua empresa contratou serviços de várias costureiras e facções do bairro. Como já nos encontrávamos devidamente autorizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC para iniciar a pesquisa, no contato inicial (por telefone) com a costureira procuramos checar: em primeiro lugar, se as características do trabalho de costura que ela desenvolvia estavam de acordo com os nossos critérios de pesquisa; em segundo lugar, se tinha disponibilidade em participar da pesquisa.

O que descobrimos adiante foi que aquele telefonema nos conectaria instantaneamente com a rede de costura em facção do bairro, produzindo resultados satisfatórios para nosso estudo, em vários sentidos. Não só por ela se tratar de uma costureira, responsável pela coordenação dos trabalhos de costura em uma facção que funcionava em sua casa, com mais três costureiras, mas, também, pela perspectiva de contato com outras oficinas semelhantes que esta costureira nos indicou, posteriormente. Portanto, assim foi escolhido o bairro Conjunto Palmeiras, comunidade que vive em condições de pobreza crescente que, além de nos oferecer maior facilidade de acesso, foi onde encontramos disponibilidade por parte de algumas costureiras em participar da pesquisa.

Sabemos da história de pobreza e luta da população do Conjunto Palmeiras. Decidimos, então, apresentar alguns momentos desta história do bairro no enfrentamento de sua realidade, com base na síntese encontrada no site do Banco de Palmas (2012), organização que surgiu pelas mãos dos moradores do Conjunto Palmeiras e hoje se constitui como uma das instituições do movimento de economia solidária no Brasil. Estes dados foram decisivos para definição de nossa escolha.

Segundo o relato encontrado no site do Banco de Palmas (2012), não é de hoje que o Nordeste é apontado como uma das regiões mais pobres do Brasil, marcado por um lento crescimento de suas cidades. A cidade de Fortaleza não fugiu a esta característica. O êxodo rural impulsionou milhões de pessoas a fugir das condições árduas do campo, muitas vezes, maltratado pela seca.

Assim, durante muitos anos, aquelas pessoas vinham do interior para a cidade de Fortaleza em busca de melhores oportunidades, movidos por um sentimento, pela crença em uma

vida melhor, provocando um crescimento rápido da cidade de Fortaleza. “À sombra da falta de planejamento, de auxílio do governo e de estrutura das cidades, as pessoas acabavam construindo moradias com baixas condições”. Popularmente chamadas de 'favelas', essas moradias foram construídas onde só os mais ricos viviam. Tornou-se o cotidiano da cidade; o que eles chamam de “convívio forçado entre ricos e pobres” (Site do Banco de Palmas, 2012).

Nas palavras de seus moradores:

O Conjunto Palmeiras surgiu como a iniciativa do governo de uma 'limpeza sanitária' dessas grandes regiões. Especialmente nos anos da ditadura militar, esse processo foi particularmente violento para as famílias assentadas. O processo de assentamento do Conjunto Palmeiras em particular, compreendido inicialmente em uma área de 118 hectares, resultou do remanejamento de populações residentes em áreas de risco – principalmente retiradas da favela Lagamar, situada no centro da cidade, às margens do Rio Cocó, que em época de cheias, inundava as habitações ribeirinhas – e de outras localizadas em áreas situadas no vetor de expansão urbana, portanto, de grande potencial econômico e especulativo. Ao todo, foram removidas para o loteamento realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), mil e quinhentas famílias faveladas provenientes, além do Lagamar, da Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. (Site do Banco de Palmas, 2012) (Grifos do autor).

Quando comparam com o Conjunto Palmeiras de hoje, eles afirmam:

O Conjunto Palmeiras guarda muita semelhança com bairros pobres das grandes cidades brasileiras, distinguindo-se destes, pelas amplas avenidas e ruas de fácil acesso e circulação. A minoria das vias de circulação é de terra batida grande parte possuindo asfalto ou pavimentadas com pedra tosca. Depois de deixar de ser favela, continuou com essa denominação pelo fato de ser afastado do centro da cidade (Site do Banco de Palmas, 2012).

Para criar condições de habitação na área destinada à construção do Conjunto Palmeiras, foi necessário derrubar a mata de carnaúbas que tomava quase todo o local para liberar o espaço — daí o nome 'Palmeiras'. Essa ação deixou o solo desnudo, exposto ao clima, o que foi “transformando o terreno em um enorme charco, em época de chuvas, e/ou transbordamento do riacho que cortava a área” (Site do Banco de Palmas, 2012).

A história de luta do Conjunto Palmeiras foi sua marca desde as primeiras reivindicações por água encanada e energia elétrica, no final dos anos 1970. Esse potencial de mobilização popular foi e continua sendo uma característica presente, traduzida nas diversas organizações populares, passeatas, rádio, jornais, folhetos e cartilhas, alguns dos instrumentos utilizados por eles. Tem seu marco inicial na criação da Associação dos Moradores do Conjunto

Palmeiras – ASMOCONP, em 02 de fevereiro de 1981. O que podemos identificar na expressão de seus moradores, integrantes do Banco de Palmas:

Vários instrumentos foram criados e utilizados pela comunidade para espalhar a mensagem de uma maneira efetiva e participativa como: o jornal comunitário “Desperta Palmeiras”, os programas da rádio Santos Dias, as diversas manifestações teatrais, as cartilhas informativas e as publicações “Memórias de Nossa Luta” dentre várias outras, sempre utilizando uma mensagem simples de morador para morador (Site do Banco de Palmas, 2012).

Também, um marco de sua história ocorre no ano de 1991, quando os moradores do bairro realizam o seminário “Habitando o Inabitável”, de onde saíram duas importantes deliberações: a criação da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras – UAGOCONP, e a elaboração do plano estratégico para urbanização do bairro, para um horizonte de dez anos. Os resultados daquele seminário voltaram a ser avaliados em um grande encontro, em 1997. Neste, chegaram à conclusão de que o bairro já estava urbanizado, mas a pobreza econômica dos moradores continuava crescendo. Perceberam que apesar das diversas conquistas, o bairro ainda sofria com o desemprego, a baixa circulação de renda e pobreza. Os participantes do encontro, então, decidiram pela criação de um projeto de geração de trabalho para o bairro. Foi esse projeto, inaugurado em 1998, que pouco tempo depois, deu origem ao Banco de Palmas, uma das instituições mais importantes do bairro.

Hoje, o bairro ainda vive atravessado por esta realidade, atualizada com novos matizes. Dentre as atividades econômicas presentes, identificamos um grande número de oficinas de costura e pequenas confecções (micro e pequenas empresas), das quais 03 facções de costura se disponibilizaram e participaram efetivamente deste estudo.

Uma vez realizada a escolha do bairro e o acesso às costureiras de facção, iniciamos formalmente a constituição do conjunto de costureiras participantes da pesquisa, as quais foram convidadas a aderir à pesquisa, via Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo), e atendem aos critérios de serem, além de costureiras, trabalhando em **sistema de facção, a domicílio**, sem contrato formal de trabalho, possuem, no mínimo, um ano de serviços prestados para o mercado de confecção e do vestuário de Fortaleza-CE.

Compreendemos que 01 (um) ano seria tempo satisfatório para consolidar uma experiência sobre um tipo de atividade específica. Este critério, na verdade, foi atendido de

imediatamente, visto que a totalidade das costureiras participantes desta pesquisa tinha mais de 02 anos de trabalho no ramo de confecções realizando a atividade de costura na cidade de Fortaleza. Por outro lado, fomos surpreendidos com a idade média com que elas começaram a trabalhar: 13 anos. A maior idade de início encontrada dentre as costureiras foi de 16 anos, no caso de uma das costureiras da Facção 03; e a menor idade de início foi com 11 anos, no caso de uma costureira da Facção 02, que aos 27 anos de idade já fazia 16 anos desde o seu primeiro contato com o mundo laboral, mais da metade de sua vida.

Cada costureira autorizou formalmente sua participação na pesquisa através do TCLE (Anexo 1), confeccionado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (BRASIL, 1996). No início dos encontros com cada facção, as participantes foram esclarecidas acerca da pesquisa e de todos os aspectos relacionados a ela, estando cientes da sua não obrigação em aderir ao projeto, quando cada uma autorizou sua participação via TCLE. Além disso, estabelecemos um acordo de confidencialidade, segundo o qual nenhum nome ou qualquer dado de identificação de pessoas envolvidas na pesquisa podem ser revelados.

As entrevistas foram autorizadas previamente sob a forma gravada, conforme TCLE. No entanto, apesar de serem inicialmente gravadas, logo se mostraram inviáveis por conta da indisponibilidade das costureiras em parar sua atividade de costura para participar da entrevista, como detalharemos adiante. O som das máquinas entrecortava os relatos, impedindo a transcrição fiel das falas. Decidimos, então, fazer o registro por escrito. Somente as entrevistas com as duas costureiras da terceira facção participante (Facção 03) possibilitaram uma entrevista gravada, posteriormente transcrita. Vale ressaltar que consideramos fundamental garantir uma transcrição fidedigna dos relatos, seja gravada ou não, pois assim, asseguramos um acesso real à experiência de cada participante.

As fotografias também não foram permitidas. Mesmo depois da autorização via TCLE, durante os encontros percebemos certo incômodo neste sentido e ao indagarmos sobre o assunto, vimos que algumas delas não ficavam à vontade, chegando a vir individualmente pedir para não fotografar. Decidimos, então, que buscaríamos outras formas, sem constrangimento, que nos ajudassem a revelar a realidade das facções, suas dimensões físicas e como dispunham de suas máquinas e outros equipamentos usados no processo de costura. Rascunhamos uma planta baixa de cada facção, como recurso capaz de nos situar melhor sobre a realidade pesquisada,

principalmente na dimensão física, no que diz respeito à organização e distribuição espacial do trabalho. Estes recursos serão apresentados no capítulo seguinte, quando analisaremos as falas das costureiras sobre os aspectos investigados, a saber: concepção de trabalho; trajetória laboral, o trabalho de costura em facção, experiências relevantes vividas, rotina diária e trabalho, planejamento pessoal e familiar.

A inserção no contexto a ser pesquisado foi mediada, prioritariamente, pelo uso da técnica de entrevista semiestruturada, onde utilizamos um roteiro (Apêndice A) com algumas indagações norteadoras, como apresentaremos logo mais neste capítulo. Realizamos um total de 08 (oito) visitas ao Conjunto Palmeiras, num período de duas semanas e meia, conforme a disponibilidade de cada oficina de costura; facção de costura; ou simplesmente *facção* (como decidimos chamar). As 08 (oito) costureiras que autorizaram sua participação na pesquisa faziam parte de 03 facções de costura, que passaremos a apresentar a seguir.

Na Facção 01, trabalham 05 costureiras. Somente 03 delas assumiram a participação na pesquisa: a costureira líder, que chamamos de Marta, e outras duas, identificadas como Ilda e Flávia. A Facção 02 era constituída também de 05 costureiras e novamente apenas 03 delas autorizaram participar. A costureira líder, identificada como Diva, e as demais, chamadas de Laura e Glória. Na Facção 03, das 04 costureiras que trabalham lá, tivemos a aceitação de duas delas, a costureira líder, identificada como Maria e outra costureira, que chamamos de Mariana. Destacamos, porém, que as costureiras foram identificadas com nomes fictícios, como detalhamos acima, de modo a garantir a confidencialidade e o sigilo.

Caracterizaremos agora, cada uma das facções e suas respectivas costureiras, conforme organizamos a partir dos registros dos encontros e entrevistas realizadas.

Facção 01:

Costureira líder (**Marta**) – Tem 37anos de idade e começou a trabalhar com 12 anos. Possui um filho de 13 anos que mora com a avó paterna, na rua paralela à dela. Está separada há dois anos. Como o pai não contribui financeiramente com as despesas do filho, preferiu deixá-lo com a sogra, pois ela gasta mais que a pensão do pai ajudaria. Mora sozinha em casa própria, onde acontece a facção que coordena.

Costureira (**Ilda**) – Tem 34 anos de idade e iniciou a vida laboral com 14 anos. Solteira, possui um filho de 15 anos. Mora com a mãe, um irmão e uma sobrinha, filha dele. Somente ela e a mãe contribuem com a renda da família.

Costureira (**Flávia**) – Tem 39 anos de idade e começou a trabalhar com 14 anos, é irmã de Marta. Mora com a mãe, uma irmã, Mariana, uma sobrinha e não possui filhos. Contribui com a renda de casa e ajuda com os cuidados com a mãe, que é doente.

Facção 02:

Costureira líder (**Diva**) – Tem 27 anos e trabalha desde os 11 anos. É casada, não tem filhos e mora com o marido e a mãe nos fundos da casa onde acontece a Facção 02. A Facção 02 deve ocupar o que seria a garagem e a sala da casa. Eles moram no restante. A mãe é doente e está aposentada. Todos contribuem com a renda da família.

Costureira (**Laura**) – Tem 29 anos e iniciou sua vida laboral com 12 anos. É casada e mora próximo da facção com o marido e seus dois filhos: uma filha (16 anos) e um filho (11 anos). A filha ajuda com o irmão menor nas atividades domésticas. O marido trabalha à noite, em dias alternados. O casal contribui com a renda familiar.

Costureira (**Glória**) – Tem 21 anos e começou a trabalhar com 13 anos. Mora em casa própria, próximo à facção. É casada e tem uma filha, um bebê de 08 meses. Começou há 04 meses na Facção 02. Deixa a filha durante o dia aos cuidados da mãe, que mora bem perto dela, onde volta pra almoçar diariamente, de segunda à sexta. É o marido que mantém a casa. Ela contribui também com a renda familiar, apesar dele não ver necessidade dela trabalhar.

Facção 03:

Costureira líder (**Maria**) – Tem 52 anos e trabalha desde os 16 anos. É casada e o casal contribui com a renda familiar. Moram em casa própria, ela, o marido e os dois filhos solteiros: um filho com 24 anos e uma filha com 13 anos. O filho casado tem dois filhos (netos) e moram em outra casa.

Costureira (**Mariana**) – Tem 46 anos e iniciou sua vida laboral com 18 anos. Está separada e mora com sua mãe, uma irmã solteira, seu sobrinho (filho desta irmã) e sua filha. Contribui com a renda familiar, junto com a irmã e a mãe.

Fechamos nosso grupo de 08 costureiras participantes, fortalecidos na perspectiva qualitativa de González Rey (2002), quando defende que o conhecimento científico não é legitimado pela quantidade de sujeitos pesquisados, mas pela qualidade de expressão dos mesmos.

É importante sinalizar que o método previamente definido foi se “metamorfosando”, à medida que mergulhávamos na realidade daquelas costureiras. Logo nos primeiros contatos, ainda telefônicos, começamos a ter noção das condições de trabalho delas. Para conseguirmos falar, fizemos várias tentativas, onde o telefone, ou se encontrava ocupado, ou chamava várias vezes até desligar. Mais adiante, a própria costureira nos revelou que, muitas vezes, não atendiam ao telefone, pois se atendessem a todas as chamadas não alcançavam os resultados que pactuavam com seus clientes. Tivemos que ligar para a empresária que a indicou, pedir que ela ligasse avisando que íamos ligar em seguida. Assim, ela identificou nosso número e atendeu.

No início, estávamos decididos a fazer a entrevista em duas modalidades: individual (profunda) e em grupo. No entanto, não havia disponibilidade das costureiras em parar o trabalho de costura, seja individualmente, seja em grupo. Como a jornada delas findava em torno das 19 horas ou mais, ficou inviável também marcar fora da jornada de trabalho. Tivemos que buscar uma forma de entrevista que pudesse ir acontecendo durante suas atividades, principalmente, um modo que não interferisse no rendimento e andamento da facção. Assim, ora coletivamente, ora individualmente, obtivemos respostas de cada costureira sobre os aspectos investigados.

Ressaltamos, porém, que ocorreram momentos em que todas foram falando espontaneamente, sem uma ordem, conforme indagávamos sobre os aspectos que queríamos investigar. E em outros momentos, conseguíamos nos reservar um pouco no canto da sala de trabalho, só com uma delas, ainda que facilitado pelo tipo de atividade ou equipamento que ela estava usando. Logo, percebemos que tínhamos que aproveitar essas oportunidades que foram surgindo para alcançar nossos objetivos de pesquisa sem interferir na realização e resultados do trabalho delas. Assim, o uso das técnicas foi permeado pelas condições proporcionadas pelo trabalho de costura em facção.

No primeiro contato com cada líder de facção, realizamos a apresentação da pesquisa, apresentamos o TCLE, fizemos os esclarecimentos e agendamos os encontros com as costureiras

que aceitaram participar. E, somente, depois indagamos sobre os temas definidos. Procuraremos sintetizar agora como transcorreram estes encontros em cada uma delas, de forma a situarmos como a abordagem se desenvolveu em cada facção, com suas diferenças e peculiaridades.

Quando iniciamos na Facção 01, estivemos por uma manhã e parte da tarde, onde começamos apresentando a pesquisa, o TCLE, tirando dúvidas, definindo entrevistas e acompanhando o funcionamento da oficina de costura em facção. Assim, a conversa foi acontecendo. Na verdade, desenvolvemos uma conversa coletiva. Cada costureira fez seu relato, entrecortado pelas falas das demais. Inicialmente, mediada pelas dúvidas e inquietações que a pesquisa suscitou, mais adiante, pela fala da costureira que logo identificamos como a líder daquela facção.

Entendemos como *costureira líder* aquela que é responsável, pelas atividades de costura e, além disso, pelo funcionamento da facção, desde a organização do local (em geral em sua casa) até o pagamento de contas de energia e água; deve se relacionar e com o contratante (empresário ou intermediário de confecção) ou cliente; planejar/ dividir o trabalho; acompanhar o serviço de cada costureira da facção; realizar pagamento de cada costureira; providenciar manutenção do maquinário, enfim, é costureira como as demais e ainda responde pelo funcionamento da facção e seus resultados perante o contratante.

Com os esclarecimentos sobre a pesquisa concluídos, a costureira líder da Facção 01 começou a explicar como funcionava, o que e para quem produziam, quais equipamentos usavam, o que cada um fazia e por fim, mostrou em que modelo estava trabalhando naquele momento. Em seguida, tratamos sobre a ideia que cada uma tem sobre o que é trabalho e iniciamos a conversa sobre a vida laboral de cada uma.

Neste mesmo dia, rascunhamos uma planta baixa da casa onde a facção 01 funciona, como forma de situar quanto ao ambiente físico, na ausência das fotos. Encerramos o primeiro encontro com registros iniciais consistentes, em especial, satisfeitos com o diálogo que foi se estabelecendo entre as costureiras e a possibilidade de escuta da percepção umas das outras. Elas falaram de suas experiências laborais e, em alguns momentos, pareciam apreciar aquilo. Antes de irmos embora, levaram-nos na Facção 02, onde fomos apresentados e acertamos quando começaríamos. A líder da facção 02 nos falou francamente sobre suas dúvidas quanto à

viabilidade de participar. Fizemos alguns esclarecimentos e acertos que asseguraram nosso primeiro encontro com aquela facção.

No segundo momento com a Facção 01, começamos a conversar sobre os dados gerais de cada uma, tipo: estado civil, onde moravam, se tinham filhos, quem contribui na renda familiar, dentre outros aspectos de definição de um perfil sintético de cada uma. Concluimos os relatos sobre a trajetória laboral, restando apenas uma, que estava ausente, ficando esta para depois. Seguimos indagando sobre o trabalho de costura em facção, as dificuldades e benefícios desta atividade. Algumas já trouxeram nestes relatos traços de suas perspectivas de futuro desejado. Na terceira vez que fomos à Facção 01, concluimos a discussão sobre os benefícios e dificuldades do trabalho de costura em facção e algumas complementaram suas trajetórias com outras experiências que ainda não haviam relatado. Percebemos que a conversa já estava fluindo rapidamente e elas estavam atentas aos relatos, trazendo detalhes e lembranças de suas experiências anteriormente relatadas.

No quarto encontro, conseguimos abordar tanto a rotina diária, como a perspectiva de futuro. Participaram ativamente, trazendo à tona o entrelaçamento de seus modos de viver com o trabalho de costura em facção. Apenas uma das costureiras, que adoeceu, teve que concluir mais adiante. Procuramos a líder da Facção 02 para iniciarmos, mas ela não estava. Ficamos de voltar no dia seguinte.

O quinto momento já foi com a Facção 02, passamos na Facção 01, mas a costureira ainda estava doente. Procuramos sintetizar a apresentação da pesquisa e fazer os esclarecimentos para as costureiras rapidamente, pois as encontramos no fechamento da produção do processo de costura em facção. Elas estavam concluindo as últimas peças, para fazer a contagem e a entrega ao fornecedor. O ambiente era tenso. A líder argumenta que a tensão da entrega está maior pela ausência de uma das costureiras, e ainda tem que consertar uma das máquinas para fazer a entrega também naquele dia. Pede pra voltarmos à tarde. Só conseguimos voltar no dia seguinte. Antes de partirmos, no entanto, procuramos a costureira que faltava concluir na Facção 01, mas como ela ainda não havia retornado, a líder nos acompanhou até a Facção 03 para nos apresentar às costureiras. Após os esclarecimentos iniciais sobre a pesquisa, o TCLE, e uma breve conversa sobre o funcionamento e o que faziam lá, a líder da Facção 03 acertou de fazermos as entrevistas no sábado, quando normalmente não trabalham. Assim, faríamos entrevistas individuais.

Começamos o sexto momento entrevistando a líder da Facção 02, enquanto ela costurava, junto com todas as costureiras. Depois de informar que ainda estavam fechando a entrega do dia anterior, pediu que começássemos. Parecia, no entanto, mais tranquila que no dia anterior. Indagamos sobre o que era trabalho para ela, sobre sua trajetória laboral. Ela foi trazendo cada experiência vivida desde o início, até chegar à costura em facção a domicílio. Em seguida, passou a descrever os benefícios e dificuldades daquele trabalho, sua rotina diária e perspectiva de futuro, conforme íamos perguntando. Vez ou outra era interrompida pelas parceiras, telefone ou alguém que chegava. Naquele dia elas precisaram parar para consertar outra máquina. Elas procuraram resolver. Só chamam um técnico em último caso.

No dia seguinte, sétima visita às facções, era um sábado e havíamos combinado de iniciar na Facção 03. Como não estavam trabalhando, fizemos entrevistas individuais e gravadas. Primeiro, com a costureira líder da facção, em seguida, com a outra costureira que aceitou participar. Todas duas assinaram, antecipadamente, o TCLE. Pautamos a entrevista prioritariamente no roteiro prévio, procurando usar as indagações já realizadas com as demais participantes da pesquisa. Percebemos que esse formato, diferente do realizado nas outras facções, permitiu uma conversa tão enraizada nas experiências das costureiras quanto o formato coletivo. Conseguimos percorrer as diversas temáticas com cada uma. No entanto, tivemos uma oportunidade menor de contato com o dia-a-dia de funcionamento da facção.

Quando concluímos com elas, fomos para a Facção 02, onde realizamos a entrevista com outra costureira participante. Conversamos enquanto ela costurava. Estavam iniciando nova produção. Estavam bem mais disponíveis.

A última visita foi inicialmente na Facção 02, onde realizamos a entrevista com a terceira costureira participante. Também, fizemos a entrevista enquanto ela costurava. Antes de irmos, soubemos que a costureira da Facção 01 que havia adoecido estava de volta. Finalmente, concluímos com ela também.

Confirmamos, também, o quanto essa abordagem coletiva das costureiras facilitava a interação delas e enriquecia o diálogo. Os primeiros cinco encontros foram marcados pelo uso da entrevista semiestruturada, em grupo, onde as falas se entrelaçam, muitas vezes, formando uma grande *rede de fios trançados*. Em cada fio uma vida, experiências expressas na presença umas das outras, vidas entrelaçadas por um modo de trabalhar e viver. Podemos dizer que assim foi,

prioritariamente, na Facção 01. Na Facção 02, usamos tanto a abordagem grupal como a individual. E na Facção 03, elas escolheram a perspectiva individual, apesar de termos realizado também o primeiro encontro com as duas costureiras trabalhando juntas.

Aplicamos, pois, a entrevista aberta que Catani (1990) assegura não estar no campo específico da conduta ou do fazer, nem no campo específico do dizer, mas num espaço intermediário, estabelecido pelo fato de os entrevistados falarem sobre o que fazem e o que são (ou aquilo que acreditam ser, ou fazer), emergindo o que ele chama: *el decir del hacer* (o dizer do fazer). Portanto, a informação experimentada e absorvida pelo entrevistado foi transmitida intensivamente orientada pela experiência das costureiras, tendo a subjetividade direta como produto informativo principal ensejado pela entrevista. O que Alonso (1998) reforça quando diz que a técnica da entrevista aberta encontra seu uso, principalmente na obtenção de informações sobre “como os sujeitos diversos atuam e refazem o sistema de representações sociais em suas práticas individuais” (p.72).

Conforme Boni e Quaresma (2005), as informações mais específicas, relativas a cada uma das participantes (individualmente), às suas impressões e versões foram obtidas em entrevistas semiestruturadas, as quais combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante pode discorrer sobre o tema proposto. Gaskell (2000) complementa ao destacar que o método escolhido permite, portanto, a compreensão da vida dos participantes, bem como dos seus grupos sociais especificados.

Seguimos um conjunto de questões previamente definidas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Durante a entrevista, ficamos atentos para dirigir, no momento em que achávamos oportuno, a discussão para o assunto que nos interessava, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tivesse “fugido” ao tema ou estivesse em dificuldades com ele (BONI E QUARESMA, 2005) (grifos nossos).

Essas entrevistas semiestruturadas realizadas com as costureiras participantes tiveram como foco a análise das consequências das novas formas de relações de trabalho, experimentado nas facções de costura (sem contrato formal de trabalho) em suas vidas. Neste sentido, as perguntas relacionadas tratavam prioritariamente sobre os seguintes temas: concepção de trabalho, trajetória laboral, o trabalho de costura em facção, experiências relevantes vividas,

rotina diária e trabalho, planejamento pessoal e familiar. Esta última temática surgiu da necessidade de visualizarmos também como aquela atividade impactava na construção da perspectiva de futuro destas trabalhadoras. Então, o roteiro de entrevista, referenciado nos objetivos deste projeto, investigou cada ponto suscitado, quando da problematização da pesquisa, servindo, também, como referência para garantia do foco da investigação.

Escolhemos algumas indagações ou questões norteadoras, de modo a nos orientar nas entrevistas/ encontros com as costureiras, como tratado anteriormente, facilitando o fluir de uma fala enraizada em suas experiências de vida como trabalhadora e costureira de facção a domicílio. Priorizamos usar as indagações apontadas a seguir: O que é o trabalho pra você? Como você entrou para o mundo do trabalho? Conte-me como você chegou a trabalhar com costura em facção. Quais os benefícios e dificuldades vividos por você no trabalho de costura em facção? Como é sua rotina diária, desde o momento que acorda até ir dormir? O que você almeja pra sua vida e a de sua família, no que diz respeito a trabalho?

Portanto, conforme mergulhávamos na realidade pesquisada, chegamos à conclusão que a entrevista semiestruturada, de caráter aberto, continuava sendo nosso recurso principal de acesso à realidade de trabalho das costureiras de facção. Seja na dimensão individual ou coletiva.

Assim, conseguimos abordar como acontecem as relações destas costureiras de facção, participantes da investigação, de modo a identificar, com base no diálogo e/ou debate com elas e entre elas, suas crenças, sentimentos, opiniões, dúvidas e inquietações, referentes ao contexto de trabalho em facção, bem como suas relações, decisões e mudanças vividas com ele, para ele e com origem nele. Estes encontros foram registrados, em sua maioria, manualmente, como já explicamos, sendo que duas entrevistas foram registradas com uso de gravador. O diário de campo foi de grande valia, pois traz o relato de nossas percepções, indagações, inquietações e sentimentos, destacando aspectos relevantes dos encontros, na perspectiva de suas interfaces e alcance dos objetivos da pesquisa.

Os relatos das costureiras foram analisados pela técnica de análise de conteúdo de Bardin, aplicada ao material coletado pelo instrumento de pesquisa. Bardin (2004) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações. É um instrumento que, em sua composição, dispõe de vários recursos para se adaptar a um campo de aplicação muito vasto.

Minayo et al, (2009) destacam duas funções da análise de conteúdo. A primeira compreende a constatação dos pressupostos, ou seja, a possibilidade de confirmar ou não as afirmações e/ ou indagações estabelecidas na pesquisa. A segunda diz respeito à possibilidade de compreender o que está por trás dos conteúdos manifestos.

Ouvimos e transcrevemos exaustivamente as falas das participantes. Inicialmente, buscando assegurar sua fidedignidade, em seguida possibilitando a identificação das categorias que nortearam o debate e a análise dos resultados desta pesquisa. Estas categorias foram identificadas e validadas pelo cruzamento entre os registros produzidos pelas entrevistas individuais e coletivas, bem como os registros elaborados em diário de campo.

Elaboramos a discussão e análise dos conteúdos relatados pelas costureiras de facção participantes, pautados nas categorias identificadas e validadas, como listamos a seguir: concepção de trabalho; novas (ou antigas) formas de trabalho; a organização do trabalho em facção; modo de trabalhar e viver; planejamento pessoal e familiar.

No próximo capítulo, discutiremos cada uma dessas categorias, à luz dos relatos das costureiras, reforçados pelos estudos teóricos e empíricos afins. A discussão que fizemos esteve orientada pela análise das consequências das novas formas de relações de trabalho, experimentado nas facções de costura, identificando os aspectos do ambiente das relações de trabalho em facção que interferem na vida das costureiras; debatendo as relações que as costureiras de facção fazem entre seu modo de viver e de realizar seu trabalho e de como planejam seu futuro e de seus familiares ou descendentes, como apresentaremos a seguir.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Após apresentarmos nosso percurso metodológico, passamos para a discussão e análise do conjunto das informações acessadas, com base nas categorias identificadas ao longo do cruzamento dos registros dos encontros e entrevistas, do diário de campo e nossos objetivos de pesquisa. Os relatos das costureiras de facção participantes foram sucessivamente tratados, à luz de nossas inquietações e percepções, pautadas também no referencial teórico que aportamos. E, assim, conseguimos por fim identificar e validar as categorias a seguir: concepção de trabalho; novas (ou antigas) formas de trabalho; organização do trabalho em facção; modo de trabalhar e viver das costureiras de facção; e planejamento pessoal e familiar. Estas nortearam a discussão central que nos propomos fazer aqui.

Ainda que o trabalho possa ser analisado como recurso privilegiado de construção da identidade, tal como afirmam alguns dos autores trabalhados na nossa reflexão teórica (Antunes, 2009; Castel, 1998), pareceu-nos relevante, no âmbito do percurso metodológico por nós escolhido, destacar dois aspectos fundamentais na compreensão de como se articulam informalidade e precarização na caracterização da facção, a saber, a trajetória laboral das costureiras investigadas e a organização do trabalho nas facções. A forma de abordagem dessas duas grandes categorias, em função de sua relevância para alcance do objetivo por nós delineado, precipitou uma organização de análise de dados diferenciada. O resgate a partir da experiência de cada uma das entrevistadas e a análise da forma como cada uma das facções investigadas estabelecia a organização das atividades, pareceu-nos o recurso mais idôneo de aproximação da realidade que investigamos.

Fechando nossa análise, decidimos pela introdução de dois apartados que nasceram da confrontação com a realidade, ou seja, emergiram do próprio contato com o campo, mas se coadunam e atribuem significação ao nosso propósito de compreender o lugar que o trabalho ocupa na vida dessas trabalhadoras. Assim, tanto o modo de trabalhar e viver como o planejamento pessoal e familiar somam-se aos aspectos anteriores, precipitando um cenário que aprofunda um envolvimento subjetivo que de certa forma recoloca o trabalho como uma atividade privilegiada na organização da vida das trabalhadoras investigadas.

A estrutura do presente capítulo segue, então, essa lógica: inicialmente, abordamos a concepção ou significado de trabalho compartilhado pelas costureiras participantes. Em seguida, apresentamos uma síntese da vida laboral delas, de modo a situarmos o caminho que fizeram até chegar ao trabalho atual, foco desta pesquisa, apontando as formas de inserção e organização do trabalho de costura em facção e os benefícios e dificuldades enfrentados por elas na realização desta atividade; por fim, as relações entre os modos de viver e realizar o trabalho, identificadas nos relatos das costureiras; e seu planejamento pessoal e familiar, na perspectiva do futuro que visualizam para elas e seus descendentes.

5.1 A concepção de trabalho: significados atribuídos pelas costureiras de facção

Sabemos que o trabalho ocupa um lugar central na vida humana. Ele é parâmetro para a organização da vida como um todo, influenciando na organização da rotina diária, compromissos e planos futuros e, até mesmo, nos relacionamentos. Uma categoria fundamental, porque é pelo trabalho que o homem interage no seu meio social, constrói sua história, criando desde suas condições de sobrevivência até as de realização profissional e pessoal. Não é por acaso que as situações de desemprego são tão dolorosas para as pessoas que as vivem, provocando danos à saúde física e psicológica, sem falar nas consequências para os relacionamentos afetivos mais diretos, como o familiar.

Dessa forma, entendemos que o ato de trabalhar é referência central para o indivíduo, influenciando na construção de sua identidade individual e no modo como se insere em seu contexto social. É, principalmente, na relação com seu labor diário que o homem estabelece uma rede de percepções e crenças, que terminam por influir nas suas escolhas, decisões e ações nas mais diversas áreas de sua vida.

Consideramos importante que a dimensão subjetiva do trabalhador seja integrada em nossa análise, pois ela é permeada por experiências, seja dentro ou fora do trabalho, objetivando-as. Aspectos relacionados ao conteúdo simbólico do trabalho e como o trabalhador se relaciona subjetivamente com este labor são constituintes desta dimensão.

Compartilhamos da compreensão de Borsoi (2005) quando afirma que:

É preciso considerar a dimensão subjetiva dos indivíduos, pois essa, ao mesmo tempo expressa e integra a dimensão objetiva da realidade (p.24).

Salientamos, pois, nossa escolha aqui, em abordar os significados do trabalho atribuídos pelas costureiras de facção, ocorreu por acreditarmos que o indivíduo busca compreender e explicar a realidade na qual vive, a partir da criação de significados, signos, símbolos e conceitos sobre essa realidade. Produz também valores, desejos e fantasias, que permeiam suas experiências e expectativas de vida.

Podemos identificar essa perspectiva no relato das costureiras, tanto no que diz respeito à necessidade de sustento, como quanto à afirmação da centralidade do trabalho na vida delas.

Quando abordamos as costureiras sobre o que seria o trabalho para elas, os relatos da costureira líder da Facção 01, Marta, e de sua colega, Ilda, apareceram-nos como marca deste significado do trabalho como modo de sobrevivência, meio de ‘garantir’ a vida, o que não deixa de estar profundamente permeado pela centralidade laboral em suas vidas:

Trabalhar pra mim é desafios, é, é, me superar. Saber que não tô morta! Sou capaz! Trabalhar pra mim é uma benção. Você não fazer nada, não ter uma meta. Eu hein! Trabalhar pra mim é viver. A necessidade me faz trabalhar. Tem pai que diz: vá estudar que eu te garanto. Mas eu fui, pois não tinha o que comer. Fui trabalhar com 12 anos pra viver e sobreviver no mundo. Pra minha mãe, bastava ler e escrever. Tive que parar de estudar e trabalhar. Quem estuda pra ser costureira, ninguém! A gente faz isso pra sobreviver! Ou então trabalha em casa de família, que é pior de que... Tive que aprender uma profissão. Eu odiava estudar. O que fiz? Fui aprender uma profissão. Além de profissão tem o dom. É Deus que dá! (Marta)

Se resume em duas palavras: responsabilidade e sobrevivência. Porque quem tem responsabilidade, tem objetivo de vencer. A sobrevivência vem do meu trabalho. Então pra fazer uma coisa para meu filho, pagar conta, preciso do meu trabalho. Às vezes, a gente tá tão cansada, mas quando lembra do que tem que resolver e fazer, segue em frente... Por isso, resumo nestas duas palavras. (Ilda)

São relatos contundentes de mulheres que parecem ‘agarrar-se’ ao trabalho como quem se agarra à possibilidade de viver, de manter-se viva. Estes relatos trazem, também, a noção de trabalho como o ponto de partida para se possibilitar a realização em outras esferas da vida. Traduzem a realidade e ‘luta’ diária de muitos dos nossos trabalhadores que são inseridos no mundo laboral muito cedo, por não ter o que comer, como no caso de Marta e Ilda, irmãs, que ingressaram aos 12 e 14 anos, respectivamente, e das demais participantes desta pesquisa, como discutimos no capítulo anterior.

E mesmo quando a escolha pessoal é outra, como Marta que queria concluir os estudos e não encontrou apoio familiar, pois, além dos desafios de sua realidade material limitada, a mãe acreditava que ler e escrever bastava, ela precisava era de uma profissão que lhe desse o sustento. Pudemos presenciar como a indignação de Marta dava o tom de seu relato sobre o significado do trabalho. Com essa qualidade de expressão, ela foi capaz de explicitar sua realidade, como veremos no decorrer deste capítulo.

Pudemos identificar como esta noção da centralidade da categoria trabalho atravessa o relato das costureiras acerca do trabalho como um todo, o que fica evidenciado também nestas falas de algumas costureiras:

O trabalho pra mim é muito importante pra mim. Não consigo me ver sem trabalho não. Porque assim se eu deixar de trabalhar é como se tirassem minha liberdade. É porque trabalho realmente eu amo trabalhar. Eu me sinto livre, feliz, eu não preciso pedir nada a ninguém. Então se eu sair, eu me sinto presa. (Glória)

Trabalho pra mim é uma... uma segurança, é uma sobrevivência, né, que a gente vive disso, né. É, a facção é bom pra mim, é... e, tudo, né, a gente... eu vivo de facção e isso aí pra mim é tudo, né? Eu pago energia, eu pago alimentação, colégio, tudo isso aí. (Maria)

O trabalho pra mim é tudo, porque sem o trabalho ninguém vive. Mas assim, é bom o trabalho de facção, né, porque você tem liberdade. No momento que você tem filho né, que você tem mais liberdade de cuidar do filho, e ao mesmo tempo trabalhar, né? (Mariana)

Apesar do modelo de organização industrial não ser o único modelo de referência laboral, como vimos, Aquino (2007) defende que o trabalho assume um lugar central na estruturação de nossas vidas. Em suas palavras:

Historicamente é preciso considerar o papel assumido pelo modelo de organização industrial do trabalho. O lugar ocupado pelo trabalho ao longo de toda a modernidade levou a uma construção de referência de centralidade dentre as atividades sociais. O *trabalho passou a ser o eixo central de articulação da estrutura social*, mas o modelo de organização industrial não pode ser concebido como o único modelo de referência laboral, mesmo durante a chamada “sociedade industrial” (p. 21) (grifos nossos).

Entendemos, pois, que foi no transcurso da modernidade, sob a influência do modelo industrial, que esta centralidade se consolidou, mas outros modelos laborais conviviam e eram identificados como trabalho, como a agricultura, o comércio e os serviços, com atividades ainda iniciais. A centralidade do trabalho permeia, então, os mais diversos formatos e modos de

inserção laboral, onde a facção de costura a domicílio é uma delas. Ratificado nas falas das costureiras, fundadas em suas experiências, onde falar em trabalho é praticamente falar de sua condição humana.

As costureiras trazem em suas falas outra faceta da realidade de trabalho vivida, em especial, pelas mulheres, que é a conciliação entre trabalhar e cuidar dos filhos, acompanhá-los. O fato do formato de trabalho em facção a domicílio permitir uma melhor conciliação destas necessidades produz a sensação de ‘estar mais livre’, trazendo claramente o argumento de uma maior liberdade, como um dos benefícios daquele tipo de labor. Este aspecto será retomado mais adiante, quando abordaremos diretamente o trabalho em facção do ponto de vista das experiências apresentadas por elas.

Como vimos antes, apesar de muito discutida e das opiniões diversas a respeito, a centralidade do trabalho na vida das pessoas é defendida por autores de referência, nos estudos sobre a psicologia social do trabalho (Aquino, 2008; 2007) e da sociologia do trabalho, como Overjero (2010). Ao afirmar a centralidade, este autor explicita também a relação estreita entre o trabalho e o capitalismo industrial:

Certamente, para sobreviverem no passado, tanto as pessoas, como os grupos e as sociedades tiveram que exercer algum tipo de atividade, mas o trabalho, tal como o conhecemos (s.d.), é um produto do capitalismo industrial, por isso não tem mais de dois séculos de existência. O trabalho, que nunca teve as funções que tem hoje, cada vez está mais no centro de nossas vidas, tendo convertido-se (s.d.), inclusive, em nossa vida. (p.15).

Sabemos que o trabalho tanto é visto como meio para se alcançar objetivos e finalidades determinadas, como também é espaço de realização individual. Surgiram em alguns relatos a questão de conquistar objetivos, ter uma profissão e fazer o que dá prazer como condições para uma satisfação pessoal. As experiências de Flávia, Diva e Laura expressam estes aspectos, como registramos a seguir:

Trabalhar é construir, atingir meta, objetivo conquistado pelo meu próprio esforço, né? Fui eu que fiz, é muito bom! (Flávia)

Trabalho é necessidade, mas mesmo sendo isso, é também prazeroso. Como a vida sedentária não faz bem. Não é bom a pessoa viver sem fazer nada. (Diva)

O trabalho, eu acho assim, que independente de trabalhar fora (de casa), ou não, ele preenche nossa vida. Apesar de ele ser algo necessário, ele deve dá prazer, a gente tem

que trabalhar no que gosta. Não adianta trabalhar só pra garantir seu sustento, um pouco de conforto na sua vida e não gostar... Eu sou religiosa e acho que o trabalho tem que tá associado à responsabilidade na vida com o que você gosta. Se não gosta, não produz. Se não produz, nunca vai ser reconhecido. Porque já é difícil se esforçar e adquirir o reconhecimento do patrão, se você não gosta, aí fica difícil, imagine como é! A maioria de trabalhadores trabalha assim, só pelo sustento. Como fica? (Laura)

Passamos agora a apresentar as trajetórias laborais destas costureiras, conforme registrado em nossas entrevistas, coletivas e individuais, de modo a nos situar quanto à realidade laboral de cada uma delas, apontando como suas inserções ocorreram e foram vividas por elas, neste caminho até os dias de hoje, quando trabalham em facção de costura a domicílio.

5.2 Novas (ou antigas) formas de trabalho: a trajetória laboral das costureiras de facção

Procuramos identificar cada trajetória com base em alguma experiência significativa que tenha marcado o relato de cada costureira, seja uma frase ou um modo de expressar o que viveu. Em geral, durante cada fala sobre o assunto abordado, percebemos que tinha alguma experiência em que as mulheres se envolviam e se demoravam mais nos seus relatos, traziam uma riqueza de detalhes, lembranças e o resgate do mesmo assunto em encontros posteriores. Já em outros casos, pudemos ver que tinham um modo de se expressar direto e bem objetivo. Muitas vezes, era uma variação de tom de voz, o brilho no olhar que nos sinalizava algo relevante, ou uma experiência marcante. Parecia-nos que queriam ir logo a um determinado ponto. Desse modo, fomos meio que ‘garimpando’ as ‘pérolas’ do percurso de trabalho de cada uma delas, aquilo que emergiu, pleno de significados, permitindo-nos fazer as ‘nossas costuras’, traduzidas nas sínteses a seguir.

5.2.1 Marta: “Um ano na senzala”

Marta é a costureira líder da Facção 01, trabalha com Flávia e Ilda, também participantes desta pesquisa e de outra costureira, Camila, que não quis participar. É irmã de Flávia, Maria e Mariana. Hoje tem 37anos de idade e começou a trabalhar com 12 anos. Possui um filho de 13 anos que mora com a avó paterna, na rua paralela à dela. Está separada há dois anos. O pai não dá nada. Preferiu deixar o filho com a sogra, pois ela gasta mais com seu filho

que a pensão do pai ajudaria. A sogra e o filho de Marta moram perto. Ela mora sozinha em casa própria, onde acontece a facção que coordena.

Sua primeira experiência laboral foi em indústria de confecção de jeans aos 12 anos, ainda criança. Ela e outras 07 irmãs trabalhavam lá para ajudar no sustento da família. Muitas vezes, não tinham o que comer. Ela deixou de estudar para trabalhar, pois, para a mãe, ler e escrever eram o suficiente. O mais importante era aprender uma profissão. E, assim, teve seu primeiro contato com a costura. Aprendeu tão rápido e dava tanta produção, que logo a colocaram em outra operação. Ela trouxe esta experiência em dois momentos diferentes da entrevista, como vem a seguir:

Trabalhei numa fábrica de jeans onde o fiscal ficava contando o tempo. Não me aperreava... Fazia do meu jeito. Eu fazia de olho fechado. Já tava preta de fazer aquilo! As colegas perguntam como fazia tão rápido e eu dizia: hora se faço até no sonho! (risos) (Marta).

Tinha 12 anos, ela (a mãe) me botou lá de menor. Quando o fiscal vinha tinha que me esconder. Colocou logo pra outra operação, pois aprendi rápido e dava muita produção. A fiscalização bateu e fechou tudo, era muito de menor. Tava eu e mais 07 irmãs (Marta).

Passou, então, para uma fábrica de acessórios, como: fivelas, lacinhos e gigoletes, onde ficou por muito tempo. Eles forneciam para a loja Pirineus. De lá, foi para outra do mesmo ramo. Em seguida, saiu para assumir outra posição de costura em indústria de jeans. Como ela mesma destacou, “um ano na senzala”, que deixou marcas profundas na sua relação com o trabalho:

De lá fui pra outra fábrica de jeans, *um ano na senzala*. Peão não sabe o que é aquilo. Se for no banheiro, é uma vez de manhã e outra à tarde. A terceira vez, tinha que dizer por quê. Eu ia pro banheiro só pra descansar. Eu dizia: eu saio desta vida! Fui fazer acordo, mas não pedia pra sair. Comecei fazer as unhas no setor. Não me botavam pra fora. Coloquei eles na justiça. Aí, eles me botaram pra fora. (...) Consegui duas testemunhas de lá de dentro. Sabe como é? Aquelas de consciência... Quando viram as testemunhas, aceitaram o acordo. Fiquei com trauma de fábrica (Marta) (Grifos nossos).

A sensação de humilhação, de desrespeito e maus tratos foram a tônica dessa experiência que a fez concluir porque que as pessoas que conhece não gostam de trabalhar em fábrica, como podemos conferir em sua fala sobre suas condições de trabalho como costureira naquela indústria:

Por isso ninguém quer trabalhar mais de fábrica! Peão, peão, animal, animal. Ficava com hemorroida (passavam o dia sentadas). Tô mentindo não! É a realidade! Atender telefone? Nunca! Mas também quando apitava a hora do almoço... Sabe aquela vacaria quando abre... (risos) Pois é! Era cuscuz pros animal. A comida era boa... Tinha que voltar 10 minutos antes, conferir tudo, pois às 13h a máquina tinha que tá ligada. (Marta)

Sem falar nas horas extras, pois sabiam que quem não as cumprisse, fatalmente sairia no corte. Acabavam, então, assumindo uma jornada extradiária de mais três horas como forma de se manter trabalhando, expondo-se aos riscos de um retorno para casa à noite, já depois das 21 horas.

Desta fábrica foi trabalhar em um ateliê de alta costura. Ela trabalhava três dias por semana e ganhava mais que na indústria. Sentiu-se desafiada a aprender mais e mais. Queria aprender e investiu mesmo neste aprendizado, mas e o retorno financeiro? A forma de reconhecimento e remuneração foi deixando Marta, inicialmente, inquieta e depois, profundamente insatisfeita, como podemos ver literalmente em nossos registros:

Queria aprender, “metia as caras”! Virava e revirava e achava jeito de aprender. Já estava atendendo cliente, cortando, fazendo e a mulher não me aumentava. Aí fui saindo, com pena, mas gostava muito dela. O ateliê acabou fechando. Os clientes procuravam a P. (apelido de Marta) (Marta).

Agora ela atende em sua casa, também possui um conjunto de clientes fixas, para as quais produz uma costura ‘sob medida’, mas tem trabalhado mesmo é com o formato de costura em facção. Depois do ateliê, surgiu sua primeira experiência em formato de facção de costura. Trabalhava para a marca S. de roupas femininas. Ficou com eles por dois anos, aproximadamente. Saiu de lá em razão da redução de produção, quando as vendas estavam caindo. Foi um momento difícil, pois estava separando do pai de seu filho. Percebemos em sua fala a expressão desse momento difícil em sua trajetória:

Há 02 anos! Eram 800 peças e depois cortou tudo, porque não estava vendendo. Entrou em crise e ela não podia pensar que eu estava separando. Foi uma bola de neve, sabe? (Marta).

Hoje, Marta trabalha para outra indústria de confecção feminina, onde produz roupa de alta qualidade, como diz. Ela demonstra sua satisfação com a costura em facção e até orgulho

em trabalhar para esta indústria, como podemos ver em seu relato quando foi indagada se gostava do que faz hoje:

Tenho um grupo de cliente fixo, mas agora é a facção, porque é menos estresse, já vem cortado P-M-G, montou tá pronto. A única coisa ruim é a exigência de muita qualidade. A facção pra mim foi o momento que me separei, um meio de necessidade sem pensar, diferente da sob medida que tem que pensar, lidar com cliente, comprar acessório, receber. A facção não! É só montar e receber, sem preocupação. (...) Gosto. Tenho até orgulho desta loja que trabalho hoje. Ela é muito organizada. Manda o material certinho. Pagam na mesma hora que você entrega. Eles vêm pegar aqui e pagam. Já teve de eu ir deixar por atraso meu. Porque eu quis levar. Mas é muito Longe. (Marta)

Marta vive em sua trajetória, dentre outras coisas, a transição do trabalho fabril e formalizado por um contrato de trabalho registrado em carteira para os formatos de trabalho do paradigma flexível, modelo do qual a facção de costura a domicílio faz parte.

Como diria Lima (2007), estamos falando da crise do “Estado-Providência”, que do final do século XIX para o século XX, agrega direitos que limitam a exploração da força de trabalho, em suas palavras:

Com a crise desse Estado – que agregou direitos sociais aos contratos de trabalho – a partir dos anos 70, assiste-se ao retorno ou, pelo menos, ao crescimento dessas formas “resquiciais” ou “atípicas”, agora como produto da flexibilização das relações de trabalho na perspectiva do capitalismo global. Temos, assim, transformações radicais na sociedade em termos econômicos, políticos e sociais, que recuperam, reformulam e reapropriam formas de utilização da força trabalho presentes desde os momentos iniciais do capitalismo industrial: o trabalho a domicílio, temporário, por empreita e diversas formas de subcontratação.

Assim, ela chegou ao ofício de costureira, inicialmente, nas fábricas ou indústrias de confecção, posteriormente inserida no formato de facção de costura a domicílio, onde trabalha até hoje, da qual afirma tirar seu sustento e ter conquistado mais liberdade de ir e vir. Sua trajetória nos introduz na realidade da mulher que trabalhava com costura na indústria da confecção e do vestuário e passou para este formato atual, flexível, atípico, instável e precarizado pela ausência das garantias sociais de um contrato formal de trabalho, alvo deste estudo.

Como vimos nos significados atribuídos ao trabalho, este argumento da liberdade é um valor recorrente nas falas delas. Analisaremos, contudo, esse tema quando da análise da organização de trabalho em facção de costura, mais adiante.

5.2.2 Flávia: “Trabalhei dois anos e sete meses com carteira assinada”

Flávia é outra das costureiras da Faccão 01. Ela tem 39 anos de idade e começou a trabalhar com 14 anos. É irmã de Marta, Maria e Mariana. Mora com a mãe, sua irmã, Mariana e a sobrinha. Não possui filhos. Contribui com a renda de casa e ajuda com os cuidados com a mãe que é doente.

Aos 14 anos, começou a trabalhar naquela indústria de jeans já referida por Marta, onde ela e as irmãs trabalharam antes da maioridade. Lá, trabalhou até a indústria fechar. Depois, passou por algumas experiências dentre as quais decidiu destacar a indústria de acessórios, onde assumiriam uma jornada específica: trabalhariam na segunda e só voltavam na sexta, como relata:

De lá, fui pra uma indústria de acessórios. Muita comédia! Íamos trabalhar na segunda e só vinha na sexta! O almoço ela trazia 14 horas, quando ela voltava. *Nós sempre fomos escravo*. A gente dormia lá, porque pra ela era bom e a gente... Pra nós era bom, porque a gente não queria ir todo dia pra casa. A gente achava era bom. Nós não tinha, nem RG, nem CPF. Foi ela que fez a gente tirar. Ela fechou pra abrir restaurante, onde fui ser contínua e depois auxiliar de escritório. (Flávia) (Grifos nossos).

Apesar de dizer que dormiam lá porque era bom, esse ‘bom’ estava na dimensão do ‘melhor do que’ ir todo dia para casa. A perspectiva de deslocamento diário para o trabalho era pior que a de dormir toda a semana lá, longe de ser uma condição adequada de trabalho. Mas o ‘melhor trabalho’, na opinião de Flávia, foi o explicitado no trecho transcrito abaixo, registrado em um de nossos encontros, onde a existência de um contrato formal de trabalho é destacada:

Melhor trabalho mesmo foi na Colher de Pau, restaurante, no escritório. *Trabalhei 02 anos e 07 meses com carteira assinada*. Gostei muito... Porque tava atrasando muito os salários e sabia de tudo, e não podia dizer nada, acabei saindo. Depois fechou o restaurante da Praia de Iracema. Também só tirando, sem repor, uma hora quebra. (Flávia) (Grifos nossos).

Nesse local, Flávia teve contato com a perspectiva de um trabalho regulamentado e devidamente registrado em carteira. Lembramos bem de como destacou em sua fala este tempo de trabalho *com carteira assinada*. Este aspecto é destacado pelas costureiras de formas diferentes, seja pela existência ou ausência deste vínculo formalizado, seja pelas consequências de um ou de outro em suas vidas. Voltaremos a este assunto mais adiante, quando abordaremos

suas experiências no trabalho em facção de costura, bem como os benefícios e dificuldades vividos.

Onde também trabalhou por bastante tempo foi em uma 'lan house'(como identificou) próxima dali, que chamava de Cyber. Era um desses locais com acesso à Internet e locação de filmes. Foram mais ou menos dois anos. Ela se incomodou com as condições de trabalho e saiu. Conforme identificamos em seu relato, passava 14 horas de seu dia envolvida no trabalho e sem descanso semanal:

Trabalhava direto, de segunda a domingo de 08 às 22h. Tinha uma folga no mês depois, de quinze em quinze dias. Ganhava R\$ 20,00 no domingo. Não fechava para almoço. Eu gosto muito de computador, mas eu era besta mesmo. Aí fui pra facção da S. (Marca S.) com a Maria, outra irmã. (Flávia)

Depois, Flávia foi trabalhar também na facção da Marca S. de roupas femininas, em formato de facção (sua primeira vez), só que com a Maria, sua irmã, costureira líder da Facção 03. Ela destaca no relato dessa experiência a sensação vivida quando voltou pela primeira vez às 17 horas para casa, depois de passar dois anos no Cyber com aquele tipo de jornada:

Aí fui pra facção da S. (Marca S.) com a Maria, outra irmã (líder da Facção 03). Quando eu vi a luz do sol no fim do dia, às 17h, vi o que era liberdade. (Flávia).

Assim, iniciou seu contato com a facção. Atualmente, está com Marta, na Facção 01, onde trabalha das 08 às 18 horas, de segunda a sábado ou até a produção ser concluída. Hoje, ainda trabalha no Cyber, porém à noite, após deixar a facção para substituir um rapaz de lá que estuda à noite ou a dona, quando ela precisa sair. Tem ido, também, em finais de semana e feriados. Recebe por diária.

Na trajetória de Flávia, pudemos identificar que ela também passou por formas de organização do trabalho de caráter formal e informal, dentro e fora das fábricas, experiências diferentes, mas com as quais se identifica e produz um discurso muito semelhante ao de sua irmã Marta, quando cita o formato atual de facção de costura a domicílio destacado como possibilidade de acesso a uma maior liberdade, como discutiremos a seguir.

Percebemos que a mudança para a facção trouxe uma perspectiva diferente para a vida de Flávia, como confirmamos no desenrolar dos encontros e das entrevistas. Na sequência de nossa análise, abordaremos os aspectos mais relevantes.

5.2.3 Ilda: “Fiquei um ano de licença médica, mas descoberta”

Ilda é a terceira costureira participante, que trabalha na Facção 01. Ela tem 34 anos e iniciou a vida laboral com 14 anos. É solteira e possui um filho de 15 anos. Mora com a mãe, um irmão e sua sobrinha, a filha dele, em uma casa no bairro São Cristóvão, próximo do Conjunto Palmeiras. Somente ela e a mãe contribuem com a renda da família.

Começou a trabalhar ajudando a mãe que costurava em casa. Mas o primeiro emprego foi através de um programa do Governo da época, chamado Pequeno Trabalhador. Ela trabalhava meio expediente, realizando serviços de organização e limpeza em uma creche do bairro, onde ficou dos 14 aos 17 anos e meio, aproximadamente. Em seguida, ajudou as professoras de uma Escolinha particular, também trabalhando meio expediente. Pouco tempo, pois, por volta dos 18 anos, engravidou e foi ajudar a mãe em um box de lanche no mercado do bairro.

Somente quando o filho tinha 02 anos, assumiu um emprego, onde sua carteira de trabalho e previdência social foi assinada como serviços gerais, em uma indústria de confecção local. Flávia passou mais de 03 anos nesta indústria e relata que foi lá onde teve a oportunidade de aprender mesmo a costurar, como podemos ver em suas palavras:

Quando meu filho ia fazer 02 anos, trabalhei numa microempresa, assinei carteira como serviço geral, numa confecção. Depois fui para o escritório, onde fiquei responsável pela organização de tudo. Lá tinha uma senhora que costurava que me incentivou a me desenvolver na costura. É que eu não gostava muito. Fiquei 03 anos e aprendi mais sobre costura. (Ilda).

Quando saiu de lá, assumiu pela primeira vez a função de costureira em facção. Foi ajudar uma amiga, também da área de costura, que a colocou para trabalhar em máquina do tipo que faz golas de camisa, chamada ‘goleira’. Como ela mesma explicitou:

Quando saí de lá fui ajudar uma amiga que costurava. Ela me colocou na goleira (um tipo de máquina pra fazer golas). Com o esforço e a necessidade fui aprendendo. E costura é assim, cada vez que a gente faz, vai aprendendo mais e mais. Fiquei com ela mais ou menos 01 ano. Quando saí de lá fui para outra facção. (Ilda).

Naquele momento, foi trabalhar com uma senhora que também coordenava uma facção. Elas só recebiam o ordenado quando terminavam toda a produção, independentemente da

quantidade que produzissem. Daí então, após de três meses produzindo sem receber, concluíram a produção. Ligaram para avisar que estava pronto e ela ficou no aguardo até de madrugada, conforme descreveu em seu relato abaixo:

Eu trabalhei numa facção que tinha que entregar 2.000 peças e só recebia quando terminava tudo. Trabalhei 03 meses, dia e noite. Marido desempregado. Terminei às 17:30, certo dia, e fiquei esperando até 02h da manhã pela mulher que vinha pagar os 1.200,00. Pode? É demais! (...) Foi aí que comecei com Dona R.. Aqui foi aquele caso que já te falei ontem, onde trabalhei 03 meses para receber e esperei de 17h até às 02h da manhã para a mulher chegar com o dinheiro. (...) Mas ela ficava me mandando ir. E eu dizia: Não! Vou esperar aqui até você me pagar. Enquanto ela não acreditou que eu não ia, ela voltava pra dentro e eu ficava na calçada. Até que ela acreditou e trouxe. (Ilda)

Em seguida, ficou 08 meses em casa cuidando da irmã doente (com depressão). Quando voltou a trabalhar, foi para outra facção, agora pertencente a um casal de amigos. Experiência que ela revela com outra descrição atravessada por emoções e sentimentos:

Só era ela (a amiga). O marido (da amiga) comprou uma goleira, uma reta (tipos de máquina). Ela não sabia nada. Quanto mais ela sabia, mais ela mudava. Fiquei lá por 04 anos. O marido dela só assinou minha carteira com 03 anos que eu estava lá. Fiquei 04. Eu me operei de uns caroços no peito e não tive assistência nenhuma. *Fiquei um ano de licença médica, mas descoberta* (sem as garantias de um contrato de trabalho regulamentado). Só assinou minha carteira quando eu voltei. Fiquei então mais um ano e aí, pedi pra sair. Minha irmã pediu pra eu ir ajudá-la com o meu sobrinho, pois não tinha quem ficasse (com ele). (Ilda) (Grifos nossos).

Depois desse último trabalho, Ilda veio ajudar Marta na Facção 01. Ilda afirmou que só foi possível assumir a proposta da Facção 01, porque Marta aceitou que ela viesse apenas nos finais de semana. Ilda destacou a flexibilidade de Marta. Ela só conseguiu vir todo o mês, quando a irmã estava em casa de férias, pois continua cuidando do sobrinho. Ilda ainda lembrou outra experiência em facção, apesar de não conseguir localizá-la, temporalmente, dentro de sua trajetória. Nesta, mais uma vez, adoeceu trabalhando.

Esta trajetória nos colocou em contato com a realidade daqueles que trabalham sem a proteção de um contrato formal, ‘desprotegidos’ ou ‘descobertos’, como afirmou Ilda. Esse aspecto voltará a ser abordado mais adiante, quando analisarmos a categoria de organização do trabalho em facção.

5.2.4 Diva: “Era de menor”

Diva é a costureira líder da Facção 02. Tem 27 anos e trabalha desde os 11. Ou seja, já possui 16 anos de vida laboral. É casada, não tem filhos e mora com o marido e a mãe na mesma casa, onde há a Facção 02, que ocupa o que seria a garagem e a sala da residência. A mãe dela é doente e está aposentada. Todos contribuem com a renda da família.

Foi na casa de uma tia onde aconteceu sua primeira experiência de trabalho. Diva tinha em torno de onze anos e sua tia tinha umas filhas menores que Diva cuidava. Seu relato traz essa experiência inicial com o trabalho infantil doméstico, algo que se repetiu várias vezes em seu percurso laboral, antes da maioridade, como trascrevemos abaixo:

O primeiro contato com o mundo do trabalho foi na casa da minha tia. Ela tinha umas filhas menores e ela me pagava pra ficar com elas. Eu passava a semana lá e voltava pra casa no final de semana, morava em outro bairro. (Respirou fundo, ficou um pouco com o olhar parado, talvez lembrando... E retomou.) Fiquei assim por pouco tempo, até os 12 anos mais ou menos. (Diva)

Esta foi a primeira de muitas experiências, como ela diz: “em casa de família”. Antes delas, porém, Diva teve que se mudar com a mãe para Canindé, interior do estado, onde a avó morava. Foi quando trabalhou “pintando imagem (estatueta de santo) de gesso”, como explicou: “Ganhava na produção, por peça. Eu estudava e ia pra lá depois e voltava no fim da tarde”.

Meses depois, quando tinha entre 13 e 14 anos, Diva começou a trabalhar em outra casa de família. Foi estudar à noite, pois cuidava da casa e de um bebê durante o dia. Em suas palavras:

Sete meses depois, mais ou menos, quando eu tinha 13 pra 14 anos, comecei a trabalhar numa casa de família. Passei a estudar à noite e fui pra lá. Lá cuidava da casa e de um bebê. Não lembro direito quanto ganhava. Era pouquinho. Não era um salário, bem menos. Depois quando eu fiz... 14 anos, eu saí de lá e fui pra outra casa, mas fiquei pouco tempo, uma semana, porque minha mãe adoeceu. Minha vó era parálitica e não podia ajudar. (Diva)

Nesse período, Diva viveu um período bem difícil de sua vida, pois teve que transferir a mãe para Fortaleza e interná-la, mas não podia ficar com ela. Para isso, estava impedida, porque ‘era de menor’, como afirmou. Essa situação a colocava em contradição com o seu trabalho, já que cuidava de bebês e crianças de outras pessoas, além de sua avó, mesmo sendo também uma criança, pois possuía menos de dezoito anos. Como podemos ver no seu relato:

Ficava em casa com minha vó e internei minha mãe. Ela teve que ser transferida pra cá (Fortaleza). Vim com ela, mas não pude ficar. *Era de menor*. (Suspirou...) Voltei e fiquei mais um mês e meio cuidando de minha avó e ela aqui com minhas tias cuidando. Foi a pior fase da minha vida, dois meses muito difíceis! (Diva). (Grifos nossos).

Assim, resolveram vir outra vez morar em Fortaleza, desta vez na casa de uma tia. Tinha 14 anos e voltou a trabalhar em ‘casa de família’, como dizia: “Eu trabalhava na casa de família. Recebia... Esse, eu lembro, uns 60,00, que eu tirava 5,00 pra bombom, pois eu era praticamente uma criança. O resto dava pra mãe”.

A mãe ficava em casa cuidando das sobrinhas, enquanto a filha trabalhava nas casas de família, mesmo quando a tia se mudou para o bairro São Cristóvão, próximo ao Conjunto Palmeiras. Diva foi morar com outra família quando tinha 15 anos, com a qual ficou até os 17. Ganhava mais (R\$ 150,00), entretanto fazia tudo: faxina, almoço e ainda cuidava das 03 crianças. Ela definiu essa experiência desta forma: “irava o couro de qualquer um”. Depois, partiu para outra e mais outras. Tiveram algumas que ficou tão pouco tempo que nem lembra direito. Só tinha um motivo que a fazia continuar nestes trabalhos, como afirma abaixo:

Trabalhei 02 anos e meio numa casa aqui nesta rua (apontando para a rua da Facção 02), aqui próximo. Mesma coisa: serviço de casa e cuidar de menino. Não gostava de fazer isso. Às vezes, era angustiante. Mas o que me dava mais incentivo pra continuar era a situação da minha mãe que era doente. Tinha que comprar os remédios. Sentia vontade de fazer outras coisas. (Diva).

Somente, depois da última experiência, com uma família que morava em Messejana, na segunda vez em que trabalhou lá e já era casada, tomou a decisão de mudar de atividade, como identificamos em nossos encontros, no trecho abaixo:

Aí, nesta segunda vez que voltei, ela já tinha uma loja, uma perfumaria próxima ao Iguatemi. Ficava: 03 dias na casa e 03 dias na loja. Alternando os dias. Fiquei assim mais de ano. Eu já era casada, já tinha mais de 20 anos. Até hoje ela me liga pra voltar. Quando resolvi sair de lá desta casa de Messejana, eu já tava casada. Ora agradava, ora não... As pessoas não entendem, às vezes, que a gente tem dentro da gente o mesmo cansaço que elas. É do mesmo jeito! Saí, mas não tinha nada em vista. Saí porque cansei daquela vida. Falei que queria tentar outra coisa. (Diva)

No entanto, como ela mesma declarou, “não tinha nada em vista”. Foi, então, após essa experiência, que surgiu a primeira possibilidade de trabalho na atividade de costura, como ela expôs em um de nossos encontros:

Continuando ‘minha história minha vida’! (risos)... Como eu já tinha me consagrado a Deus desde os 15 anos, fiz uma oração e pedi a Deus uma profissão. Queria algo diferente. Aí, eu lembrei de ir lá na minha amiga, que já tinha, há um tempo atrás, aprendido na *overlock*. Ela disse quer trabalhar, eu disse quero. Ela disse aqui todo mundo trabalha. Se quiser eu ensino. Aí, eu ia todo dia às 17h e saía às nove da noite, fazendo e desmanchando... Passei, mais ou menos, uma semana lá. (Diva)

Nesse local, foi convidada a trabalhar no acabamento, a assumir uma das máquinas, e recebia uma pequena remuneração. Quando já fazia a produção desejada de 400 peças por dia, passou a ganhar um salário mínimo. Passou um tempo lá, parou e voltou outra vez, ficando até quando a amiga fechou o negócio. Sua última experiência, antes de começar sua própria facção de costura, foi em uma indústria de lingerie no Tamandaré, onde aprendeu a trabalhar nas outras máquinas, mas, com o tempo, foi perdendo o “gosto de trabalhar”, como ela explicita no relato:

Depois de uns 04 anos lá, fui perdendo o gosto de trabalhar. Apesar de lá que aprendi uma profissão, tive minha carteira assinada a primeira vez, tive um carimbo de uma profissão. Saí de lá mais porque minha mãe ficou com sequela da cirurgia, epilepsia, depois da convulsão. Aí, tentei que eles me botassem pra fora, mas eles não quiseram. Um dia, fui no escritório dela e falei tudo da minha situação e ela disse que faria um acordo. Ela não tinha dinheiro pra rescisão e os 40% da multa. Então pediu pra eu depositar os 40%, que eu receberia de volta depois. E emprestasse o dinheiro da rescisão pra pagar no Sindicato. E eu aceitei. Em nenhum momento me senti enganada. Fiz isso porque queria sair tendo acesso aos meus direitos. (Diva)

Impressionou-nos a forma como esta experiência de Diva, em especial, formatou sua demissão, atravessada pelas marcas da precarização, mesmo diante de um contrato registrado em carteira de trabalho. A fragilização dos direitos trabalhistas e previdenciários vivida pelos trabalhadores sem contrato registrado ou formal parece alcançar, inclusive, aqueles que o possuem. Como podemos discorrer acerca de um setor formal e de outro informal como se um não fosse parte interdependente do outro, ou seja, facetas de uma mesma realidade? O paradigma da flexibilidade, sustentado pelas ideias neoliberais de redução de custos e aumento da competitividade empresarial, cria novas tecnologias e modos de gestão da produção, também ‘flexíveis’, intimamente ligados às estratégias de sobrevivência e acumulação do capital neste momento de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Retomamos as ideias de Antunes (2010a), quando trata das transformações vividas na sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas. Quando o autor afirma que o caráter destrutivo da era da acumulação flexível de base neoliberal orientado para uma nova

configuração produtiva, tem produzido um desemprego sem precedentes, a precarização do trabalho junto a uma degradação crescente da relação do homem com a natureza é permeada pela lógica de produção de mercadorias, que termina por destroçar o meio ambiente em escala global.

Recorremos, também, a Aquino (2008), quando este explica que:

A nova configuração do trabalho/emprego, que é majoritariamente reconhecida como precarizada, estaria demarcada por formas cada vez mais frágeis de inserção e permanência no mundo do trabalho. Instabilidade, flexibilidade e perda de direitos e garantias sociais, apresentam-se como características marcantes desse novo cenário. (p.01)

Diva decidiu montar sua facção, quando saiu desta indústria. Nesta época, já tinha acertado com um homem que tinha as máquinas para começarem. Como expressou no relato a seguir:

Saí de lá em fevereiro do ano passado. Já tinha acertado com um homem que tinha umas máquinas pra botar uma facção. Ele me cedeu duas e eu há tinha uma. Aí fui comprando outra. No 1º dia, a minha não deu certo. Tive que comprar outra. Fui trabalhando e pagando... (risos) Só passei com ele uns 03 meses, quando surgiu o ouro. Não tava dando certo, porque ele deixava a gente esperando. Ele não tinha segurança no nosso trabalho. Aí eu já tava pedindo a Deus pra me mandar outro e ele, o novo fornecedor que a gente trabalha há dois meses, disse que estava pedindo um grupo pra fazer as peças dele. (Diva)

Desse modo, Diva iniciou o trabalho com facção de costura em sua casa. Inicialmente, com o primeiro fornecedor, teve que investir na compra de algumas máquinas. Passou para outro fornecedor, porque o primeiro parecia não acreditar nelas e as deixavam esperando, sem ter o que produzir e, conseqüentemente, sem receber. Atendia ao segundo cliente até nosso último encontro.

A caminhada laboral de Diva é atravessada pelo trabalho infantil doméstico. Bem cedo, ela foi inserida no mundo do trabalho, pressionada pelas necessidades de sua vida, em especial, os cuidados com a saúde de sua avó materna e sua mãe, em detrimento de seus anseios pessoais. Sua trajetória laboral ilustra a situação vivida por muitas mulheres, de assumir ainda criança responsabilidades da vida adulta. Este contexto se entrelaça com anseios contraditórios, de demandar cuidados e ter que cuidar, de desejar cuidar da mãe no hospital, como no caso de Diva, e não poder ficar, porque não tinha idade para estar com ela, mas teve 'idade' para voltar para Canindé e cuidar da avó que lá ficara.

Um estudo sobre o trabalho doméstico remunerado na América latina e no Caribe, desenvolvido pela OIT, quando aborda a questão da erradicação do trabalho doméstico infantil, traz a seguinte definição para esta atividade:

O trabalho infantil doméstico em casa de terceiros se refere a todas as atividades econômicas realizadas por pessoas menores de 18 anos fora de sua família nuclear e pelas quais podem ou não receber alguma remuneração. São meninas, em sua maioria, que levam prematuramente uma vida de adulto, trabalhando muitas horas diárias em condições prejudiciais à sua saúde e desenvolvimento, por um salário baixo, ou em troca de habitação e educação. (OIT, 2011, p. 01)

A realidade explicitada por Diva e outras de nossas costureiras participantes confirmam esta perspectiva. Podemos identificar, também, apesar de serem encontrados meninos envolvidos nestas atividades, que os índices são contundentes em afirmar a maioria feminina submetida a este contexto, como destacado na Resolução II, que trata das estatísticas do trabalho infantil da OIT (2004). Apesar de não ser um estudo atual, este documento ressalta que mesmo que seja ainda difícil saber quantos meninos e meninas estão submetidos às atividades relacionadas com o trabalho infantil doméstico na América Latina e Caribe, as estatísticas levantadas apontam para um número superior a dois milhões, onde quase 90% são meninas, o que já é por si marcante.

Devemos destacar, portanto, que são oito os tipos de riscos, sejam meninos ou meninas, crianças ou adolescentes, a que são submetidos mediante o trabalho infantil doméstico. Riscos que vão desde um trabalho físico pesado; longas horas de trabalho, até o abuso físico ou emocional; abuso sexual; deficientes condições de vida; salários baixos ou *in natura*; falta de oportunidades educativas; e falta de oportunidades para o desenvolvimento emocional e social. (OIT, 2011).

5.2.5 Maria: “Trabalhando por conta própria”

Maria é líder da Facção 03 e é irmã de Marta, Fátima e Mariana. Tem 52 anos e trabalha desde os 16 anos. É casada e o casal contribui com a renda familiar. Moram em casa própria, ela, o marido e os dois filhos solteiros: um filho com 24 anos e uma filha com 13. Têm um filho casado, com dois filhos (netos), mas eles moram em outra casa.

Quando começou a trabalhar, já sabia costurar um pouco. Sua primeira vez no mundo laboral foi em uma indústria de pequeno porte, onde conseguiu aprender a costurar, apesar de ser numa casa e a relação de trabalho não era registrada em carteira, como diz em seu relato:

Meu primeiro contato, eu sabia, mais ou menos, costurar. Aí eu fui fazer um teste numa mini fábrica... É, assim, eu nem sabia costurar direito, mas ela me deu uma chance e eu aprendi a costurar lá. Aí daí, eu passei uns dois anos trabalhando lá, fazendo peça piloto... Uma casa, que tinha uma... uma senhora e ela tinha uma confecção, não era nada registrado. Uma confecção, era malha. Isso aí, foi meu primeiro emprego. (Maria)

Depois, ela trabalhou em outra fábrica, desta vez de jeans, durante dez anos. Em seguida, passou um bom tempo em outra, a mesma fábrica de jeans que suas irmãs trabalhavam, como discutimos anteriormente, onde ficou até ser fechada pela fiscalização. Maria destaca que, depois dessas experiências, tem trabalhado mais por conta própria. Há 08 anos, começou a trabalhar em facção com a marca S., de roupas femininas, como explica a seguir:

A gente trabalhou, assim, uns dez anos com ela (fábrica de jeans), depois fomos pra M. também, fábrica de jeans, entendeu? Aquela? (onde trabalhou com as irmãs). E eu num tenho muito emprego, que eu tive em minha vida pra cá, não! Aí, daí, eu vim *trabalhando por conta própria*. Só!... E hoje, eu tô com a S. há 8 anos. Facção, facção dela. (Maria)

O contato com a facção de S. surgiu através de outra irmã, a Meire. Depois que fez o teste e foi convidada a assumir o corte na indústria S., de moda feminina, Meire estimulou Maria a aceitar a proposta de facção de costura a domicílio deles. Maria nos contou como isso ocorreu, conforme transcrevemos abaixo:

Aí, então, a Meire falou, eh, comigo pra aceitar a facção dela (S.), né, que foi o começo dela. Aí ela veio aqui, ela trouxe as peça dela, e a gente fez, a gente fazia na época bem poquim, que era 50 peça por semana, só! Era umas peças muito difícil, era cotelê, esses tipo de coisa. E aí, foi, né? E, aí foi subindo, fazendo de 150 peça, 200 peça, 300. 2000 peça por mês, chegamos até a fazer! E aí, a gente vinha fazendo... 800 peça por mês, 1000 por mês... e foi isso! E aí, a gente tá com ela até hoje, né? (Maria)

Maria atende nesta indústria, que faz parte, como as outras duas facções participantes, de uma rede de subcontratação de trabalho, como discutiremos em breve, ao abordarmos a categoria da organização do trabalho em facção. Apesar de nossas tentativas, trouxe-nos poucos detalhes de suas experiências laborais, onde percebemos um maior destaque para o trabalho por

conta própria, contexto propício para o trabalho em facção, que realiza até hoje e de onde retira seu sustento.

Segundo pesquisa do IBGE (2008), em março de 2008, tínhamos 4,1 milhões de trabalhadores por conta própria ocupados, nas seis regiões metropolitanas do Brasil, envolvidas na pesquisa: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Eles representavam 19,2% do total de 21,3 milhões de trabalhadores ocupados nas seis regiões, onde um percentual de 27% desses 4,1 milhões de trabalhadores por conta própria estavam envolvidos em atividades do comércio, reparação de veículos automotores e objetos pessoais e domésticos; e comércio a varejo de combustíveis; outros 25% estavam envolvidos em outros serviços e 18% na construção civil. Esta publicação teve o objetivo de traçar o perfil dos trabalhadores por conta própria, relacionando algumas de suas características específicas, além de apontar como esta forma de inserção evoluiu, de março de 2002 a março de 2008. Em termos de rendimentos, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do IBGE (2008) afirmou que:

O rendimento médio real habitual dos trabalhadores por conta própria foi estimado para março de 2008 em R\$ 1.013,50 para o agregado das seis regiões pesquisadas pela PME. (p. 25)
Os homens que trabalhavam por conta própria recebiam em média, por mês, cerca de R\$ 1.162,40, enquanto as mulheres que trabalhavam por conta própria recebiam R\$ 782,70, ou seja, inferior ao dos homens 32,7%. Na população ocupada esta diferença era de 29%. (p. 34).

Nesta pesquisa, a equipe do IBGE (Brasil 2008) tomou como referência a seguinte definição de trabalhador por conta própria: “Classifica-se como “conta própria” pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, contando ou não com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside”.

5.2.6 Mariana: “Eu tive que sair pra cuidar dela”

Mariana é a outra costureira participante da Facção 03. É irmã de Marta, Flávia e Maria. Tem 46 anos e iniciou sua vida laboral com 18. Está separada e mora com sua mãe, uma irmã solteira, seu sobrinho (filho desta irmã) e sua filha. Contribui com a renda familiar, com a irmã e a mãe.

Ela iniciou sua vida laboral em uma indústria de jeans, aos 18 anos. Aquela mesma indústria em que ela e as outras irmãs trabalharam, onde as irmãs eram menores de 18 anos e passavam toda a semana, voltando para casa somente nas sextas-feiras.

Declarou, também, que lá ela teve o seu primeiro emprego com contrato de trabalho registrado em carteira. Foi nesta fábrica que aprendeu a costurar. Podemos perceber melhor através do trecho de sua fala durante a entrevista individual realizada:

Era em confecção de jeans. Era carteira assinada, foi o meu primeiro emprego de carteira assinada. (Tinha) 18 anos, mais ou menos dezoito anos. Minha família inteira trabalhava lá. Era no centro, ali na... sei que era no centro. Lá é o seguinte, lá a gente foi pra lá, eu fui, comecei como auxiliar de acabamento, né? E depois eu fui colocada pra... lá eu aprendi a costurar, lá eu aprendi. E, me tornei uma das costureiras mais... uma das melhores, né? Aprendi lá, assim, eu agradeço muito a Deus, assim, pela porta que ele abriu pra gente lá, e, eu louvo a Deus porque hoje eu trabalho e porque lá ela me deu essa chance, né? E eu costuro tudo (Mariana).

Descobrimos no relato de Mariana que ela foi a única das irmãs que trabalharam naquela indústria que teve a carteira assinada. Sua fala é atravessada pelo fato de ter aprendido a costurar, havendo um reconhecimento pela oportunidade, pela chance de aprender ali.

Depois da fábrica de jeans, vieram outras. Trabalhou em uma fábrica na Av. 13 de maio, poucos meses antes de assumir na área de camisaria de outra indústria de confecção de jeans do Palmeiras: a Radical, onde ficou um ano e meio, aproximadamente. Mariana relatou que essa foi uma experiência “muito cruel”, apesar de ser de carteira assinada, era um “regime cerrado”, “parecia que você tava numa senzala”, como transcrevemos abaixo:

Aí pronto, de lá pra cá depois trabalhei na 13 de maio, numa confecção também uns meses, depois trabalhei aqui na Radical, um ano e meio, que era também jeans, só que eu trabalhava na parte de camisaria. Mas lá era assim, era muito sufocado. Você não podia nem olhar pro lado, um regime assim cerrado, sabe? Que parecia que você tava numa senzala. Como todos lá costumavam falar, né? Mas lá era bom, porque você tinha seus direito e tudo, mas a pressão minha filha, né brincadeira não, cê trabalhava doente, tinha que tomar um comprimido, a mulher não mardava cê pra casa, cê tinha que trabalhar doente, senão cê perdia o dia, a cesta básica. Se perdesse o dia, cê não tinha cesta básica no final do mês. Eu achava aquilo ali muito cruel, sabe? Aí foi desde ali que eu pedia muito a Deus que abrisse uma porta para que eu trabalhasse em casa. Porque não tinha condição de trabalhar naquele ritmo ali. (Mariana)

Percebemos que Mariana entrou em contato com formas de trabalho, um modo de gestão do trabalho ainda com fortes traços tayloristas-fordistas, onde as atividades repetitivas e o ritmo/ tempo de trabalho eram controlados e as pessoas eram levadas para além de seus limites,

onde o sofrimento e o adoecimento eram conseqüências expressas desta realidade. Encontramos, ainda hoje, onde novas formas de trabalho são implementadas sob a égide do discurso do trabalho ‘flexível’, que afirma possibilitar maior autonomia e liberdade ao trabalhador, relatos de experiência como os da Mariana, quando é melhor trabalhar sem a proteção de um contrato de trabalho regulamentado, mas em casa, no formato de facção de costura a domicílio, correndo os riscos de estar desprotegida dos benefícios sociais e seguro-saúde e suas implicações, do que se submeter às antigas condições de trabalho, oriundas das concepções tayloristas-fordistas. Isto nos fez indagar: novas ou antigas formas de trabalho?

Essa indagação nos levou de volta aos estudos de Lupatini (2007), que aportamos em nosso referencial, quando descreve a situação específica da indústria de confecção, mais especificamente na atividade do vestuário, contexto onde se insere o trabalho de costura em facção. Em suas palavras:

Mesmo com as novas tecnologias de base técnica microeletrônica, a imprescindibilidade do trabalho vivo *imediato* é característica predominante no ramo de vestuário, no qual, frequentemente (s.d.), os trabalhadores são submetidos a condições de trabalho próximas da escravidão, não só nos países subdesenvolvidos, mas há também fortes indícios disso nos países desenvolvidos, se é que podemos falar somente de indícios, pois isso se mostra cada vez mais como um fato irrefutável. (p.02) (Grifo do autor)

Segundo o autor, ao explicitar a visão de Marx e Engels (1996) encontrada no Manifesto Comunista, como não foi possível automatizar as atividades de costura no que tange ao manuseio do tecido, a atividade do vestuário não conseguiu revolucionar os instrumentos objetivos de produção, mas é orientada por outro aspecto básico do modo capitalista de produção, como Marx e Engels (1996) declaram:

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. (p. 14).

A atualidade desta afirmativa nos marcou tanto quanto a Lupatini (2007), fazendo-o concluir que a atividade do vestuário é atravessada por essa necessidade de expansão do modo capitalista de produção, explicitada por Marx e Engels (1996), mas não no sentido do ‘novo’, e sim “muitas vezes recriando em outras bases formas *pretéritas* de exploração” (p. 05) (grifo do autor).

A trajetória de Mariana é marcada, também, pela busca por um ‘emprego em casa’ e a escolha pelo trabalho em facção como uma forma de trabalhar e poder cuidar melhor da filha, motivo que a fez sair da fábrica. Como explicita no trecho a seguir:

Já trabalhei com carteira assinada, nas fábricas, mas por a pressão, né, de você não ter essa liberdade, eu tive que sair, eu vivia doente. Por conta disso. Não tinha tempo de cuidar dela (a filha), minha irmã é que cuidava. *E eu tive que sair pra cuidar dela.* Eu pedia muito assim a Deus pra abrir uma porta de emprego em casa, pra eu poder cuidar dela, né? Foi por isso que a gente se juntou e até hoje tá trabalhando com facção. (Mariana)

Mais uma vez, o desafio da conciliação do trabalho com a vida familiar, os cuidados com os filhos e com as atividades domésticas decorrentes. Este aspecto será discutido quando abordarmos a categoria modo de trabalhar e de viver.

Além de reafirmar o argumento da liberdade pela possibilidade de conciliar vida e trabalho quanto aos filhos, trabalhar com liberdade parece estar relacionado, na perspectiva de Mariana e, como vimos, na de outras costureiras, com a satisfação e o prazer no trabalho, naquilo que faz e como faz, como podemos identificar em sua entrevista individual, nesses trechos de sua fala, quando fala do momento de saída da fábrica para começar na facção com sua irmã:

Só sei que não era bom, por causa da pressão, você não trabalha com alegria, com satisfação, né? Você tem que tá ali sentado, pra beber água tem que ter um minuto, pra ir no banheiro tem que ter um minuto, e tudo aquilo ali era muito falatório, as pessoas não trabalhavam com ânimo. As pessoas... todo mundo reclamava daquele trabalho ali. E assim, a gente ver que trabalhar com liberdade num tem corra melhor. E, pra mim, por isso que eu saí de lá, voltei pra minha irmã, a gente começou a trabalhar com o seu H. (um dos donos da marca S.). E deu certo até hoje, tá com num sei quantos ano já, num sei nem quantos ano tem. E tem dado certo, né? Por conta da liberdade, mas tem as vantagem e desvantage, como você sabe, faccionista é assim, trabalho autônomo, voluntário. É bom por causa da liberdade, mas num tem, né?... num ganha no final. (Mariana)

Mariana explica que ela e a irmã tentaram trabalhar por conta própria, fazendo roupa sob medida, como vimos no relato de Maria, mas a proposta de trabalho de costura no formato de facção surgiu e se firmou, principalmente, depois que assumiram, muitos anos atrás, a facção com a marca S. de roupa feminina. Como ela nos falou: “aí, depois, com o tempo entrou o seu H. (um dos donos da marca S.), né? Aí a gente tem trabalhado todo esse tempo com ele. Até hoje tem dado certo”.

Além de nos trazer a formas antigas de trabalho, a trajetória laboral de Mariana é permeada principalmente pela busca de conciliação de seu trabalho com sua vida particular e privada. Pareceu-nos que o trabalho em facção de costura surgiu em sua vida como uma forma de facilitar o ajuste deste duplo labor, como veremos mais amiúde quando da análise da categoria modo de trabalhar e de viver.

5.2.7 Laura: “Era do jeito deles”

Laura é uma das costureiras da Facção 02, trabalha com Diva e Glória. Tem 29 anos e iniciou sua vida laboral com 12 anos, quando casou. Ela casou cedo. Mora próximo da facção, com o marido e seus dois filhos: uma filha (16 anos) e um filho (11 anos). A filha ajuda com o irmão menor e as atividades domésticas. O marido trabalha à noite, em dias alternados. O casal contribui com a renda familiar.

Muito cedo, Laura assumiu seu primeiro trabalho, logo quando casou. Como o marido não a deixava trabalhar fora de casa, fez artesanato de todo tipo, inclusive bordou roupa com pedraria, como podemos identificar em sua fala, durante um de nossos encontros:

Desde cedo que eu trabalho. Comecei quando casei. Meu marido não deixava eu trabalhar fora, mas em casa eu sempre fazia alguma coisa: biscoito, crochê, gogó de garrafas de palha (da indústria de cachaça Y.), pintura. Menino, de tudo que é artesanato, eu já fiz! Trabalhei com pedraria em roupa... Só não sou louca de lembrar a data. Não sei quanto tempo... (Laura).

Laura relata que foi trabalhar fora, somente há uns 03 a 04 anos, aproximadamente, quando começou a costurar. A costura foi algo de que sempre gostou e sua amiga, que tem uma facção em casa, chamou-a para conhecer o trabalho de costura em facção, conforme registramos no trecho de sua entrevista transcrito a seguir:

Trabalhar fora de casa é de uns 03 a 04 anos pra cá. Foi assim, eu passei, sempre gostei de costurar, aí tenho uma colega que trabalha/tem uma facção na casa dela. Eu acho que fui lá uma duas ou três vezes. Ela me mostrou como era, como abrir a máquina, colocar bobina... Foi assim! O que aprendi, o contato com máquina industrial, foi lá! (Laura).

Laura viu a necessidade de trabalhar com o crescimento dos filhos e o surgimento de novas necessidades. Trabalhou alguns dias como babá, em uma família, quando foi chamada para fazer um teste de costura em uma casa, onde funcionava uma facção. Foi seu primeiro contato

com este formato. Ela descreve como foi o teste e como acabou sendo contratada, que podemos acompanhar nessa passagem do seu relato:

Eu comecei a trabalhar porque vi a necessidade, meus filhos crescendo, tendo outras necessidades. Aí eu peguei e comecei numa casa como babá. Na mesma semana, uma colega me chamou pra fazer um teste. Aí ela pegou e me deixou pegar na máquina dela um dia, eu vi que podia... Fui lá então e fiz o teste. Aí me tremia toda, mas a mulher gostou e acabou me contratando. Fiquei um ano e meio. Lá é como se fosse uma facção. É meio confecção também. Lá eu trabalhava com tactel, esse short que homem usa na praia, curtinho. E, também, (fazia) short de brim, tecido cru, que lá na indústria, eles fazem o tingimento, dão a cor depois. (Laura)

Ela afirma que foi trabalhar naquele local, porque as pessoas falavam que era bom, tinham vantagens, como a carteira assinada e que ela poderia vir todo dia almoçar em casa. No entanto, mesmo com as garantias do trabalho regulamentado, ela descobriu que eles pagavam os direitos como entendiam e não como a lei definia, “era do jeito deles”. Pudemos encontrar essa compreensão durante nossos encontros, na sua fala abaixo:

Bem, quando comecei trabalhar lá, todo mundo dizia que era bom, que tinha muita vantagem lá. Que tinha carteira assinada, e eu vinha almoçar todo dia em casa. Aí eu podia tá com meus filhos, conversar com eles e voltava. Só que fui vendo que por mais que eu trabalhasse muito eles não pagariam os direitos do jeito que era pra ser. Eles pagavam, mas *era do jeito deles*. Eles não reconheciam meu esforço, fazia maior sacrifício pra ir cedo trabalhar. E em casa era uma pressão que ninguém queria que eu fosse trabalhar, principalmente, minha sogra e meu marido. Eu tinha anemia. Sabe como é? Aí, eu decidi que tinha que fazer exames e eles (patrões) não gostavam. Reclamavam de tudo. Aí teve uma colega que veio me alertar que tinha perdido 15dd. E ele não atendeu o atestado que ela trouxe. Eu disse: enquanto for com os outros eu não posso fazer nada, mas deixa ela mexer comigo... Eu sei dos meus direitos. (Laura)

Sua saúde foi algo que se fragilizou nesse momento de seu percurso laboral. Além da anemia, que já tinha quando começou, tiveram outros adoecimentos, que acabaram provocando a decisão dos patrões de demiti-la. A hanseníase foi o cume do processo dela, após as humilhações diárias e depressão, como descreve em sua entrevista conosco:

Aí, ela veio me reclamar, disse que não podia atender meus atestados, porque eram de terceiros. Eu expliquei que na lei aqueles atestados valiam, porque eram do meu filho. Assim, ficou... Fiquei trabalhando, sem nenhum elogio. Devido à correria, eu já tinha anemia, devido às ignorâncias lá, eu fui piorando, já tinha a depressão também, aquele pessoal gosta de humilhar as pessoas, e aí adoeci mesmo. Precisei ir no médico e eles me davam os atestados. Eu tive hanseníase, quando estava lá! Aí eu tive que fazer vários exames. Aí elas não gostaram... Você sabe que esse tipo de doença tem que fazer muito exames. Aí ela me botou pra fora, não quis mais. Disseram que eu ia receber tudo, mas

aos pedaços. Eu disse: eu quero é ver! Ela vai me pagar de uma vez, porque conheço meus direitos. (Laura)

Sabemos que não é de hoje que os estudos sobre trabalho têm sido alvos de disciplinas como a sociologia, a economia e também a psicologia. Nesta, eles têm focalizado a categoria do trabalho na sua relação com o sofrimento psíquico, saúde mental, subjetividade e identidade. Nos estudos elaborados no campo da psicologia do trabalho, sabemos que existem importantes referências (Codo, 2000; Dejours, 1992), onde encontramos uma ênfase maior nas questões do trabalho, sofrimento psíquico e a figura do trabalhador. Quando tratam sobre o trabalho, a subjetividade, saúde mental e identidade, eles focam questões específicas do sujeito trabalhador e sua subjetividade nos processos de trabalho (Nardi, 2006; Fonseca, 2000).

Laura viveu, nesta última experiência, uma relação de trabalho atravessada por condições precárias, tanto em sua dimensão física (longas jornadas, muito tempo sentada), quanto psicológicas (pressão, humilhações, grosserias), que de algum modo, contribuíram para seu adoecimento (anemia prolongada e depressão) ou dificuldade de resgatar e manter suas condições de saúde. A hanseníase foi apenas o desfecho final desta relação, que motivou sua saída.

Ela teve que ir duas vezes naquele local de trabalho para conseguir receber. Eles pediram para ela assinar um recibo como se estivesse recebendo o valor total, disseram para voltar com 15 dias para receber. Ela disse que só aceitava se eles assinassem um documento afirmando isso. Como explicita em seu relato: “ela não gostou, mas fez! Digitou na hora! Quando voltei ela pagou tudo!”.

Laura explicita outro viés da vida laboral de nossos trabalhadores. Muitos deles, sem o conhecimento da lei que, no caso específico, ela possuía, estariam submetidos ao risco de não receber nada, caso assinassem para receber depois. Apesar de protegidos, quando possuem contrato de trabalho registrado em carteira, ficam à mercê do entendimento e dos humores de seus patrões, sendo explorados de várias formas, inclusive na execução simples dos direitos, que o trabalho realizado já deveria ter assegurado.

A história dela se identifica com a trajetória de Glória, que apresentaremos a seguir, principalmente, na dimensão da saúde no trabalho.

5.2.8 Glória: “O que eu queira mesmo era aprender a costurar”

Glória é a terceira costureira da Facção 02, onde costura com outras 04 funcionárias, como Diva, líder da facção, e Laura. Possui 21 anos e começou a trabalhar com 13. É casada e tem uma filha, ainda bebê de 08 meses. Mora com o marido e a filha em casa própria, próximo à facção. Começou há 04 meses na Facção 02. Deixa a filha durante o dia aos cuidados da mãe, que mora bem perto dela, onde volta pra almoçar diariamente, de segunda à sexta. É o marido que mantém a casa. Ela contribui também com a renda familiar, apesar dele não ver necessidade dela trabalhar.

A inserção laboral de Glória se deu bem cedo, como pudemos ver na trajetória da maioria de nossas costureiras participantes. Seu primeiro emprego foi em uma família, quando tinha 13 anos e cuidava da casa, além de uma criança de 03 anos. Ela ficou só um mês, pois apesar da pequena remuneração, a patroa queria que ela dormisse e isso faria com que parasse de estudar. Disse-nos que “não valia a pena”. Entre o trabalho e os estudos, optou por estudar.

Menos de um ano depois, Glória já estava trabalhando em outra casa. Nesse local, ela trabalhava apenas 03 dias na semana, onde cuidava da limpeza e arrumação da casa e olhava as duas filhas de sua patroa, uma com 05 anos e a outra com 06 anos, onde ficou pouco mais de um ano.

Assumi em outra casa, mas por pouco tempo. Havia se apegado às crianças, o que a fez voltar para lá, quando já tinha quase 16 anos. Assumi o mesmo formato anterior, de 03 dias na semana. Glória demonstra em seu relato ter gostado desse trabalho, como fala abaixo:

Lá eu passei um ano e pouco, aí saí e fui pra outra casa de família, onde fiquei pouco tempo. Devido o apego que eu tinha com as meninas, acabei voltando. Eu fui pra outro canto, mas continuava frequentando a casa dela. Sabe com é? E voltei do mesmo jeito, 03 vezes por semana. Já tinha uns 16 anos. Porque lá eu cuidava da casa, mas tinha que olhar as meninas. Mas quando ela ia viajar, eu ia junto com ela. Então, quando ela saía e não vinha de dia, eu dormia lá pra ficar com as meninas. Eu gostava desse trabalho, porque eu gostava das meninas. Era... Eu acho que eu gostava mais por causa das meninas... (Parou um pouco, como que se lembrando delas) (Glória)

Ela ainda trabalhou uns três meses em outra casa, onde dormia. Saiu, pois, como já vivia junto com seu marido desde os 16 anos, decidiram se casar. Passou pouco mais de um ano, morando com a sogra, quando decidiram comprar a casa deles. Glória descreveu este momento, em uma de nossas entrevistas:

Depois de lá, eu tinha conhecido na escola o meu esposo. A gente casou. Eu tinha 18 anos. E aí, fiquei em casa, sem trabalho por um bom tempo (risos), por mais de um ano. Passei um ano e pouco morando com minha sogra, foi quando compramos nossa casa. Ele (marido) teve que fazer acordo no trabalho para receber os direitos e a gente conseguiu comprar nossa casa. Na verdade, nós ficamos juntos desde os 16 anos. Só casamos com 18 anos. (Glória)

Depois, Glória voltou a trabalhar com limpeza, mas só agora em uma confecção e facção, ali mesmo na rua da Facção 02. Ela descrevia assim: “Eu limpava, tinha que servir as meninas das máquinas (costureiras), lá eram umas 03 costureiras”. Passou pouco tempo lá, apenas 06 meses, mas afirma que lá “teve a felicidade de aprender a costurar”, como explica melhor no trecho de seu relato abaixo:

Passei 06 meses lá. Foi em 2009. Quando eu tava lá eu tive a felicidade de aprender a costurar. Porque como era muita gente, eu tinha que servi a elas, limpar, mas *o que eu queria mesmo era aprender a costurar*. Eu tive essa oportunidade. Aí comecei a pedir a ela, porque, às vezes, eu ia para a máquina e as costureiras ficavam reclamando... Aí, eu fui perdendo o interesse na limpeza. Aí surgiram as críticas, os falatórios. As meninas começaram a reclamar mais. Aí, eu pedi a ela um tempo pra aprender. Ela disse que deixava, mas num tempo que eu não tivesse trabalhando. Assim, a gente trabalhava até quatro horas (16h) no sábado. Na semana, era até às dezoito horas. Almoçava em casa (Tinha uma hora de almoço) e voltava. Mas no sábado, ela dava o almoço. Mas queria que a gente almoçasse e voltasse logo pra continuar. Aí, eu treinava quando não tinha o que fazer, ou eu ia pra lá na hora do almoço. *Foi com a cara e a coragem mesmo. Meti as caras e fui fazendo*. (Glória) (Grifos nossos)

Mesmo com ajuda de uma das colegas, Glória teve que se esforçar para conseguir um lugar na costura, ainda que sem a carteira assinada. Ela adoeceu e viveu, inclusive, a perda de seu primeiro bebê com três meses de grávida, como nos relatou. Chegou a trabalhar sem receber, para conseguir o que queria:

Apareceu uma que me ajudava lá. Quando eu não sabia colocar a linha ela me ajudou. Quando eu tava triste com as meninas, ela falava comigo, dizia pra eu não desistir. Aí, eu botei na minha cabeça que eu era capaz. Porque muitas me humilharam, me pisaram, me feriram com palavras... Teve uma época que saí de lá. Tive um problema de saúde e precisei sair. E não era carteira assinada. Aí eu fui vê minha saúde. Antes de entrar lá, eu engravidei e perdi com 03 meses. Passei um tempo e eu tava no posto, quando ela foi atrás de mim. Tudo bem! Aí, eu voltei a trabalhar. Só que com o passar do tempo, as dores voltaram. Aí, foi onde eu comecei a ir a hospital, essas coisas e ela não gostava que a gente faltasse. Aí, ela não me chamou mais. Foi onde eu vi que ela não me queria mais. Aí, eu ainda tentei a iniciar os exames, mas não prossegui... Aí, pedia ela pra ficar na máquina pra aprender, me aprimorar. Eu trabalhava a carga horária delas e não recebia nada, porque era para aprender.

Glória ficou assim, trabalhando sem receber o pagamento durante um mês, quando então saiu para trabalhar com o irmão da sua antiga costureira líder, por indicação dela. Ali passou um mês, pois era muito trabalho e o ganho escasso. Como ela descreve: “Era muito pouco e muito puxado. Tinha que fazer a peça por inteiro e eu ganhava só R\$ 0,15 centavos por peça. Aí, saí de lá.”

Nesse momento, descobriu que havia engravidado outra vez. Surgiu, então, outra facção, para a qual a costureira a contratou a fim de que trabalhasse de 08 às 18 horas. Pagava R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês e o almoço era no local de trabalho. Passou apenas seis meses, porque atrasavam o pagamento. Ela deixou a facção quando atrasaram um mês. Nas palavras de Glória: “passei mais de mês sem receber nada, aí eu decidi sair. Aliás, saíram todos! Todo mundo saiu, né? Aí, a gente ia lá atrás do dinheiro e ela pedia pra esperar. E assim foi, até meus nove meses...”

Depois de muita negociação e pressão, foi que Glória conseguiu receber o que lhe deviam. Quando a filha tinha quatro meses, começou a trabalhar na Facção 02, como expressa em seu relato: “voltei a trabalhar quando ela (a filha) tinha 04 meses, já aqui com a Diva (líder da Facção 02). Desde o início, já assumi na máquina de costura. Aqui, eu gosto muito de trabalhar aqui. Por mim eu não saio daqui, não. Agora não”.

Glória carrega uma trajetória que combina trabalho infantil doméstico, como já vimos antes no percurso laboral de Diva, e a precarização das relações de trabalho desregulamentado, sem a proteção e garantias de um contrato de trabalho registrado em carteira. A costureira participante tinha menor tempo de trabalho com facção de costura a domicílio, pouco mais de um ano.

Ao longo do percurso laboral de cada costureira participante, pudemos puxar o fio de cada experiência, identificando os pontos em comum e as suas especificidades. A subjetividade, revelada nas falas, expressa o cerne destas experiências, atravessadas por antigas formas de trabalho. Como vimos, são formas ‘travestidas’ de novas, mas antigas em seu caráter contínuo de exploração e expansão do modo capitalista de produção.

5.3 Organização do trabalho em facção

A perspectiva laboral das costureiras participantes desta pesquisa contribuiu para consolidar nossa visão a respeito de suas realidades, desde o modo como foram inseridas no mundo do trabalho, como também estas percebem e expressam suas experiências atuais de trabalho.

Podemos, então, adentrar na análise mais específica dos relatos referentes à forma de funcionar e organizar o trabalho de facção ou facção de costura a domicílio.

Nesta pesquisa, as três oficinas de costura ou facções participantes tinham um formato em comum, apesar de algumas particularidades. Todas se encontravam dentro dos critérios constituintes do conjunto de costureiras participantes, como já vimos no capítulo anterior: as facções funcionavam na casa de uma das costureiras, em geral das costureiras líderes, como definido antes; eram compostas por uma ou mais costureiras, que produziam para um ou mais fornecedores; elas trabalhavam sem contrato de trabalho registrado em carteira e já se encontravam envolvidas na atividade de costura há pelo menos um ano. Neste estudo, as três facções produziam para apenas uma empresa-cliente ou fornecedor, como elas chamavam, sendo indústrias de confecção e do vestuário. Para a realização da produção, fazem uso de *máquinas* específicas *de vários tipos*, conforme a necessidade. São chamadas de *reta*, *interlock*, *overlock*, *goleira* e *ZOU*. Cada máquina é para determinado tipo de operação e as costureiras assumem as máquinas específicas para as fases da produção que estão habilitadas a fazer. Sempre acompanhadas por sua costureira líder.

5.3.1 Facção 01: “A gente trabalha muito, mas a gente é feliz, se sente gente”

A primeira facção funcionava na casa de Marta, mais especificamente no cômodo situado no final do corredor, que dava para o quintal. Naquele cômodo (com aproximadamente 3,0 x 1,5m) estavam dispostas 05 máquinas: uma *interlock*, uma *goleira* e as demais: *overlock* e *reta*. Possuía outra *overlock* na varanda próxima ao quintal, onde trabalhava uma delas e se comunicava pela janela que dá para o mesmo cômodo. Como elas explicam: “Marta, Flávia e Ilda são *retistas*, Carmem é *overlockista* e *interlockista*. Lourdes é do acabamento. (Ela) só é chamada

no final da produção para fazer conferência final das peças, limpeza, retirada de pontas e acertos finais”. Carmem e Lourdes não quiseram participar da pesquisa. A casa é do lado da sombra e bastante ventilada, possui telhado com telhas de cerâmica vermelha e sem forramento.

As costureiras dessa facção estavam trabalhando para uma Feira da Moda local, que deveria acontecer antes do final do ano. Prestam serviços para uma confecção de alta costura, por isso afirmam que não podem receber por peça, pois assim ganhariam quase nada, não conseguiriam ter a qualidade exigida produzindo muitas peças por dia, ao mesmo tempo. Marta, costureira líder, é quem negocia com a confecção. É a mais experiente em costura do grupo. Como líder, além da costura, faz atividades de limpeza, organização, planejamento da distribuição das operações por modelo e execução das operações. Elas iniciavam seus trabalhos às 08 horas, com intervalo para almoço ao meio dia. Retornam às 13h30min, indo até as 18 horas. Faziam o lanche de manhã cedo, logo às 08h, e também merendavam às 16h. Paravam quando necessitavam beber água, ir ao banheiro, dentre outras atividades, inclusive atender ao celular.

Marta comenta que, quando chega um novo modelo, tem que pensar em como dividi-lo em operações capazes de tornar o processo produtivo ágil, sem perder a qualidade. Todas recebem por dia trabalhado. Seus pagamentos são recebidos no dia em que entregam as peças concluídas. Diferentemente de outras facções, que pagam por mês, sem falar nos atrasos de pagamento. Relatam que esta confecção é muito organizada e correta com elas, pagando Marta no ato da entrega, que faz o repasse de imediato. O modelo ou o molde das peças que produzem é enviado pela confecção-cliente ou fornecedor (como chamam), cortado e separado por cor, tecido e tamanhos (P, M, G). As operações são feitas, quase que totalmente, na máquina. Somente as atividades de acabamento e conferência é que são manuais. Hoje, estão produzindo um modelo que possui 03 tipos de estampa, nos 03 tamanhos.

Ganham por dia trabalhado, sendo que Marta, Ilda e Flávia recebem R\$ 20,00/ dia para costura completa, pois a que fazem é mais complexa e de maior qualidade. As demais recebem R\$ 15,00 pela costura básica. O que Marta explica assim: “Não dá pra ganhar por peça, pois não ganhamos nada, assim produzimos pouco. Cada uma revisa sua própria peça”. Já a pessoa do acabamento recebe um valor fixo, como Marta explica: “a menina do acabamento recebe 150,00 por mês, após tudo concluído. Prefiro fazer assim, porque senão fosse fazer assim, eu ia ficar morta. Ainda ter que tirar ponta de linha e contar depois do nosso rojão, não dá”!

Quando foram abordadas sobre as dificuldades e benefícios do trabalho em facção, as costureiras trouxeram várias perspectivas. Algumas dificuldades apontadas já foram tratadas nesta análise, assim como o contrato de trabalho não registrado e a ausência dos direitos assegurados pelo contrato formal, as variações de demanda de produção e a inabilidade de algumas líderes de facção no trato com as costureiras. Outras problemáticas, como a falta de uma costureira, um modelo difícil, o ganho reduzido e instável, a distância da facção para casa da costureira e a dificuldade de manter o maquinário e o quadro de ‘boas’ costureiras, podemos encontrar reveladas nas falas que transcrevemos abaixo:

Primeiro as dificuldades. Um exemplo, *quando a máquina quebra*. De uma hora pra outra. *Acho errado porque a dona lá não ajuda no conserto da máquina*. Ela não quer saber. Não posso ligar pra ela pra dizer que a máquina quebrou. Não posso tirar das meninas. Vou tirar do meu. *Quando falta uma pessoa é outra dificuldade. Eu tenho que fazer o meu e o dela*. Fica difícil pra todos. Atrasa, mas eu faço. A falta de funcionário assim atrasa tudo. *Quando vem modelo difícil*. Primeiro não posso exigir muito delas. Se eu não adiantar, virar a noite fica difícil pra dá produção. Atrasa também. Você tem que tá ligada pra o serviço de uma não atrasar o do outro. (Marta) (Grifos nossos)

Desvantagens é a nossa aposentadoria que nós num tem, porque não paga INSS, e o nosso FGTS, nem férias. Coisa que as donas das facções... (não pagam). (Ilda)

Aquela que gerenciava a empresa, aquele armazém, o defeito dela é que *tratava mal as pessoas*. Só com grosseria. Não chegava a pagar nem um salário! Deus me livre! (Flávia). (Grifo nosso).

A gente não tem nada. Só o presente! *Se a gente ficar doente, fica sem receber*. (Marta) (Idem)

Eu não sei nem falar. Porque eu não tenho facção. Ela (Marta) é que sabe dizer. Meu problema é a fase de vida. A minha dificuldade hoje é a distância. Moro no São Cristovão e venho a pé, *porque se for pagar ônibus não dá*. Que ao mesmo tempo se torna bom que eu faço caminhada. Daqui pra São Cristovão eu já tenho medo de ficar até mais tarde pra voltar a pé. (Ilda) (*Ibidem*)

Dentre outras coisas, pudemos identificar a dificuldade imposta pela distância da facção para a casa da costureira, vinculada a outra perda de direitos, como o vale-transporte, que seria também resguardado, se houvesse um contrato formal de trabalho mediando este modelo laboral.

Marta colocou os benefícios ou vantagens do trabalho em facção que, em sua opinião, são poucos, quase no nível das dificuldades, quando declarou sua opção: “escolhi entre o nada e o

pouco”. Ela acreditava que havia escolhido um tipo de liberdade inexistente nas indústrias que passou:

A vantagem, eu acho pouco. Mas, você tem que escolher do nada um pouco. O que ganho é pouco. *Escolhi entre o nada e o pouco*. O que tenho aqui é a minha liberdade. Se quiser eu viro a noite e depois passo 03 dias sem fazer nada. Por mim, se tivesse uma coisa melhor, eu ia. Mas não tem. Vou escolher o quê? Fazer fora? É melhor ficar aqui. A vantagem é a certeza que você vai ganhar alguma coisa. (Marta) (Grifos nossos)

Ela deixa claro que se tivesse uma opção melhor iria, não fica na facção porque não quer, mas porque escolheu “entre o nada e o pouco”. Ao menos sabe que vai receber alguma coisa. Portanto, está longe de se tratar de uma forma de inserção laboral adequada, satisfatória, mas algo um *pouco melhor que o nada* anteriormente vivido.

Marta ressaltou, ainda, que já deixou de aceitar proposta de trabalho, porque trabalhando em casa tem a chance de melhorar seu ordenado. Conforme identificamos em sua fala abaixo:

Hoje eu recebi uma proposta de emprego pra trabalhar numa confecção, na modelagem, no corte. E é boa a proposta? Mulher, em casa é melhor! Eu tenho chance de ganhar mais, me viro de outras formas. Eu tenho de pensar. Posso ser ameaçada de morte (risos) meus clientes me matam! Lá é o suga - suga! Trabalha de 2^a. a 6^a., pra eu sair, ir ao médico, só no sábado. Ah! Não dá não! (Marta)

A forma de remuneração do trabalho em facção, apesar do argumento da certeza de receber, é reduzido e proporcional à produção (nº de peças produzidas) ou ao tempo trabalhado (dia/hora), o que também explicita o caráter precário e instável deste formato. Sem falar que deixa de ter um dia marcado para o pagamento, agora condicionado à conclusão da produção, podendo ser semanal, quinzenal, mensal e até trimensal, como referido anteriormente, na trajetória de Ilda.

Como Marta e outras costureiras destacaram também, Ilda nos trouxe em sua fala outra face deste benefício, que chamam de ‘liberdade’. “Benefício é essa liberdade de sair na hora que precisar. Se eu tivesse em outro canto sem essa liberdade, eu não ficaria. Por que, nessa fase da vida, eu não posso me fixar”. E, ao mesmo tempo, esboça uma crítica a este benefício, quando disse que “Temos liberdade, mas é uma liberdade forçada”. “Sai, por que tem que resolver, mas sabe que tem que voltar logo pra terminar, senão, não recebe”. “*De qualquer forma, você tá preso ao trabalho*”! (Grifos nossos). Ela traduz com sua experiência, a marca da centralidade do trabalho em nossas vidas. A necessidade faz sair, mas é sem garantias, sem falta justificada, sem

seguro saúde... Só recebe se trabalhar, se ficar impedido, sem saúde; ficará doente e sem receber, como tratamos anteriormente.

Quanto à questão da liberdade, entendemos que ela estaria envolvida na busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho. Desse modo, o argumento da liberdade expresso pelas costureiras estaria muito mais na dimensão de maior autonomia frente ao controle dos patrões, no que se refere à esfera pública de suas vidas ou diante das demandas de cuidados com os filhos e outros problemas domésticos, no que tange à sua vida privada. Distante ainda, no entanto, de uma possibilidade consciente do entendimento de sua realidade ou até do desejo de transformá-la, mesmo quando Ilda afirma que “está presa ao trabalho”, de qualquer forma.

Destacamos, também, outros trechos das entrevistas com estas costureiras sobre os benefícios do trabalho em facção: “O benefício, a vantagem é que a gente trabalha em grupo. Aqui a gente tem um ao outro. Quando eu falto, Marta diz, “deixa que eu dou meu jeito. E aí, a gente se ajeita e depois eu ajudo. E assim, vai”... (Ilda); Outro benefício, a gente aqui atrofiada dentro de casa, a gente fica por dentro das tendências da moda, porque elas (as donas de facção) vê tudo. Mesmo dentro de casa a gente se atualiza (Marta).

Explicaram-nos, também, que trabalham para esta loja (confecção da marca S.) e que a empresa tem 03 ‘faccionistas’. Ao pedirmos para explicar melhor, entendemos que a facção de Marta é responsável por uma das três facções que fornece para esta loja. A dela e outras duas, em bairros diferentes. A indústria de confecção, portanto, corta e envia o material com o modelo-piloto, a facção monta e confere, depois envia para a confecção, que finaliza as peças, realizando operações simples, como colocar fechos, enfeites e detalhes finais.

Identificamos na facção sua ligação a uma rede de subcontratação do setor de confecções e do vestuário, para qual uma das oficinas de costura realiza parte do processo produtivo, iniciado e finalizado na indústria fornecedora.

Como já vimos no Brasil, as redes ou cadeias de subcontratação foram criadas e se expandiram em vários setores, sendo utilizadas principalmente, segundo Araújo e Amorim (2002), “como estratégias das empresas de assegurar condições de competitividade, seja no mercado nacional ou no mercado global”.

O que os autores complementam, quando afirmam:

A indústria de confecção, por ser um ramo industrial baseado no uso intensivo de mão-de-obra (s.d.), cuja produção se desenvolveu com poucas inovações técnicas, limitadas à máquina de costura industrial e ao trabalho manual, caracterizou-se desde seus primórdios pelo uso contínuo de diversas formas de trabalho subcontratado, principalmente do trabalho a domicílio (ARAÚJO e AMORIM, 2002, p. 270).

Segundo Ypeij (1998), uma subcontratação pode ser parcial ou completa. No caso da Facção 01, participante desta pesquisa, estamos diante de uma subcontratação parcial, pois nela parte da produção é transferida pela empresa contratante a uma terceira parte, onde, como explica Araújo e Amorim (2002), “fornece as matérias-primas e/ou produtos semimanufaturados (s.d.) e, em alguns casos, inclusive o maquinário” (p. 272).

Veremos mais adiante, como as outras facções, tanto a 02 como a 03, também se estruturam dentro deste modelo de subcontratação parcial. O que muda é que algumas possuem todo o maquinário e outras apenas partes dele. As máquinas que elas não possuem são cedidas pelos fornecedores, apesar do custo de manutenção e reparo destas máquinas serem de total responsabilidade das costureiras líderes.

Marta relatou de sua satisfação em produzir para esta empresa ou fornecedor. Ela explicita essa ideia, quando afirma:

Só atendo a esta confecção. Já trabalhei para modinha e desisti. As costureiras ficam pouco tempo. Dono da confecção de modinha, só suga! *Faccionista* tem que trabalhar na facção. Uma amiga aqui perto prestou serviço para uma pessoa que pedia 5.000 peças por semana. (respirou fundo...). (Grifos do autor).

A costureira líder acabou dando várias explicações e exemplos de como uma facção pode funcionar. Parecia-nos que pretendia expressar sua forma de fazer, além das comparações e diferenciações entre as outras, que facilitava nosso entendimento. Desse modo, ela nos trouxe a situação de uma facção que acontecia bem próximo dali, na mesma rua. Em suas palavras:

Tem muita *faccionista* que possui a facção, mas não entende. Não sabe cortar, não faz nada. Só coordena. Assim dá pra ganhar, por cima dos outros, sabe? Lá em cima desta rua tem uma assim. Cada costureira tem que fazer 300 peças/dia. O marido da *faccionista* fazia o corte. São camisas promocionais. Elas só fecha ombro. Tinha uma amiga que trabalhou lá e desistiu. Ela batia as 300 peças às 16h e a dona queria que ela ficasse até mais tarde sem receber a mais. Como? Assim é muito bom! Ela desistiu, é claro! (Marta)

Ela explica, também, porque prefere assumir apenas um contrato de fornecimento ou, como define, apenas uma ‘facção’. Explica, assim, a maneira como faz:

Tem gente que pega 02 facções. Eu digo, tu é doida, é, mulher! Assim, ninguém faz! Um liga, o outro liga. *Não dá pra viver assim*. Elas ganham muito dinheiro, mas não têm vida. Se não prestam atenção, *daqui a pouco tá tudo doente!* Isso não dá pra mim não! (Marta). (Grifos nossos).

A explicação dada por Marta, além de deixar claro o modo com que define o funcionamento da facção que coordena, demonstra a relação existente entre a escolha de mais de um fornecedor e a intensificação do trabalho, o que, possivelmente, acarreta sofrimento e adoecimento.

Marta continua sua explanação sobre a forma de remuneração em sua facção dizendo que “quando a gente quer entregar, a gente fica até no domingo... Só sai dinheiro quando termina”. Complementa:

O nosso dinheiro quem faz é nós! Temos um ditado: Ai do sabido, se não fosse o besta. Então, eles têm que valorizar os bestinhas, porque senão não tinha os sabidos. O que gera mais dinheiro? É essas terceirização! Você vê a injustiça! (Marta).

Apesar da explicitação do caráter injusto das relações de trabalho subcontratado, fruto desse processo de terceirização completa ou parcial da produção, Ilda respalda a afirmação de Marta, ao destacar que fizeram a parte delas, quando diz: “uma coisa tem que vê: somos um besta feliz, porque fomos honestos, saímos sem confusão das empresas e fazemos nosso trabalho direito”. Ou seja, fizeram sua parte.

Marta, em seguida, conclui sua fala explicando como seu papel de líder se entrelaça e complementa o trabalho das demais costureiras, onde vemos a cooperação entre elas outra vez destacada:

Aqui a gente tem nossa harmonia. Eu tenho que dar conta de fechar. Quando vejo que elas tão com dificuldade, pego pra mim. Vejo uma forma melhor de fazer. Por outro lado, elas têm consciência, quando vêm que tá lento e temos que terminar, elas mesmo dizem que vão ficar. Quando querem viajar combinam e eu fico, chamo uma substituta. (Marta)
A gente trabalha muito, mas agora a gente é feliz, se sente gente, sabe como é? (Idem). (Grifos nossos)

Flávia ainda acrescenta, ao afirmar que “aqui é que nem um consultório de consulta psicológica. A gente fala e sai leve”...

5.3.2 *Facção 02: “Hoje o dia já começou atropelado”*

A Facção 02 acontecia na casa da mãe de Diva, a costureira líder. As máquinas estavam distribuídas no que seria a garagem (com aproximadamente 5,0 x 6,0 m), onde era o espaço principal de funcionamento. Nela, estão dispostas as seis máquinas: 03 *overlock* (02 dela, 01 do amigo), uma ZOU (outro tipo de máquina) e uma goleira (também dela), e uma dupla (do fabricante). No que seria a sala de estar da casa, as costureiras estocavam o material recebido do fornecedor em uma estante, depois iam armazenando as peças prontas, quando então aguardavam para serem conferidas e devolvidas ao fornecedor. O espaço não tem janelas e possui telhado com telhas de cerâmica vermelha, sem forramento e sem ventiladores. A casa fica no lado do poente, onde a ventilação entra pelo portão principal da frente e corre em direção aos fundos da casa. Relatam que à tarde o clima fica muito quente.

Em nosso primeiro encontro, observamos enquanto as costureiras se organizavam dentro da situação relatada por Diva, de que ainda estavam concluindo: uma costureira faltou e uma máquina estava com problemas. Além de conhecermos o funcionamento da facção 02, tivemos a oportunidade de acompanhar o momento do fechamento de uma remessa ou produção, como chamam.

Diva nos recebeu, fazendo as apresentações e explicando que “são 04 costureiras, uma para acabamento/revisão. Eu, Diva; a Letícia, a Glória, a Laura (que não estava) e a Andréa”. À medida que falava, apontava para cada costureira no intuito de identificarmos cada uma. Diva, então, continua detalhando o funcionamento e a jornada diária de trabalho:

Hoje o dia já começou atropelado. Atrasei pra vir. Quatro máquinas são minhas, outras duas são uma do fabricante e uma (overlock) é de um amigo que empresta. Quando fui começar com este fabricante, eu não tinha essa máquina. Então, ele comprou ela e botou aí. São máquinas do tipo overlock (duas minhas e uma do amigo), uma ZOU, uma goleira e a dupla (do fabricante). (Diva)

Diva explica que algumas começam às seis e meia/ sete horas, mas a maioria vem mesmo às sete. Fazem o lanche às nove da manhã e retornam após quinze minutos, quando

seguem trabalhando até o almoço, ao meio dia. Almoçam em suas casas e retomam treze horas. Por volta das três horas da tarde, fazem outra parada de quinze minutos para lanche. Então, trabalham novamente até as dezoito horas. No entanto, ela destaca ao final:

É comum passarmos das dezoito e ficar até às dezenove. O máximo que extrapola os horários delas é até 19h. Eu é que passo (risos). Ontem, eu fiquei até às nove (21 horas). Já teve vez de ficar até às doze (meia noite). Era outro fornecedor. Ficava até doze (meia noite) e às vezes, seis e meia, já tava na máquina de novo. (suspira, depois franze a testa e pressiona um lábio contra o outro). (Idem)

Diva prossegue falando sobre o funcionamento de sua facção e como o fornecedor envia o material para produção: “o material já vem todo cortado e separado por cor do tecido e as peças separadas: manga, ombro,... E também separa por tamanho: P, M, G. Normalmente, vem direito. Só teve um corte que veio faltando uma parte da peça em cada referência”. Quando indagamos sobre como fazem nestas situações, ela relatou que fazem até onde conseguem fazer, notificam o fornecedor do problema e aguardam até ele trazer outro material ou resolver a situação de alguma forma.

Em seguida, a costureira líder detalhou como que acontece a remuneração das costureiras, quando afirma que “a gente entrega, e ele paga. Só se ele não tiver, e traz depois. Normalmente ele paga logo. Ele não demora muito pra pagar, não! Ele traz logo”. Já quanto ao preço recebido pelas peças, Diva descreveu assim:

Essas que tamo fazendo é 1,40. Elas variam de 2,40 a 1,40. Elas (costureiras) recebem por operação. Cada modelo tem o número de operações para concluir. Cada peça eu faço o fluxo dele todinho. Umas mais difíceis, outras mais fáceis... No final, conto as peças que cada um fez e pago pelas operações que cada uma realizou. Vou pagando a cada entrega de peça. Se passar com quinze dias, recebe com 15 (dias). Se fizer tudo em uma semana, recebe logo! (Diva).

Ela conclui sua explicação, detalhando como acontece a jornada semanal, quando diz que “normalmente a jornada semanal é de segunda à sexta-feira”. “Como estamos atrasadas na entrega, estamos ficando no sábado até meio dia. No sábado passado, ficamos até o fim do dia. Foi o dia todo”.

No dia seguinte, Diva informou que não conseguiram terminar no dia anterior. A ausência de Laura prejudicou o desempenho, aumentando o atraso. Conversamos um pouco com

Laura e as outras costureiras sobre a pesquisa e o TCLE, tirando dúvidas. Era necessário deixá-las mais à vontade em nossa presença.

Destacamos nessa facção a situação de fechamento da produção. Percebemos a tensão do grupo de costureiras perante as exigências deste fechamento, as dificuldades pela ausência de uma delas e a quebra das máquinas, como veremos a seguir. Diva ligou para o fornecedor avisando que as peças estão prontas. Então, começam a contagem das peças e se surpreende. Ela diz: “não tá batendo o total de peças. Tem 44 peças G, não estou entendendo”... Logo depois, chega um carro lá fora. Diva exclama, “já? Ah! É a F., tenho que me virar em 600,00”.

Percebemos que, subitamente, Laura para e vem olhar atrás de sua máquina. Ela verifica a máquina e exclama “vixe! Caiu um parafuso! Soltou! É uma bichinha. Quer dizer, é uma porca. Caiu”... Nesse meio tempo, Diva volta, vai até a máquina e pergunta, “não dá pra pegar”? Laura olha e responde, “dá, pegar dá, num dá pra botar”... A mesma máquina que quebrou ontem volta a quebrar. A costureira líder estava visivelmente transtornada com o fato. Então, Laura pega uma ferramenta, a chave de fenda e tenta abrir o motor da máquina. Em seguida, ela pede: “não liga a máquina, vou abrir”! Senta no chão e vai tentando abrir o motor... Abre, tira as peças e as coloca no chão. Então, pergunta-se: “daonde é essa”? E continua tentando... Laura pensa um pouco e exclama novamente, “mulhé, eu acho que esse ferrinho é de algum canto aqui dentro”. Tenta várias vezes, atende a chamada do celular, quando Diva entrega. É visível a angústia do grupo, em especial, da líder.

Diva vai novamente até a máquina, quando Laura a testa, alertando por ter peça de roupa ainda na máquina. Ela indaga, “tu vai testar assim”? Então, Laura levanta e tira a peça e testa a máquina. Enfim, Laura comemora, “deu certo”! E começa a fechá-la.

A líder procurou nos atender da melhor maneira possível, mas era veemente sua tensão com o que estava ocorrendo. Em alguns momentos, sinalizamos para que se tranquilizasse quanto a nossa presença. Voltaríamos outras vezes e estávamos interessados em ver como acontecia aquele momento do processo de produção em facção. Por fim, ela comentou sobre as orientações do mecânico que veio outro dia ver uma máquina que havia quebrado. Ela afirmou que “quando o mecânico da máquina veio, disse que quebrou porque está suja”. “Se não limpar, ela trava. Tem que usar e limpar todo dia”.

As demais costureiras trabalhavam e, de certo modo, acompanharam a nossa conversa. Talvez o tamanho do espaço, maior que o da facção 01, dificultou esta participação, não dava para todas ouvirem o que falávamos, como também devido às condições colocadas pelo momento de fechamento e entrega. Elas estavam agitadas, movendo-se de um lugar para outro, permanecendo pouco tempo em seus lugares. Iam e vinham. Umas contavam peças, outras conferiam a peça, outras finalizavam algo inacabado. Em alguns momentos, entreolhavam-se e riam. Éramos ainda desconhecidos para elas. Era apenas o começo.

Esta situação nos revelou na prática, não só a dinâmica do processo de encerrar, conferir e entregar uma produção nas facções, mas as dificuldades, já relatadas pela costureira líder da Facção 01, quando há quebra de uma máquina e a falta de uma costureira. Isso já é difícil no cotidiano da produção, presenciamos isso no momento da entrega da produção. São muitos os imprevistos. Percebemos o quanto a responsabilidade pela manutenção das máquinas é algo marcante na gestão de uma facção e, como em qualquer produção, a maquinaria, os equipamentos são um fator de produção determinante, além da força de trabalho, o que pudemos identificar no relato de Diva, durante sua entrevista:

Bem, as dificuldades são as responsabilidades (de quem coordena). As outras vão pra casa e eu fico. Preocupo com tudo, com as despesas, as contas de luz, as máquinas. Antes eu tinha só os meus problemas. Agora tenho os meus pessoais e os daqui também. No meu caso, a minha maior preocupação é que não falte peça (material para produção). Porque tenho que pagar as meninas e esse maquinário que ainda tô pagando. Tem que ter dinheiro pra lanche, pra linha. Porque a linha é nossa! As máquinas, eu comprei porque conhecia o mecânico lá da indústria que trabalhei. Antes de sair de lá, comprei dele a goleira. Foi a primeira que comprei. Aí, as outras eu fui comprando... (Diva).

Antes a minha patroa lá dizia, e eu entendia, não sou boba pra não entender! Ela dizia que o custo final de uma empresa é muito alto. E agora eu sei como é! Tenho essa maior dificuldade do custo fixo. É uma preocupação, todo tempo. Tenho que ter o dinheiro pra pagar... (Idem).

Entendemos o quanto aquelas trabalhadoras estavam ali ‘enredadas’. Não só por fazerem parte de uma rede de trabalho subcontratado e estarem submetidas aos riscos, percalços e benefícios desta forma de organização do trabalho em facção, mas ‘emaranhadas’ em responsabilidades variadas, desde a coordenação, planejamento, distribuição das operações por costureira, até a costura propriamente dita e a manutenção das condições físicas necessárias para o funcionamento da facção. E será que foram preparadas, treinadas para isso? Qual o respaldo ou

contribuição da indústria de confecção ou fornecedora, neste sentido? Até que ponto elas não estão assumindo o repasse de parte dos custos de produção destas indústrias? E, desta vez, sustentando com seu labor essas cadeias ou arranjos produtivos? Sim, porque não são esses os argumentos da ótica da organização ‘flexível’? Será a facção uma das estruturas ‘financiadoras’ do negócio de confecção e do vestuário?

É com essa perspectiva que autores como Carvalho (2009), Leite (2007), Araújo e Amorim (2002) afirmam que as empresas de vários setores optaram pela ‘externalização’ ou terceirização de partes de seu processo produtivo como forma de atender às necessidades de redução de custos e competitividade no mercado local e global. O que acabou constituindo novos arranjos, como se pode identificar no relato de Leite (2007):

Atendendo às necessidades de flexibilização da produção e adequando se à lógica do atual estágio de desenvolvimento econômico — baseado mais na dinâmica do capital financeiro que do produtivo —, esses novos arranjos se caracterizam pela tendência ao enxugamento das empresas por meio da externalização de partes do processo produtivo para terceiros. Esse movimento em cascata acaba por configurar a cadeia de produção em um conjunto de diferentes níveis de provimento. (...) À medida que as grandes empresas terceirizam partes de seu processo produtivo, o trabalho é também transferido a empresas em geral menores, que se dedicam a parcelas mais simples do processo de produção, nas quais as condições de trabalho e relações de emprego tendem a ser mais precárias (p. 240).

São muitas as inquietações e indagações provocadas pelo acesso a esta realidade, tão bem traduzidas no relato das costureiras participantes. Naquele dia, que “já começou atropelado,” elas foram literalmente ‘atropeladas’ pelas dificuldades da organização do trabalho em facção: o fechamento da produção e suas atividades específicas, como a revisão, os pequenos acabamentos e a conferência da quantidade de peças concluídas somada à ausência de uma das costureiras foi acentuada pela quebra de uma das máquinas, que não são mantidas pela indústria de confecção (fornecedor), mas pela facção e sob a responsabilidade da costureira líder. Tudo isso atravessado pela eminente chegada do fornecedor que conferiria toda a produção, cada peça, pagando somente pelas peças que estivessem dentro dos critérios exigidos.

Esse aspecto da organização do trabalho de facção identificado nas duas primeiras facções analisadas também foi identificado na terceira facção, como passaremos a analisar a seguir.

5.3.3 *Facção 03: “A gente recebia quinzenal, mas agora tá muito ruim, a gente tá entregando por mês”*

A Facção 03 funcionava na casa da costureira líder: Maria. Assim como nas outras facções, esta funciona com quatro costureiras principais, onde as três trabalham diariamente: ela, Mariana e Biatriz. E mais uma, chamada no momento final para revisar e fazer os pequenos acabamentos nas peças montadas: Joana. Além delas, a líder coordena duas costureiras que trabalham em suas casas e são acompanhadas pessoalmente, todos os dias. Essas costureiras só entram em determinadas remessas, dependendo do modelo. Por exemplo, há um grupo de costureiras que só trabalha com bordados.

Elas fornecem para a marca S., como a líder da facção 01 já havia relatado. Este fornecedor costuma trazer tudo já cortado. Trabalham com moda feminina em algodão. A maioria das peças é bordada, mas Maria também possui clientes individuais, das quais recebe remuneração extra, como explica: “não dá pra ficar só com um fornecedor, pois eles podem ficar um mês ou mais, sem trazer nenhum material”. Desse modo, elas não ficam sem receber. Possuem 06 máquinas: 02 *interlock*, 01 goleira, 03 retas (03 próprias e 03 da Empresa S., do fornecedor).

A facção funciona em um cômodo da casa de Maria, depois da garagem e da sala, em um quarto virando à esquerda, que media aproximadamente 3,0 x 4,0 m, onde, assim, as máquinas estavam distribuídas: duas máquinas junto à única janela e uma mesa, logo à esquerda da porta de entrada e as outras máquinas (04) estão emprestadas com os grupos de costura e bordado. As costureiras estocavam o material recebido do fornecedor em um pequeno cômodo ao lado, onde armazenavam as peças prontas para serem conferidas e devolvidas ao fornecedor. O espaço possui telhado forrado, sem ventiladores. A casa é situada no lado do nascente, onde a ventilação entra pela janela da frente do cômodo e segue em direção ao portão principal da casa.

Durante a entrevista individual com Maria, outros detalhes do funcionamento de sua facção foram mencionados, como identificamos neste trecho: “*A gente recebia quinzenal, mas agora tá muito ruim, a gente tá entregando por mês. Recebo mensalmente, mas antigamente era quinzenal*”.

Fomos fazendo indagações e percebemos, aos poucos, que elas estavam vivendo exatamente a instabilidade própria das implicações da informalidade e precarização das relações de trabalho em facção. Ficamos atônitos com a veracidade dos fatos.

Maria nos revelou sua principal dificuldade naquele momento, a partir dos contratempos vivenciados para manter as ‘boas’ costureiras em sua facção, como vimos neste trecho de seu relato:

E a S. (dona da marca S.), pra mim, ela é uma patroa maravilhosa, o seu H. Também... só assim, que ela me supre de peça, aí ,de repente falta, entendeu? Fica aquele quadro de costureira que diminui, eu perco costureira por causa disso (8:59), entendeu? E a dificuldade... não tem um fluxo assim total, não tem uma matéria prima que seja aquele ponto, por exemplo, agora, tá falhando direto, né? O mercado de trabalho, eu acho que pra ela deve tá ruim. Então,, é por isso que as vezes, há desorganização, aí, a desorganização vai mexer... vai mexer com o seu salário... mexe com tudo. Por que se eu ganho 1.000 reais, aí vou ganhar 500 reais, aí vai diminuindo, então, o que acontece, tudo vai desorganizando, quer dizer, eu tenho que pagar energia, tem que pagar linha, aí, vai juntando aquele negócio, aí cê tem que pedir dinheiro emprestado, cê tem que pegar dinheiro com agiota, aí vai até o final do ano desse jeito, e isso é a dificuldade.

Assim, sem o fluxo de produção estável, mantido em níveis mínimos, como Maria vivenciava no começo, a instabilidade marca o contexto do trabalho de costura em facção, como em outras ocupações estruturadas sob a vulnerabilização dos direitos e garantias do trabalhador. Em principal, respondendo à lógica contemporânea do capital, onde parte das cadeias produtivas são externalizadas e terceirizadas, quando o mercado se expande, embora os contratos com terceirizados se reduzem rapidamente, diante de uma retração do mercado.

A situação vivida pela Facção 03 nos fez lembrar Antunes (2010a), ao abordar a questão do estranhamento e sua complexificação nas atividades da ponta dos arranjos produtivos, quando declara que:

Se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades da ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais “estável” e inserida na força de trabalho que exerce o trabalho intelectual abstrato, o quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural. (p. 34-35)

Apesar das diversas precariedades relatadas pelas 08 costureiras participantes acerca da organização do trabalho em facção, apontaremos mais alguns dos trechos das entrevistas com estas funcionárias, que traduzem outras facetas ainda não abordadas:

Depois que eu peguei a facção com ela (Marca S.), eu perdi as minhas cliente todas, eu não tenho mais, então, porque, eu só tinha a facção. Então agora, pra mim começar é difícil, né? E outra coisa, eu tenho 52 anos e eu não tenho carteira assinada e pra mim é difícil, né, porque eu preciso pagar INPS, né? E então agora com 52, aí fica mais difícil ainda. (Maria)

Maria traz aqui a real situação de sua facção (Facção 03) naquele momento. Ela foi ficando só com o fornecimento das peças para a marca S. e foi deixando sua clientela individual. Quando havia muitos pedidos da marca S., tudo parecia bem, mas quando os pedidos começaram a decair, o recebimento e, conseqüentemente, a renda caía também. Portanto, identificamos aqui uma conotação de instabilidade do formato de facção.

Laura destaca, ainda, a falta da carteira assinada como uma dificuldade, mas gosta de trabalhar em facção, como nos disse nesta parte da entrevista: “as dificuldades seriam só essas mesmo e a questão da falta da carteira assinada, que em questão de salário, dependendo da facção, você ganha melhor.” “Eu gosto de trabalhar em facção. É tanto que tô pensando em montar a minha. Trabalhar em casa”.

Concluimos nossa discussão sobre a organização do trabalho em facção com esta passagem da entrevista de Marta, quando ela afirma que:

Todas as faccionistas têm sua história pra contar e são sofredoras. Vive na máquina, mas não queria trabalhar nisso não. Tem que trabalhar muito pra ganhar. Tem muita faccionista que ganha muito em cima das outras. Paga 0,20 por peça. Tenho muita amiga assim. Tem uma que já construiu até casa duplex. Conheço muita gente que costura porque precisa, não é porque ela quer. (Marta)

Inspirados nas proposições de Castel (1998) sobre o trabalho e cidadania, concordamos com Matsuo (2010) quando afirma que “os efeitos da reestruturação produtiva e da precarização estão instalados entre nós, com a diferença de que na França, a *nova questão social* apareceu, como afirmou o autor, em uma época de “pós-proteções” universais produzidas pela “sociedade salarial” (p.103) (Grifo do autor).

No caso brasileiro, nota-se que não chegamos a possuir esta proteção. Talvez, apenas um estado de “pré-proteção”, regulado por políticas públicas pouco eficientes e uma cobertura previdenciária parcial, como diria Matsuo (2009). Na verdade, a informalidade consistiria “na forma mais típica de vínculo ao mercado de trabalho”, onde a ausência de direitos previdenciários e trabalhistas e a precariedade são as regras.

Conforme Marx (1983), se a única mercadoria que produz valor é a força de trabalho quando consumida, concluímos que o capital inexistiria sem o trabalho. Desta forma, acreditamos que hoje se está apenas assumindo papéis diferentes no contexto histórico definido pela dualidade do formal e do informal. Sabemos que estamos diante de mais uma estratégia do capital e sua contínua expansão. Assim, entendemos que a ampliação do trabalho informal, promovida pela crise da sociedade salarial e pelos novos arranjos produtivos ou as chamadas terceirizações, é marcada pelo caráter expansionista do capital.

Precisamos lembrar Prandi (1978), parte de nosso aporte teórico, quando explicita que a aparência de autonomia no trabalho informal inibe ou oculta a relação capital e trabalho, que se encontra numa ‘forma disfarçada de assalariamento’. Destaca, também, a supervalorização do individualismo, personificado nesta ideia de autonomia do trabalhador por conta própria, que no limite da sobrevivência, impede ou dificulta ações coletivas. Sua forma de evitar o conflito de classes e manter o *status quo* (grifo nosso).

Nesta perspectiva, percebemos que o trabalho de costura em facção se insere no mercado de trabalho brasileiro como uma relação atípica de assalariamento fundada na contradição de que, ao tempo que resulta em um trabalhador desprotegido, ou seja, sem a cobertura mesmo parcial das leis trabalhistas e previdenciárias; e aparentemente ‘autônomo’, é também sustentação, meio, instrumento de manutenção do poder do capital. Especificamente, sustentam as cadeias produtivas do setor de confecções e do vestuário, provavelmente sua estratégia central de enfrentamento da competitividade no mercado global e nacional.

Discutiremos agora como o modo de trabalhar se entrelaça com o modo de viver das costureiras participantes desta pesquisa, de forma a debatermos as relações que elas expressam entre o trabalho e suas vidas.

5.4 Modo de trabalhar e viver das costureiras de facção

Nesse momento de nossa análise, passamos a apontar outros elementos para o debate sobre as formas de expressão do trabalho de costura em facção e suas implicações na vida das costureiras participantes, identificados em seus relatos registrados em nossos encontros e

entrevistas, conforme indagávamos sobre seu cotidiano. Partimos, mormente, dos relatos das suas rotinas diárias.

Consideramos a perspectiva de Borsoi (2011, p. 115), quando parte do princípio de que “na contemporaneidade, estamos lidando com novos modos de realização e de expressão do trabalho precário — portanto, também com novos modos de sofrer as consequências (s.d.) dessa precariedade”. Portanto, indagar sobre as rotinas diárias das costureiras seria um caminho de acesso às experiências, onde o trabalho e a vida se interpenetram, principalmente quando tratamos de facção de costura a domicílio.

Ao examinarmos exaustivamente as rotinas de cada costureira participante, identificamos alguns relatos dessas experiências ou trechos que gostaríamos de destacar como elementos para nosso debate, como Marta, Mariana e Ilda nos descreveram ao falarem de suas rotinas diárias:

Trabalhei até domingo. Queria terminar pra resolver as coisas na 2ª. e na 3ª. Fui deixar no domingo à tarde. A minha rotina é toda modificada. No começo de produção eu fico mais livre. E vou fazendo outras coisas por fora. Essas coisas é pra pagar luz, comprar os lanches, o extra. (...) Como o Centro é fechado no domingo, eu prefiro tirar no sábado e domingo e ficar de folga na 2ª e na 3ª, que tiro pra resolver minhas coisas. (Marta)

Eu acordo dez pras oito, né? Vejo o que tem que fazer, em casa, depois corro, né? Aí trabalho até cinco (17h) horas. (...) Fico até as cinco. Às vezes passa do horário, quando eu quero terminar a produção, né? (Mariana)

É muito difícil eu passar das cinco e meia (17h30min). Mas, às vezes pode precisar. Às vezes, quando a gente quer terminar logo a produção. A gente demora... Quando termino, volto pra casa. (Ilda)

Além de indiretamente afirmar que o ganho com a facção não dava para pagar todos os gastos de funcionamento, como energia, alimentação e linha, Marta explicita uma interação direta de seu trabalho com sua rotina, que produz uma forma específica de viver. Apesar de definirem uma jornada de trabalho semanal de segunda ao sábado, onde descansaria no domingo, decidiu trabalhar até domingo, quando da conclusão da produção e entrega, pois queria estar ‘mais livre’ na segunda e na terça para resolver suas coisas. Percebemos que esta disposição acaba sendo respaldada pelo relato das outras costureiras.

Pudemos identificar que a vida das costureiras é atravessada pelas exigências e rotinas do trabalho em facção. Principalmente, no que diz respeito às costureiras líderes, que

trabalham em suas casas, ou seja, onde nem o espaço físico muda. Até a definição do horário de acordar pareceu-nos influenciado pela necessidade de preparar o trabalho das demais costureiras antes de chegarem, como encontramos nos trechos abaixo, extraídos dos relatos das costureiras líderes das três facções:

Acordo normalmente às cinco e meia, porque faço caminhada de manhã. Às seis e meia, vou logo tomar banho. Depois, tomo o café. Mas antes do café, eu já olho como ficou ontem. Se misturaram alguma coisa. Onde tá o P, o M, o G. Tô aqui (quarto com mesa de corte), mas não me desligo de lá (aponta para o cômodo seguinte, onde trabalham nas máquinas). (Marta).

Eu levanto seis e meia, aí tomo banho, venho pra cá. Vou adiantando alguma coisa. Aí chega uma, chega outra. (...) Antes delas irem chegando, eu vou pra função do dia anterior, porque sempre fica algo do outro dia. Quando não tem, eu olho logo, já penso o que elas vão fazer pra dizer quando elas chegarem. Se não, volto pra fazer o que tenho que terminar. (Diva).

Eu acordo 05 e meia, aí vou pra mesa, é, corto, né, corto roupa sob medida, né? Aí, de 05 e meia até 06 e meia, 07 horas aí, eu vou pra facção. Quando tem coisa atrasada aí eu costuro na facção até 08 horas. Costuro pra adiantar porque as menina tão só. E alguma coisa, aí, de 07 horas, eu vou dá, eu vou fazer alguns telefonema, que é pra minhas costureira fora, saber o que tá precisando, tá precisando de linha, de elástico, se o modelo tá... é, num tá havendo nenhum problema, o que tá acontecendo, né? (Maria).

Além da expansão da jornada nos finais de semana e feriados, motivadas pelo desejo de concluir uma remessa, pudemos notar que mesmo não sendo por conta do trabalho em facção, muitas vezes, a rotina diária de trabalho avança noite adentro, na realização de outros serviços, seja costura para clientes individuais, para os filhos ou atendimento a clientes no Cyber, como no caso específico da Flávia:

De dia eu fico na facção. A partir das 18h vou pra costura extra. As meninas vão embora, eu mudo a linha e vou pra essas peças individuais. Às vezes, pago até alguém pra me ajudar. Eu vou então direto até umas 21h, tomo um Nescau. Dou uma olhadinha na TV pra não ficar muito pesado. Aí pronto! Eu vou até 11h (23 horas). Quando é um vestido que eu quero terminar... Eu fico até uma hora da manhã! (Marta).

Às vezes, vou pro Cyber (para trabalhar, depois que sai da facção). Vou ganhando lá por diária. Saio de lá 21:30h. Antes de ir vou tomar um banho, aí, só chego às 19h. Sexta-feira saí daqui 18h, cheguei lá 18:30 saí às 22h. Fui correndo porque ela (dona) ia se atrasar e o rapaz fica sozinho e ia pro colégio. Trabalhei no sábado e no domingo, de oito da manhã às cinco da tarde. O normal é de 9h às 18h. (Flávia)

Continuo, depois que elas saem, aí eu, demoro um pouquim, vou é... como é que a gente diz, uma reflexão, a minha cabeça, é, melhorar um pouquim por que eu levanto 05 horas e eu tô muito assim, nervosa então, eu, vou fazer o que que me relaxa muito? Assistir uma novela, né, que aí eu assisto, aí me relaxa demais aquela história... aí termina aquela história ali aí eu vou cortar roupa, vou fazer modelo, às vezes eu vou pra facção

adiantar pro outro dia, e aí eu vou dormir. A minha vida eu vou dormir sempre 12 horas, 12 e meia, às vezes até uma hora. Aí eu vou fazer roupa pra minha filha, que eu faço roupa pra ela, eu faço roupa pro meu filho, e é assim! (Maria).

Identificamos, ainda, que o tempo dedicado a elas mesmas, para dar atenção às suas necessidades e anseios, pode ser confundido com o tempo das necessidades básicas, um simples banho, por exemplo, depois de ‘tudo feito’, às 23 ou 24 horas de seu dia, como no relato de Marta:

Quando termina como uma maçazinha, uma fruta. Aí tomo aquele banho, me sento, e deixo a água cair. Naquele tempo ali eu penso, eu até choro. Não é nem dor, mas de um cansaço! É um tempo meu. Falo com Deus, entrego tudo a Ele! Se também hoje eu dormi tarde, aí no outro dia também eu já vou dormir mais cedo. Eu tento cuidar, sabe? (...) Então, depois desse banho vou dormir. (Marta)

No entanto, identificamos outro aspecto desta relação ‘trabalhar e viver’ que emergiu, deste o início desta análise, em vários trechos destacados. Como vimos antes, o fato de serem mulheres e mães, casadas ou não, também traz impressa na história destas costureiras a dimensão da dupla jornada laboral dentro e fora de suas casas, conforme encontramos no relato de Glória sobre sua rotina diária:

Eu acordo umas 06 e meia, sete horas. Arrumo minha bebê pra levar pra casa da minha mãe. Dou de mamar antes de sair. Trabalho aqui até meio dia, aí eu volto pra almoçar, né? Se tiver alguma coisa pra resolver, tento fazer no almoço. Aí, eu fico com a bebê, pra acompanhar, né? Sei lá! Acho que toda criança precisa disso. Aí, volto uma e meia (13h30min), trabalho até as seis (18h), mais tardar seis e meia (18h30min). Temos uma parada às nove e meia pras dez horas e à tarde às três e meia, para o lanche. São uns 10 a 15 minutos. Quando termino, volto pra casa, tento ficar com ela. Às vezes, na semana eu vou pro culto, né? Ela vai junto. Aí quando volto, eu vou colocar a janta. O pai dela vai brincar com ela. E quando é umas nove e meia (21h30min), eu faço o mingau, ou o leite pra ela. E depois, vou colocar ela pra dormir. Ela dormindo, (risos) eu me ajeito e vou dormir também. Já é quase 11 horas (23h). Eu tento ajudar nas tarefas de casa a minha mãe. Tento lavar, organizar, mas o mais importante é ela (bebê), dá atenção pra bebê. No final de semana, dedico um tempo à casa. (Glória).

As experiências da maioria das costureiras trazem, de algum modo, esta dificuldade de conciliação entre o trabalho e a vida privada, de onde retomamos a concepção de Antunes (2010a) sobre a condição atual de trabalho da mulher, quando trata da duplicidade do ato laborativo e sua dupla exploração pelo capital.

Pudemos identificar, portanto, que o trabalho de costura em facção produz implicações na vida das costureiras participantes, alterando seus horários e compromissos pessoais por força de demandas oriundas do trabalho, acarretando mudanças concretas em seus modos de viver. Sabemos, porém, o quanto estas consequências são mais intensas na vida das costureiras líderes, pois a facção acontece nas suas casas, não havendo distinção de espaço físico.

Retomamos, então, a noção de modo de vida definida por Borsoi (2008), em sua pesquisa sobre os impactos do trabalho no modo de vida dos operários em novas áreas industriais, quando afirma que:

Modo de vida, nesse caso, não se refere apenas à forma como os trabalhadores conduzem seu cotidiano depois do trabalho, mas à experiência de vida do trabalhador, seja no trabalho, seja fora dele. Isto porque parto do princípio de que o modo de trabalhar tem relação intrínseca com o que ocorre na vida das pessoas depois de uma jornada de trabalho (BORSOI, 2005). Neste sentido, o trabalho é tomado como elemento fortemente constituidor, ou, no mínimo, organizador da vida social, familiar e psíquica. (p. 03).

Verificamos, portanto, que o trabalho em facção de costura interferiu, dentre outros aspectos, na temporalidade da vida destas pessoas, onde a flexibilização da jornada, seja diária ou semanal, implica diretamente alteração do horário de saída do trabalho e retorno para suas atividades domésticas e pessoais, por exemplo. Também, no caso das costureiras líderes, da hora que acordam à hora em que vão dormir, suas rotinas diárias permanecem pautadas e intimamente definidas pelas exigências de seu formato laboral, produzindo um modo de trabalhar específico, onde temporalidade laboral se confunde com a temporalidade de seus modos de viver.

Retomamos, neste sentido, o pensamento de Aquino (2007) ao defender o uso da categoria da temporalidade laboral como forma de entender o que está ocorrendo com o trabalho, denuncia que o paradigma da flexibilidade acaba destruindo a “ideia de duração e de regularidade temporal” (p.27-28). Assim, flexibilidade e instabilidade se combinam e estruturam as novas formas de inserção laborais, como verificamos com estas costureiras.

Elas, na expressão de seu labor, são exemplos dessas formas de trabalho excluídas dos modelos tradicionais de trabalho/emprego, desde o que ocorreu na indústria do lazer e nos serviços de atenção pessoal, como aponta o autor, até a situação da facção de costura a domicílio. Esta forma de inserção laboral, marcada pela precariedade e informalidade, compartilha da

mesma cena, protagonizada pela indústria da confecção e do vestuário, mas excluída do acesso aos direitos e garantias sociais.

Tratando-se de um trabalho exercido, eminentemente, por mulheres, revelou-nos também a duplicidade laboral apontada por Antunes (2010a), onde seus relatos são pontuados de experiências atravessadas por este caráter. Muitas vezes, sob o argumento da conciliação de suas atividades de casa e do trabalho, percebemos o quanto seguem produzindo e reproduzindo as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital.

Iniciaremos agora a análise das perspectivas de futuro expressas pelas costureiras participantes, último aspecto constituinte de nossa análise.

5.5 Planejamento pessoal e familiar

O interesse pela análise do planejamento pessoal e familiar emergiu durante a pesquisa de visualizarmos também, em que proporção, em função de percebermos que a atividade de costura em facção impactava na construção da perspectiva de futuro das trabalhadoras, costureiras participantes. Percebemos que aspirações diversas se misturam, tanto pessoais como relacionadas aos filhos e sua família. Procuramos agora apontar algumas falas significativas das costureiras que representem estes anseios.

Marta e Maria trazem em seus relatos o desejo de incrementar o funcionamento da facção através da melhoria das condições físicas de suas casas, colocar uma loja e até assumir financiamentos para isso. Marta nos demonstrou, também, o anseio de em breve intervir nas condições de trabalho das costureiras. Vejamos alguns trechos das falas delas:

Tenho vontade de ampliar a facção, fazer um galpão no quintal (da casa). Pra isso, fui ver opção de financiamento. Sei que o BNB tem opção pro meu perfil. (...) O que eu queria mesmo era eu ter a minha lojinha. Eu corto, eu faço, mas tenho que ter capital. Lá em casa eu tenho uma facção. Minhas irmãs, cada uma delas sabe fazer uma coisa... Mas o pobre, mulher, não tem opção não! Não tem dinheiro! Vai botar o negócio e vai comer como? (...) Eu sei também que se eu tivesse estrutura, eu tinha condição de tocar duas facções, sabe, atender as duas. Mas sem espaço pra isso, não dá! (...) Eu queria hoje ter um capital pra assinar a carteira. Meu futuro é crescer com todo mundo. Queria tirar a pessoa daquela máquina que já está há muito tempo. (Marta)

Aí o que acontece, 300 peça num é nada, né? Tem que partir pra outra coisa. Pronto! É o ponto do momento, é que eu quero até fazer um empréstimo, no Banco do Nordeste, pra eu botá essa loja aí. Preciso de 5.000, por enquanto. E eu vou colocar, se Deus quiser! (Maria).

Outras, sonham com seu próprio negócio, como encontramos nas falas transcritas a seguir:

O que penso hoje é comprar um a máquina pra trabalhar em casa. Posso sair e voltar e trabalhar na hora que puder e quiser. (Ilda)

A minha necessidade é montar minha própria facção. Já fiz várias coisas, já fui feirante, manicure, mas não tem não! Meu negócio é esse mesmo, é facção. Queria mesmo montar uma confecção, que eu pudesse empregar minha família, meus filhos, que pudesse estudar os modelos, cortar as tendências... Era isso! (Laura).

Consideramos que o sonho de criar seu negócio ou trabalhar por conta própria, incluindo montar e coordenar sua facção, que identificamos nas falas das costureiras entrevistadas, é adiado pelos desafios de suas realidades atuais e restrições financeiras.

Já as duas costureiras, que não têm filhos ainda, acalentam o desejo de retomar os estudos, investir em suas qualificações profissionais, habilitarem-se para outras ocupações. Identificamos esta perspectiva de futuro no relato das costureiras abaixo:

Eu tô pensando em voltar a estudar e fazer Administração. Sempre quis! Parei no tempo. A Internet é mais informada. As novidades que aparecem a gente sabe. Até os remédios da minha mãe eu vou lá, o que faz, o que aumenta, diminui. A doença dela é muito braba. Ah! Meu pai! Penso em trabalhar na área administrativa de uma empresa. Tem que ser graduada. O pessoal tá pedindo o superior. No mínimo, o básico (ensino médio). É o básico do básico. Porque a exigência é grande. No mínimo tem de entender de informática. Como eu vivo nesse meio já entendo um pouquinho. Também penso em fazer um curso de hardware (...). (Flávia).

Mas eu tinha um sonho que ainda tenho hoje de fazer uma faculdade. Bem, eu tenho vontade de, no momento, o que eu planejo é pagar isso aqui (referindo-se às máquinas) e ano que vem cursar o meu curso. Só que não sei se vai dar. É muito caro e na Federal não tenho tempo pra me preparar. (...) Chego no fim do dia cansada! Não muito... Mas cansada! (Diva).

Quanto ao futuro desejado para os filhos e a família, destacamos o sonho de que eles, além de trabalhar, completem seus estudos e se formem, graduando-se em uma profissão. Muitas vezes, este era um desejo delas, impedido de algum modo, que agora transferem para os filhos.

Penso que ele deve estudar e que fazer alguma coisa da vida. Ele estuda no Colégio Modelo no São Cristovão. Tenho que investir nele, é minha herança, né? Tenho que fazer por ele. Eu tenho um sonho que meu filho se forme, faça uma faculdade e seja alguém no futuro. Eu levo ele pra Igreja pra conhecer o bem. Porque a adolescência é uma fase de descoberta. A gente não conhece o nosso filho. Tem tanto rapaz fazendo o mal. Digo a ele que pague o mal com o bem. (Marta).

Eu gostaria, eu, eu, eu tenho um sonho, assim, que ela (filha) se forme. É tanto que eu trabalho, vivo mais em prol dela, né, eu trabalho pra ela, pra ela estudar. Graças a Deus, ela tem sido uma filha que tem me dado assim um... eu tenho sido orgulhosa assim dela de, tirar notas boas, né? Eu vivo assim mais pra ela, né? Pros estudos, trabalhar pros estudos dela, porque eu não tive condições, então eu quero que ela tenha. (Mariana)

Assim... Eu sempre me preocupei com eles (filhos). Faço um esforço assim pra eles serem pessoas honestas. Porque o sistema que a gente vê no mundo é pessoas ruins. O que espero é serem pessoas honestas, que eles consigam um bom emprego. Porque referente a isso, o meu marido é muito trabalhador, mas ele não para pra conversar com eles, pra pagar curso. Ela não quer fazer faculdade. Vejo necessidade dela saber computação. Vejo que hoje não tem trabalho, sem isso. Penso num curso de inglês. (Laura)

Eu desejo dá pra minha filha o que minha mãe não pode me dar. Porque eles se separaram quando eu era muito pequena. Eu quero dá pra ela não o que é supérfluo, mas atender a necessidade dela. Dá roupa, um estudo. Eu quero dá o que ela precisa de qualidade que posso. O que eu penso pra ela é poder dá pra ela um lar, não vou dizer um lar perfeito, mas um estudo, onde mais tarde ela possa cursar uma faculdade. (Glória)

Eu penso numa profissão pra eles, né? Eu, quero dizer, eu trabalho e me esforço pra isso. Pra ele fazer um curso, pra ter uma profissão, né? (Ilda)

A minha filha eu quero dar pra ela o estudo dela, né, fazer uma faculdade, é, deixar pra ela, que eu não tenho nada pra deixar, porque... pobre num tem herança, o que eu tenho pra deixar pra ela é essa casa que eu vou... talvez um dia eu termine ela, né? (...) E a minha filha, eu espero que ela faça a faculdade que o meu filho já terminou os estudo, que é esse, terminou assim, segundo grau, né? (Maria)

Estamos diante de quase uma unanimidade, pois seis das costureiras participantes, com exceção das duas que não têm filhos, defendem e investem neste desejo de futuro para seus filhos.

Entre sonhos transferidos, adiados e impedidos, mas potencialmente sonhos, percebemos o quanto suas experiências, incluindo a de trabalho de costura em facção, parecem impulsioná-las em busca de outras possibilidades ocupacionais e formatos de trabalho que as distanciem, ou as ‘protejam’ dos constrangimentos e desmandos da exploração do trabalho humano pelo capital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirados por nosso objetivo central de analisar as consequências das novas formas de relações de trabalho, experimentado nas facções de costura na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, passaremos a apontar as principais inferências que esta pesquisa nos possibilitou, em

especial as respostas que vislumbramos para nossas indagações quando da problematização, os possíveis desdobramentos para outros estudos e contribuições identificadas.

Entendemos que a questão da informalidade e da precarização das relações de trabalho são partes integradas e interdependentes, constituintes de uma mesma realidade que se instalou no rastro das transformações recentes na esfera laboral. A nova configuração produtiva, as ‘pressões’ da globalização e as ideias neoliberais impulsionadas pela força de acumulação do capital transformaram profundamente o trabalho, produzindo novas formas de inserção dos trabalhadores no mundo do laboral e, conseqüentemente, um novo trabalhador.

Consideramos, para tanto, prioritariamente, as concepções de Aquino (2008), Antunes (2005), Rivero (2009) e Matsuo (2009), para entendermos que, no capitalismo contemporâneo, assistimos à redução da classe fabril submetida aos cortes, ‘enxugamentos’ e outros modos e tecnologias de gestão ‘flexível’, ao mesmo tempo em que visualizamos o aumento do montante de trabalhadores precarizados, subcontratados, envolvidos em formas de trabalho temporárias, por conta própria e desregulamentadas que fragilizam e vulneram antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias; sem falar nos desempregados. No Brasil, esses direitos e garantias são mediados e assegurados, mesmo que parcialmente, sob a forma de um contrato de trabalho registrado em carteira de trabalho. Portanto, quando a perda das garantias sociais traduzidas nos modos de ser da informalidade, onde flexibilidade e instabilidade se combinam, pautam a vida deste novo trabalhador; seja na sua esfera pública, onde encontramos o trabalho; como na sua dimensão privada, produzindo implicações no cotidiano de quem trabalha.

Realizamos esta pesquisa com o propósito de refletir criticamente este novo formato de trabalho, em especial aquele experimentado nas facções de costura a domicílio, inseridas na cadeia produtiva do setor de confecções e do vestuário, sem a cobertura de um contrato formal de trabalho e partindo da análise das conseqüências dessas novas formas de relações de trabalho na vida das costureiras. Para essa análise, tomamos como alicerces de nossas reflexões, além do aporte teórico, a experiência expressa por estes sujeitos em sua articulação com a centralidade da categoria trabalho na constituição de suas existências. Identificamos em nossas entrevistas que a inserção nesta atividade produziu um impacto relevante nos significados atribuídos ao trabalho, identificados com a centralidade laboral em suas vidas. Valores como a liberdade de ir e vir, a cooperação, o prazer ou o orgulho do que fazem, permeiam suas experiências.

Percebemos que esse destaque para a liberdade discutida e defendida pelas costureiras está mais focado na dimensão de maior autonomia no manejo com as demandas da sua vida, tanto na esfera pública, como na privada. Longe de se tratar de um ato consciente da sua real condição, quiçá de um movimento no sentido da transformação de sua realidade.

Partimos do entendimento, pois, compartilhado por Aquino (2007), que foi no transcurso da modernidade e sob a influência do modelo industrial que esta centralidade se consolidou na convivência com outros modelos laborais identificados como trabalho, como ocorria na agricultura, no comércio e nos serviços, com atividades ainda iniciais. Reafirmamos, então, a centralidade do trabalho nos diversos modos de inserção laboral, onde a facção de costura a domicílio é um deles, agora, expresso nas experiências destas costureiras, onde falar em trabalho para elas é praticamente falar de sua condição humana.

Nas trajetórias laborais das participantes desta pesquisa, pudemos analisar experiências e consequências diversas dos modelos laborais vividos, inclusive no de facção de costura a domicílio; desde a experiência de algumas costureiras na transição do modelo fabril para o modelo flexível; as diversas formas de adoecimentos que viveram, oriundos da precarização das relações do trabalho, com ou sem a proteção de um contrato formal de trabalho, os “desprotegidos” ou “descobertos”; incluindo os percalços e riscos do trabalho doméstico infantil, a crença na autonomia do trabalho por conta própria e, por fim, o trabalho subcontratado, que na facção de costura a domicílio explicita a condição de quem trabalha na ponta inferior dos arranjos ou cadeias produtivas da indústria de confecção e do vestuário e suas redes de subcontratação. O núcleo central destas experiências reveladas, apenas disfarçadas de novas, emerge marcado por formas laborais antigas, inspiradas no caráter de exploração e expansão contínuos do modo capitalista de produção.

Percebemos, no entanto, que a facção de costura a domicílio é um formato de organização do trabalho precarizado e informalizado por relações de trabalho desregulamentadas, marcado pela flexibilidade, instabilidade e vulnerabilidade dos direitos e garantias sociais. As trabalhadoras, em especial as líderes, vivem *emaranhadas* nos riscos, dificuldades e benefícios inerentes a este modelo, mas, principalmente, nas responsabilidades transferidas da indústria de confecção e do vestuário, como os custos fixos com maquinário, energia e alimentação, via rede de subcontratação; à mercê das flutuações do mercado, onde os contratos de terceirizações ou

externalizações aumentam ou são reduzidos, conforme se expande ou se retrai. Muitas vezes, a opção de ficar na facção está inserida no espaço entre “o nada e o pouco” ou algo *melhor que o nada* anteriormente vivido.

Ao relembrarmos o caráter injusto das relações de subcontratação, percebemos que o fluxo de produção instável, conseqüentemente, a irregularidade do recebimento e a pressão do fechamento da produção atravessado pelas exigências de qualidade, o risco de ‘perdas’ no recebimento e de quebra das máquinas, intensificado pela responsabilidade pela manutenção do maquinário, vão *tecendo a rede deste emaranhado* vivido pelas costureiras de facção, permeado em suas *entrelinhas* pela tensão, ansiedade e angústia frente ao resultado final.

No exame das relações estabelecidas entre seus modos de trabalhar e viver, destacamos uma dupla exploração do capital sobre o trabalho feminino, onde sob o argumento da conciliação de suas atividades de casa e do trabalho, percebemos o quanto estas mulheres seguem produzindo e reproduzindo as condições do sistema de metabolismo social do capital. Também, foi possível identificarmos em que medida suas rotinas diárias permanecem pautadas e intimamente definidas pelas exigências de seu formato laboral, produzindo um modo de trabalhar específico, em que a temporalidade laboral se confunde com a temporalidade de seus modos de viver.

Pontuamos, por fim, uma implicação concreta deste formato de trabalho na construção da perspectiva de futuro destas trabalhadoras, onde percebemos o quanto suas experiências, incluindo a de trabalho de costura em facção, revelam-se em sonhos e anseios impedidos, adiados e transferidos, são orientadas em direção a outros modelos de inserção laborais que mantenham-nas protegidas das exigências da exploração do trabalho humano pelo capital.

Emoções e humores se misturam e submetem à força de trabalho. E o capital segue ditando as regras, intimamente conectadas a suas estratégias de expansão contínua, reafirmando, conforme Marx (1983), que sem a força de trabalho o capital inexistiria. São apenas outros papéis, como afirmou Prandi (1978), disfarçados de “novos”, mas antigos em seus princípios, que o trabalhador assume, ditados pela dualidade do formal e do informal, que inibem ou ocultam a relação entre capital e trabalho.

Consideramos, por fim, que o trabalho de facção de costura a domicílio se insere no mercado de trabalho brasileiro como uma relação atípica de assalariamento fundada na contradição de que, ao tempo que resulta em um trabalhador socialmente desprotegido e aparentemente ‘autônomo’, é também instrumento de manutenção do poder do capital, quando sustentam as cadeias produtivas do setor de confecções e do vestuário, provavelmente, estratégia central de enfrentamento da competitividade no mundo globalizado.

Este estudo nos provocou de várias maneiras. Fomos capazes de responder nossas indagações centrais, orientadoras deste percurso investigativo, mas há algo que nos inquieta. Até que ponto essas mulheres trabalhadoras, ao assumirem o repasse de parte dos custos de produção destas indústrias não estão, inconscientemente, sustentando com seu labor essas cadeias ou arranjos produtivos fundados no paradigma ‘flexível’, onde a facção de costura a domicílio seria uma das estruturas ‘financiadoras’ do negócio de confecção e do vestuário?

Ao reconhecermos o caráter inicial de nosso estudo, percebemos que ao respondermos os objetivos inicialmente propostos, novas indagações se estabelecem, abrindo o campo para outros estudos e incursões nesta temática. Reforça, pois, nossa crença inicial de que ainda há muito a ser feito e investigado para que possamos nos apropriar da multiplicidade e complexidade da categoria trabalho e contribuir no estabelecimento de políticas públicas capazes de responder às reais necessidades do cidadão e trabalhador brasileiro.

Precisamos repensar em como lidar com esta realidade do mundo do trabalho de modo a incluir, na classe-que-vive-do-trabalho, os trabalhadores precarizados, temporários, *part time*, por conta própria, terceirizados e subcontratados, criando um novo modelo de proteção social. Seja lá qual a expressão que escolham para definí-los, urge que eles sejam ressocializados e tratados realmente como cidadãos, respeitados e mencionados com o devido valor que emerge da consciência do que representam social e historicamente ao realizarem seu labor diário.

Enquanto saber e fazer psicológico, partindo de uma aprofundada reflexão teórica e do conhecimento histórico desta realidade, pautando nossa atuação na compreensão da articulação da categoria trabalho com a subjetividade daquele que trabalha, além de sua implicação nos modos de vida dos trabalhadores, contribuindo para o desvelamento e contato com sua realidade, de modo a habilitá-lo a construir as transformações requeridas.

REFERÊNCIAS

- ABIT. **Perfil do setor**. Disponível em:
<http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=1&id_sub=4&idioma=PT>. Acesso em: 25/06/2012.
- ABREU, A. R. P. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ABREU, A. P.; SORJ, B. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro. In: ABREU, A. P.; SORJ, B. (Org.). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice de Paiva (Org.). **Gênero e trabalho na Sociologia latinoamericana**. São Paulo: Alast, 1998.
- ALONSO, L. E. **La mirada cualitativa en sociologia**. Madri: Editora Fundamentos, 1998.
- ALVES, M. A. **Setor informal ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. Campinas, 2001, 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>> Acesso em: 23/09/2011.
- _____. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. In: SANT'ANA, R. (org.) et al. **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010(a).
- _____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista PRAIAVERMELHA**, Rio de Janeiro – RJ, v. 20, nº 1, p. 11-20, Jan-Jun, 2010(b).
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, M. G.; FRANCO, T. (orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo; 2007.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cad. Pagu** [online]. 2002, n.17-18, pp. 267-310. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100010>.

ARUM, R. e MÜLLER, W. **The reemergence of self-employment.** A comparative study of self-employment dynamics and social inequality. USA: PrincetonUniversity Press and Oxford, 2004.

AQUINO, C. A. B. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a Psicologia Social. **O Público e o Privado**, v. 11, p. 169-178, 2008. Disponível em:

<<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&q=o+p%C3%BAblico+e+o+privado+Cassio+Brz&meta>> Acesso em: 29/09/2009.

_____. Tempo, trabalho e novas formas de inserção laboral. In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. **Velhos trabalhos, novos dias:** modos atuais de inserção de antigas atividades laborais. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

BANCO DE PALMAS. A história do Conjunto Palmeiras. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/14723>>. Acesso em: 20/06/2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2004.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. L. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.” **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis - SC, v. 2, p. 68-80, 2005. Disponível em:

<http://www.emtese.ufsc.br/3_res5.pdf> Acesso em: 06/05/2008.

_____; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORSOI, I. C. F. **O Modo de Vida dos Novos Operários.** Fortaleza: Editora da UFC, 2005.

_____. Trabalho e modo de vida: a experiência dos operários em novas áreas industriais. **Revista Labor**, v. 1. Universidade Federal do Ceará, 2008.

_____. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. **Convergencia**, Revista de Ciencias Sociales, núm. 55, Universidad Autónoma del Estado de México, 2011.

BRAGA, J.; NUNES, M. **Reflexões sobre a moda**, v.2. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2005.

BRASIL. M. P. O. G. Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.1>. Acesso em 12.05.2012.

_____. M. S. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196/96**, de 10 de outubro de 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>>. Acesso em: 23/04/2008.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Anuário das Mulheres Brasileiras 2011**. DIEESE, 2011. Disponível em: <www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>. Acesso em: 20/04/2012.

_____. Convênio M. T. E./ SSPE/ CODEFAT. **Produto 3: Estudo de caso III – setor de confecção no nordeste**. DIEESE, 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/projetos/CEAS/estudoCaso3SetorConfeccaoNE.pdf>>. Acesso em: 12/07/2012.

_____. **Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhadores por conta própria: perfil e destaques** (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/partel1.pdf>. Acesso em: 10/07/2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Economia Informal Urbana**. IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/economia_informal_urbana.pdf>. Acesso em: 02.03.2012.

CACCIAMALI, M. C. **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro**. Ministério do trabalho. Texto para discussão nº 19, São Paulo, 1989.

_____. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (org.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, IERJ, 1991.

_____. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, 2000.

_____. (Pré-) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, 2007.

CARVALHAL, T. B. A descentralização da produção por meio do trabalho domiciliar em Terra Roxa/PR. **Revista Pegada (online)**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/06terezinha.pdf>>. Acesso em: 20/03/2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, J. J. **Sociologia del Trabajo**. Madrid: CIS, 1996.

CATANI, M. “Algunas precisiones sobre el enfoque biográfico oral”. **Historia y fuente oral**, n.3, 1990.

CAVALCANTI, J. E. **Indústria Têxtil do Ceará: o gigante ameaçado**. Site Textile Industry. Disponível em: <<http://textileindustry.ning.com/forum/topics/industria-textil-do-ceara-gigante-ameacado>>. Acesso em: 20/06/2012.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CODO, W.. **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, A. C. R.; ROCHA, E. R. P. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papyrus, 1994.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DRUCK, G. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez, 2002.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211 - 229, Mai./Ago. 2004.

FONSECA, T. M. G.. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Cad. CRH [online]**, vol.24, n.spe1, pp. 171-191. 2011. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400012>.

GARRIDO, A. L. **Sociopsicología del trabajo**. Madrid: Editorial UOC, 2006.
GASKELL, G. “Entrevistas individuais e grupais.” In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2000.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em Psicologia? Caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GOULART FILHO, A. e JENOVEVA NETO, R. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

IASI, M. L. Trabalho: emancipação e estranhamento? In: SANT’ANA, R. (org.) et al. **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina, **Caderno CRH**, n. 18, janeiro-junho, 1993.

LEITE, M. P. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28, 2004, Caxambu, MG. [**Anais**]. CD- ROM. 2004(a), p. 1-30.

_____. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-93, 2004(b).

LIMA, J. C. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, versão impressa ISSN 1516-3717, São Paulo, v.13, n. 1, 2010. Disponível em:

<http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172010000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08/11/2010.

_____. Do assalariamento e suas variações: do trabalho típico ao atípico. In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. **Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

LUKÁCS, G. **Ontologia social do ser**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUPATINI, M. P. Acumulação de capital e recriação de formas pretéritas de exploração. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, 5, 2007, Campinas, SP. **Anais**. Campinas, 2007.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Ana. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. **O capital**. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATSUO, M. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

MÉDA, D. **El trabajo**: um valor em peligro de desaparición. Barcelona: Gedisa, 1998.

MINAYO, M. C. S. O (org.) et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec /Abrasco, 1994.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA,

M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: ZEBALLOS, Eliseo; SANTOS, José Vicente Tavares; FIGUEREDO, D. (Org). **América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo**. Arequipa, Peru: Unsa, 2004.

_____; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilização e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n1/v22n1a02.pdf>>. Acesso em 12/05/2012.

NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, São Paulo, 2003.

OIT. Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya, Genebra, 1972.

_____. **?Ayudantes ou escravos? Comprender el trabajo infantil doméstico y cómo intervenir**, 2004. Resolución II. Resolución sobre las estadísticas del trabajo infantil. Adoptada por la decimoctava Conferência Internacional de Estadísticas del Trabajo (noviembre – diciembre 2008). Em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@integration/@stats/documents/normativeinstrument/wcms_112462.pdf>. Acesso em: 20/07/2012.

_____. **Erradicar o trabalho doméstico infantil**. In: Notas OIT:Trabalho doméstico remunerado na América Latina e no Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_3_559_733.pdf>. Acesso em: 20/07/2012.

_____. **Princípios e direitos fundamentais no trabalho**: do compromisso à ação. Relatório VI. Conferência Internacional do Trabalho, 101ª Sessão, 2012.

OVERJERO, A. B. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado**: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em revista**, Londrina, versão eletrônica integral, v. 2, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em 10/08/2010.

POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo Ed., 2001.

PRANDI, J. R. **O Trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG, 2005. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 30/04/2008.

RIFFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.

RIVERO, P. S. **Trabalho**: opção ou necessidade? Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SATO, L. **A informalidade e a criatividade no trabalho**. Palestra proferida no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, 2012.

SILVA, L. H. Trabalho a domicílio. In: CATTANI, A. D. (Org.) **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M. F.S. **A Psicologia Social e a Psicologia (Social) do Trabalho**. In: SILVA, M. F.S.; AQUINO, C. A. B. (Orgs.) *Psicologia Social: desdobramento e aplicações*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. (Coleção Ensaaios Transversais).

SINGER, P. *Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina*. In: SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1973.

SOUSA, M. M. **Alinhavando sonhos/ construindo realidades: os significados do trabalho para mulheres do município de Horizonte-CE**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza-CE, 2009.

SPURCK, J. **A noção de trabalho em Karl Marx**. In: MERCURE, D.; SPURCK, J.(Org.) *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOMANEY, J. "A new paradigm of work organization and technology?". In: AMIN, Ash (org.). **Post-fordism a reader**. Blackwel, Oxford, 1996.

WATSON, T. **Trabajo y sociedad: manual introductorio a la sociología del trabajo, industrial y de la empresa**. Barcelona: Hacer editorial, 1995.

YPEIJ, A. Transferring risks, microproduction and subcontracting in the footwear and garment industries of Lima, Peru. **Latin American Perspectives**, vol. 25, n. 2, 1998.

YPEIJ, A. Riscos e transferência de microprodução e de subcontratação de calçados e confecção de Lima, Peru. *América latina Perspectivas*, março, vol. 25, n. 2, 1998.

YOUNG, S. Outsourcing: lessons from the Literature. *Labour & Industry*, vol. 10, nº 3, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

1. O que é o trabalho pra você?
2. Como você entrou para o mundo do trabalho?
3. Conte-me como você chegou a trabalhar com costura em facção.
4. Quais os benefícios e dificuldades vividos por você no trabalho de costura em facção?
5. Como é sua rotina diária, desde o momento que acorda até ir dormir?
6. O que você almeja pra sua vida e a de sua família, no que diz respeito a trabalho?

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: **Informalidade e precarização: o trabalho das costureiras de facção de Fortaleza/CE.**

Orientador: Cássio Adriano Braz de Aquino.

Cara trabalhadora,

Gostaria de obter a sua autorização para que participe desta pesquisa que objetiva analisar as conseqüências das novas formas de relações de trabalho, experimentado nas facções de costura. A finalidade desse trabalho é contribuir com informações que auxiliem na elaboração de políticas públicas para o trabalhador em termos de uma maior atenção às suas necessidades e interesses sociais.

A sua participação será apenas nos contando sua história laboral, mais especificamente, desde quando iniciou seu trabalho com costura de um modo geral e em formato de facção. Para isso, agendaremos encontros na facção que você faz parte, conforme sua disponibilidade de horário, para que sua participação não atrapalhe as suas atividades pessoais e profissionais. Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambos. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa através do orientador da pesquisa Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino, através do telefone 85- 3366-7661.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes.

Garanto, ainda, que as informações a serem aqui obtidas serão usadas apenas para realização desta investigação, e que você terá acesso às informações pesquisadas, sendo assegurada a privacidade dos dados envolvidos na pesquisa e da sua identificação. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome do participante. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados.

Em caso de dúvida se comunicar com a pesquisadora, Louisianne Barros de Siqueira, no telefone (085) 8814. 8330 ou pelo e-mail: louipsi@gmail.com. Outras informações podem ser obtidas junto ao Comitê de Ética da UFC pelo telefone (085) 3366.8344. Após a leitura atenta das informações citadas, estando devidamente ciente e esclarecida sobre tais, sua assinatura neste documento, significa a aceitação em participar desta investigação.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha aceitação em participar da pesquisa.

Nome e assinatura do participante voluntário da pesquisa:

Local e data:

Cássio Adriano Braz de Aquino
Orientador do Projeto

Nome e assinatura do aplicador do TCLE